

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIST/UEMA)

SAMARA DE ALMEIDA RAMOS

HISTÓRIA LOCAL E ENSINO: o sertão do Maranhão nos anos finais do ensino fundamental.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.

São Luís
2020

SAMARA DE ALMEIDA RAMOS

HISTÓRIA LOCAL E ENSINO: o sertão do Maranhão nos anos finais do ensino fundamental.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de mestra.
Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.

São Luís
2020

Ramos, Samara de Almeida.

História Local e ensino: o sertão do Maranhão nos anos finais do ensino fundamental. / Samara de Almeida Ramos. – São Luís, 2020.

136 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Pachêco Filho.

1. Ensino de História. 2. História local. 3. Sertão. 4. Paradidático.
I. Título

CDU 93/94: 94 (812.1)

SAMARA DE ALMEIDA RAMOS

HISTÓRIA LOCAL E ENSINO: o sertão do Maranhão nos anos finais do ensino fundamental.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de mestra.

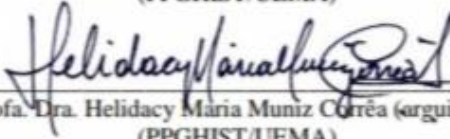
Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.

Aprovada em: 22/06/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alan Kardec G. Pachêco Filho (orientador)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte (arguidora)
(PPGE/UEMA)

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís

2020

Dedico este trabalho aos meus pais:
Lucia Maria Nogueira de Almeida e
Hildo Ramos Junior, minha fonte de
motivação diária.
Amo incondicionalmente!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por toda a proteção.

A minha mãe e ao meu pai, por serem para mim uma inspiração, por batalharem tanto. Meu pai dirigindo táxi, dormindo dentro do carro de madrugada, atualmente trabalhando em viagens e passando dias longe de casa e minha mãe que trabalha fazendo unha para completar a renda familiar, todo esse esforço para que os filhos pudessem concluir o curso superior, nunca vou conseguir retribuir toda essa dedicação, obrigado por tudo hoje e sempre, vocês são o meu maior orgulho e exemplo.

Ao meu irmão, Hildo Ramos Neto, agradeço pelo carinho, por compartilhar as incertezas dessa vida e pela amizade, estaremos juntos sempre.

A minha tia/mãe, Maria Lucia Nogueira, por ter contribuído de forma direta no financiamento dos meus estudos no início, muito obrigado por tudo.

A minha vovó, Lucy Nogueira (*in memorian*), por ser meu maior exemplo de amor e carinho, e por ser uma mulher a frente de seu tempo.

A minha vovó, Maria das Mercês por toda oração, preocupação e carinho de sempre.

Aos meus avôs, Hildo Ramos e Luís Almeida (*in memorian*), dois homens de força.

Aos meus padrinhos, Ana Lucia Nogueira e Paulo Rogério, sempre carinhosos, atenciosos e preocupados.

Ao meu tio, Armando Almeida (*in memorian*), muita saudade, mas sei que estás orgulhoso.

A todos os meus tios que sei que me amam e se orgulham de mim, amo vocês.

Aos meus primos/irmãos, Diego Armando, Katharine Almeida e Amanda Regina, meus eternos amigos.

Ao meu orientador, Alan Kardec Pachêco filho que trabalha comigo desde a iniciação científica (2015) na graduação, estamos concluindo juntos mais um trabalho e mais uma fase importante da minha vida profissional, acadêmica e pessoal, obrigado por todo incentivo, preocupação e confiança. Agradeço também por todos os “puxões de orelha” (que me ajudaram muito) e também por me apresentar esse nosso “sertão de águas”. Obrigado principalmente por nossa amizade pra vida.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mesmo devido ao cenário político nacional de falta de investimento e incentivo com o ensino e a pesquisa, manteve o financiamento deste trabalho.

À professora Helidacy Corrêa, que me acompanha desde a graduação, por toda a ajuda, conselhos e por todo incentivo. Muito obrigado pelas suas observações na banca de qualificação que foram muito valiosos para a conclusão deste trabalho.

À professora Ana Lúcia Duarte, agradeço por todas as observações e sugestões que contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Núcleo de Estudo sobre Memória Política e Sertão (NEMPeS).

À coordenação do Programa de Pós Graduação em História (PPGHIST) em nome das professoras Mônica Piccolo e Ana Livia Bonfim.

A todos os funcionários do PPGHIST em nome da secretária do programa Flávia.

Aos professores do departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão, muito obrigado, vocês são exemplos.

As melhores bibliotecárias que já conheci: à Lausa por ser extremamente paciente, por ouvir entre esses 6 anos meus desesperos e por ser uma mulher exemplar; à Reijane por todos os cafés, lanches e passeios, que foram essências para a fugir da correria diária e à Rose por toda simpatia e educação. Agradeço por tudo meninas.

Aos meus companheiros da turma de mestrado, em especial à Joyce Oliveira, Ellen, Roseiline e Thaís Barbosa, vocês são mulheres incríveis.

Agradeço especialmente ao meu “grupinho”: Raíssa Macau, Joyce Lopes, Rafaella Barbosa e Polyana Muniz, obrigado por compartilharem as angústias e loucuras do mestrado, mas também por dividir a vida, torço para que a nossa amizade seja para a vida.

A minha melhor amiga e hoje comadre, Amanda Valéria por toda compreensão, companheirismo, carinho e amizade que cultivamos há 26 anos e agradeço de coração pelo melhor presente que você já me deu, meu afilhado Ian Felipe.

A Layla Adriana, por todos os conselhos e por mesmo estando distante, passar horas ao telefone me ouvindo, e por compartilhar projetos e planos de vida. Obrigada por sua amizade.

Às minhas *Bests*, Camila Lima e Samira Brandão meus presentes da graduação para a minha vida, que acreditam em mim, e que toda vez que encontro, esqueço todos os problemas e tudo é só alegria, amo vocês meninas.

Aos meus amigos que mesmo distantes me acompanham e se preocupam comigo: Rayara Viana, Rayanne Viana, Yann Maia e Larissa Castro.

Aos profissionais que contribuíram para a finalização do trabalho: Projetos Consultoria Acadêmica pela revisão ortográfica do texto e ao Artêmio Macedo Costa pela diagramação do paradidático.

A todos, meu muito obrigado de coração.

“Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chã nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.”

Cora Carolina

RESUMO

A história local se caracteriza como uma abordagem essencial para o ensino, pois permite para os alunos o desenvolvimento de identidades locais e “Consciência histórica” crítica, dessa maneira este trabalho possui como objetivo geral um estudo das principais produções literárias e historiográficas sobre o sertão maranhense e do mesmo modo abordar sobre a necessidade de inserção dessa referida abordagem na educação básica, a partir da produção de um material paradidático intitulado “*Pelas trilhas do sertão maranhense*”. Assim, trabalhamos com a história local, e o recorte espacial é a região sul do estado do Maranhão. As fontes históricas usadas para o embasamento da dissertação e do paradidático foram os escritos de alguns viajantes que deixaram ricas descrições e impressões sobre a região sertaneja, a saber: correspondências trocadas entre o governador da capitania do Maranhão D. Diogo de Sousa e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho contidas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-MA) e o relatório de viagem intitulado *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, todos correspondentes a expedição de Vicente Jorge Dias Cabral e também os escritos de Francisco de Paula Ribeiro compilados no livro *Francisco de Paula Ribeiro desbravador do sertão de Pastos Bons* (2007). Mapeamos de que maneira a legislação educacional brasileira trata acerca da história local e por fim analisamos as produções de trabalhos didáticos e acadêmicos sobre o sul do Maranhão. Portanto, esperamos que o paradidático “*Pelas trilhas do sertão maranhense*” contribua para a inserção da história do sul do Maranhão na rede básica de ensino e na difusão de noções elementares, como: conceito de sertão, processo de “reocupação”, formação territorial, bem como a exploração econômica e natural da região sul maranhense.

Palavras-chave: ensino de História. História local. Sertão. Paradidático.

ABSTRACT

Local history is characterized as an essential approach to teaching, as it allows the development of local identities and critical “Historical awareness”, so this work has as a general objective a study of the main literary productions about the hinterland of Maranhão and in the same way of the need to include this approach in basic education, based on the production of a paradidactical material entitled “For the trails in the hinterland of Maranhão”. In this way, we work with local history, and the spatial outline is the southern region of the state of Maranhão. The historical sources used to support the work and the paradidactic were written by some travelers who left rich descriptions and impressions about the sertaneja region, namely: correspondence exchanged between the governor of the captaincy of Maranhão D. Diogo de Sousa and Minister D. Rodrigo de Sousa Coutinho contained in the Overseas Historical Archive (AHU-MA) and the travel report entitled Collection of observations of natural products from Piauí from the National Library of Rio de Janeiro, all corresponding to the expedition by Vicente Jorge Dias Cabral and also the writings of Francisco de Paula Ribeiro compiled in the book Francisco de Paula Ribeiro, explorer of Pastos Bons (2007). We map out how Brazilian educational legislation deals with local history and finally analyze the production of didactic and academic works on the south of Maranhão. Therefore, we hope that the paradidactic “Pelos trilhos no interior do Maranhão” will contribute to the insertion of the history of southern Maranhão in the basic education network and in the diffusion of elementary notions, such as: concept of “sertão”, “reoccupation” process, territorial formation economic and natural exploration of the southern region of Maranhão.

Keywords: History teaching. local History. Hinterland. Paradidactic.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Planta Quina.....	30
Figura 2: Palmatória de Cochonilha.....	31
Figura 3: Capa do livro O sertão.....	39
Figura 4: Capa do livro Municípios Maranhenses.....	43
Figura 5: Capa do livro A Esfinge do Grajaú.....	44
Figura 6: Capa do livro Caminhos do gado.....	47
Figura 7: Mapa Caminhos do Gado da coleção História, Sociedade e Cidadania.....	79
Figura 9: história local na coleção Conexões com a História.....	81
Figura 10: Capa do livro Conheça o Maranhão.....	97
Figura 11: Capa do livro Pedra da Memória.....	99
Figura 12: Capa do livro Gente, terra verde, céu azul.....	100
Figura 13: Capa do livro Terra e Gente.....	102
Figura 14: Capa do livro História do Maranhão.....	103
Figura 15: Capa do livro Conhecendo e debatendo a história do Maranhão.....	105
Figura 16: Documento Curricular Território Maranhense.....	111
Figura 11: Capa do paradidático Pelas trilhas do sertão maranhense.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produtos dos três reinos da natureza catalogados por Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira.....	32
Quadro 2: Unidades temáticas da BNCC.....	67
Quadro 3: Coleções didáticas aprovadas pelo PNLD.....	75
Quadro 4 : Livros didáticos de História do Maranhão.....	91
Quadro 5: Propostas de atividades do Documento Curricular do Território maranhense....	112
Quadro 6: Propostas de trabalho do paradidático Pelas trilhas do sertão maranhense.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino.

AML- Academia Maranhense de Letras.

APEM- Arquivo Público do Estado do Maranhão.

BN-RJ- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

BNCC- Base Nacional Comum Curricular.

BPBL- Biblioteca Pública Benedito Leite.

CEE-MA- Conselho Estadual de Educação do Maranhão.

COTELD- Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.

EDUEMA- Editora da Universidade Estadual do Maranhão.

EMC- Educação Moral e Cívica.

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio.

FFCL- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

OSPB- Organização Moral e Cívica.

PCN'S- Parâmetros Curriculares Nacionais.

PPP- Projeto Político Pedagógico.

PPGHIST- Programa de Pós Graduação em História.

PNE- Plano Nacional de Educação.

PNLD- Plano Nacional do Livro Didático.

SEDUC- Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

UEMA- Universidade Estadual do Maranhão.

UNCNE- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O SERTÃO DO MARANHÃO NA LITERATURA DE VIAGEM E NA HISTÓRIOGRAFIA	20
1.1 A literatura de viagem sobre o sertão do Maranhão	22
1.2 Trabalhos pioneiros sobre o sul do Maranhão	38
1.3 Panorama da recente historiografia sobre o sul do Maranhão	51
CAPÍTULO 2: O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO E NOS LIVROS DIDÁTICOS	58
2.1 As dimensões da história local nos currículos e na legislação brasileira	61
2.2 Livro didático de História e o lugar da história local	70
2.3 O ensino de História local e a “Consciência histórica”	84
CAPÍTULO 3: O SERTÃO DO MARANHÃO NA HISTÓRIA LOCAL E O PARADIDÁTICO “PELAS TRILHAS DO SERTÃO MARANHENSE”	91
3.1 O sertão nos livros produzidos após a implantação da disciplina História do Maranhão	92
3.2 O Documento Curricular do Território Maranhense	110
3.3 Estrutura do paradidático: Pelas Trilhas do sertão maranhense	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

“Nenhum outro povo conhece menos a sua história”.
(CARVALHO, 2011, p.47)

A epígrafe acima é de autoria da escritora sertaneja Carlota Carvalho (2011) contida em sua obra *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*, em que é levantada uma problemática ainda atual, pois a primeira edição do livro é do ano de 1924: a falta de “conhecimento” dos maranhenses acerca de sua rica história. Essa questão consiste também na problemática deste trabalho e foi uma das grandes motivações para a escrita deste texto e do paradidático produzido com a pesquisa.

O sertão maranhense foi escolhido enquanto recorte espacial desta dissertação, pois desenvolvemos pesquisas referente ao sul do Maranhão desde 2015, nesse período trabalhei juntamente com o professor Alan Kardec Gomes Pachêco Filho um plano de trabalho intitulado *A “viagem filosófica” de Vicente Jorge Dias Cabral ao sertão do Maranhão* pesquisa que recebeu financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão (FAPEMA)¹, como resultado desses estudos produzimos em 2017 o trabalho de conclusão de graduação em História: *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão*.

Outra problemática observada neste trabalho dissertativo é que a historiografia maranhense por um longo período de tempo, tratou a história do Maranhão a partir dos acontecimentos históricos ocorridos em São Luís. No entanto, nesta perspectiva entendemos ser “inaceitável que os maranhenses no século XXI continuem aprendendo sua história, como se a história de São Luís fosse única, hegemônica e servisse para todo o Maranhão” (PACHÊCO FILHO, 2014, p.16).

Embora tenha ocorrido um crescimento nas produções historiográficas referentes ao sul do Maranhão, as reverberações destas ainda estão muito distantes do cotidiano escolar. Em vista disso, temos como objetivo geral o estudo acerca da história local na educação brasileira e maranhense, bem como a elaboração de um paradidático voltado ao ensino fundamental sobre à história do sul do Maranhão de modo a difundir questões essenciais, tais como: conceito de sertão, o processo de “reocupação” e formação territorial, exploração econômica e natural na região.

¹ Esse plano de trabalho fazia parte de um projeto universal financiado pela FAPEMA e pelo CNPQ intitulado: O Maranhão em tempos de Reformismo Ilustrado: a correspondência trocada entre o governador D. Diogo de Sousa e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Projeto coordenado pelos professores Alan Kardec Gomes Pachêco Filho e Marcelo Cheche Galves.

Já os objetivos específicos, de maneira geral, buscamos levantar as produções historiográficas, fílmicas, iconográficas, cartográficas sobre o sertão para compor o produto; mapear os conteúdos da história do Maranhão do ensino fundamental e médio; selecionar um rol de conteúdos de história do sul do Maranhão, discutir a necessidade de inserção da história do sul do Maranhão no ensino e por fim, debater a necessidade de inserção da história local na educação básica.

Como estudamos com o sertão maranhense, a abordagem histórica deste trabalho é a história local, pois trabalhamos um espaço localizado no Maranhão (a região sul do estado). Dessa forma, a dissertação está sistematizada em três capítulos: *O sertão do Maranhão na literatura de viagem e na historiografia*; *O lugar da história local no ensino e a “consciência histórica”*; e o capítulo três: *O sertão do Maranhão no documento curricular maranhense, nos livros de história do Maranhão e o paradidático Pelas trilhas do sertão maranhense*.

No primeiro capítulo discutimos o conceito de sertão, a literatura produzida por viajantes que percorreram a região e as principais obras e trabalhos produzidos sobre o sul do Maranhão. No primeiro tópico tratamos da literatura produzida por dois viajantes: o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o militar Francisco de Paula Ribeiro, decidimos trabalhar com esta fonte histórica, pois os relatos de viagem são as primeiras impressões sobre o sertão entre os séculos XVIII e XIX que traz ricas informações sobre a natureza, geografia, sociedade e economia da sertaneja.

A viagem de Vicente Cabral, por exemplo, insere o Maranhão nos quadros da política “reformismo ilustrado” português, o qual teve desdobramentos para além das reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal. Para trabalhar com essa referida viagem, estudamos os documentos contidos no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-MA); na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN-RJ) e no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Os documentos referentes ao Francisco de Paula Ribeiro estão compilados no livro *Francisco de Paula Ribeiro desbravador dos sertões de Pastos Bons a base geográfica e humana do sul do Maranhão* (2007), organizado por Adalberto Franklin e João Renôr Ferreira de Carvalho.

No segundo tópico do primeiro capítulo buscamos analisar as obras que consideramos pioneiras nos estudos sobre o sertão, a saber: *O sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil* (1924-primeira versão) de Carlota Carvalho, que trata do processo de “reocupação” e o surgimento das primeiras vilas e atualmente cidade sertanejas; o livro *Municípios*

maranhenses: Pastos Bons (1947) de Clodoaldo Cardoso discute a evolução histórica do território de Pastos Bons até os limites municipais atuais.

Trabalhamos também no segundo tópico com o livro *A esfinge do Grajaú* (1993) de Dunshee de Abranches, que trata das disputas familiares pelo controle político local. Ainda em relação aos trabalhos pioneiros analisamos também a obra *Caminhos do gado conquista e ocupação do sul do Maranhão* (2008) de Maria do Socorro Coelho Cabral que trata da frente pastoril baiana que “ocupou” as campinas do então chamado sertão de Pastos Bons em fins do século XVIII, e a última obra *Varando Mundos navegação pelo vale do rio Grajaú* de Alan Kardec Pachêco Filho (2016) que trata da importância dos vareiros (trabalhadores do rio) para a promoção da navegação do rio Grajaú no período do verão.

No último tópico que constitui o primeiro capítulo abordamos as produções historiográficas mais recentes. Dessa maneira, selecionamos principalmente trabalhos (teses e dissertações) que contemplam questões que foram trabalhadas no paradidático produzido como resultado desta pesquisa (“reocupação” do sertão maranhense, guerra do Léda e conflito de Alto Alegre).

Nesse sentido, analisamos o trabalho *A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro* (2014) de Raimundo de Lima Santos ; *Entre fronteiras: o arraial do príncipe regente e o devassamento do Alto Itapecuru* (2016) de Paulo Eduardo de Sousa Pereira; *Hoje a amanhã celebrai a História para encarnar-vos no povo: os embates de memória sobre o conflito de Alto Alegre* (2016) de Carlos Eduardo Everton; *Laços de compadrio entre escravizados no sul do Maranhão* (2017) de Antônia Castro Andrade e *A formação sócio histórica do agronegócio no município de Grajaú* (2018) de Layla Adriana Teixeira Vieira.

No segundo capítulo objetivamos entender as discussões referentes à abordagem da história local, bem como mapear na legislação educacional brasileira e nos livros didáticos de História o espaço reservado para a história do Maranhão e do sertão maranhense. Buscamos destacar também ainda neste capítulo que a inserção desta abordagem na educação básica contribui para a produção da “Consciência histórica” e de identidades locais.

Para tratar do conceito de história local baseamos nas reflexões de Pierre Goubet (1988), um dos estudiosos pioneiros da reflexão dessa abordagem na França. O qual observou que os estudos locais baseavam-se em trabalhar com aldeias ou até uma cidade (pequena ou média), dessa maneira a história local é a abordagem que tem como recorte espacial, pequenos espaços ou espaços localizados.

Para entender a operacionalização dessa abordagem dentro dos campos da disciplina História, investigamos as reflexões teóricas de José D'Assunção Barros (2013/2004/2005)². Ressaltou-se que é importante trabalhar a história local no ensino em complemento aos conteúdos programáticos das propostas curriculares, pois “é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma as chaves de sua própria explicação” (SCHIMIDT, 2005, p.190).

Nesse sentido os acontecimentos ocorridos em contextos locais em sua grande maioria, possuem ligações diretas com os contextos nacionais e mundiais. Assim sendo, a inserção desses conteúdos em sala de aula são essenciais ainda de acordo com Maria Auxiliadora (2005) para a formação da “Consciência histórica” e identidades locais, nacionais e mundiais.

Para operacionalizar esta abordagem em relação ao ensino de História, trabalhamos com as reflexões dos seguintes autores: Maria Auxiliadora Schimidt (2005); Selva Guimarães (2012), André Roberto de Almeida Machado (2017), Vilma Lourdes Barbosa (2006) e Lizandra Figueiredo Magalhães dos Santos (2015).

No primeiro tópico do segundo capítulo, objetivamos mapear em quais momentos a legislação brasileira propõe o trabalho com a história local em sala de aula. Dessa forma, analisamos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) número 9.394 de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1998, e atualmente com a Base Nacional Comum Curricular (educação infantil e ensino fundamental) promulgada em 2017.

No segundo tópico tratamos também do espaço da história local nos livros didáticos (caracterizado como o principal recurso usado em sala de aula), analisou-se a principal legislação referente à compra e avaliação de livro didático no Brasil: o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD).

Para mapear de maneira mais específica o lugar da história local nos livros, foi feita uma análise de duas coleções didáticas de grande circulação no Maranhão: *História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Junior da editora FTD e *Conexões com a História* de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira da editora Moderna.

Buscamos entender também, nesse segundo tópico, o livro didático, enquanto um “Lugar de Memória”, pois “[...] visto ser o livro didático de História um dos elementos difusores, não apenas do conhecimento histórico, mas, de uma determinada memória” (FONSECA, 1999, p. 204). Esses materiais são responsáveis por preservar uma determinada

² Memória e História: uma discussão conceitual (2011); O lugar da História local (2009); História, região e espacialidade (2005); Os campos da História- uma introdução às espacialidades da História (2004).

memória nacional que celebra e cultua alguns personagens e acontecimentos históricos e excluem outros, para trabalhar essas questões usaram-se as reflexões de: Pierre Nora (1993), Eliezer Raimundo (2013), André Roberto Machado, Ricardo Oriá (1998) e Thaís de Lima e Fonseca (1999).

Desde já, consideramos que a história do Maranhão nesse caso é praticamente silenciada nos livros didáticos produzidos para circulação nacional, ressalta-se ainda no último subtópico deste segundo capítulo a inserção da história local na educação básica contribui para a construção também da “Consciência histórica”. Por fim, tratamos também da “Mediação Didática” que consiste no diálogo entre o saber acadêmico e o ensinado, o que contribui de maneira significativa nas discussões em sala de aula.

No segundo capítulo, fizemos uma análise acerca da história local na legislação nacional e nos livros didáticos produzidos para a circulação nacional, já no terceiro capítulo fez-se uma análise voltada para questões locais. Desse modo investigamos os livros didáticos e paradidáticos produzidos sobre História do Maranhão e o Documento Curricular do Território Maranhense (as diretrizes curriculares do nosso estado).

Assim, no primeiro tópico analisamos os conteúdos históricos, a fim de mapear a história local do sertão maranhense das seguintes obras: *História do Maranhão* (2008) de Barbosa de Godóis; *Conheça o Maranhão* (1971) de Rosa Maria Mochel Martins; *Pedra da Memória* (1979) de Maria Ceres Rodrigues Murad (1979); *Gente, terra verde e céu azul* (1987) de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa C. Aroeira e Maria José Caldeira, o livro *Terra e gente* de Francisca Maria de Barros Mattos produzido em 1980 e ainda mais recente *História do Maranhão* (2001) de Maria Nadir Nascimento e *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* de Joan Botelho (2007/2019). A escolha dessas obras se deu a partir da disponibilidade das mesmas no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL).

Os livros de história do Maranhão começaram a ser produzidos no território brasileiro a partir da implantação desta disciplina no início do século XX nos quadros da escola normal, por influência do professor Antônio Batista Barbosa de Godóis, que foi o primeiro a produzir um material que contemplasse a história local intitulado: *História do Maranhão para uso dos alunos da escola normal*, com a implantação dos Estudos Sociais a produção de material didático de história local cresceu de maneira significativa.

Assim, continuamos com a análise em relação ao currículo local partindo da leitura do *Documento Curricular do Território Maranhense* o qual representa a parte diversificada da Base Nacional Comum Curricular (2017/2018), um documento que foi elaborado em 2018, pela

Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNCNE-MA) e pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA), juntamente aos profissionais da educação em um seminário regional na capital do estado. Esse documento foi produzido para ser um referencial para todos os sistemas de ensino públicos e particulares.

Depois de observar que a legislação maranhense ressalta a inserção da história local na educação básica, no último tópico deste capítulo buscou-se detalhar a estrutura do produto educacional final o paradidático *Pelas trilhas do sertão maranhense*. Como metodologia para a produção deste material, pesquisamos a estrutura de outros paradidáticos como, por exemplo, os da coleção *O Maranhão tem história*³ e os produzidos pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA).

A partir da análise desses materiais produzimos o texto, com vários boxes informativos e atividades de fixação, indicou-se também o produto para ser trabalhado no 8º ano do ensino fundamental, no entanto, ressaltou-se a autonomia do professor para trabalhar em sala da forma que, julgue apropriada.

Dessa forma, o paradidático *Pelas trilhas do sertão maranhense* é estruturado em quatro capítulos: *O sertão: conceitos e temporalidades*, *Configuração do espaço*, *A dinâmica social do sertão maranhense* e *A emergência do sertão*.

De maneira geral, no primeiro capítulo do produto tratamos sobre algumas reflexões referentes aos significados do termo sertão e uma distinção entre o sertão euclidiano e o do sertão de águas do Maranhão. No segundo trabalhamos com o processo de conquista deste espaço no século XVIII e o avanço desse movimento que resultou na fundação das primeiras cidades sertanejas (Riachão, Carolina, Grajaú e Barra do Corda). Já no terceiro, abordamos os modos de vida e organização social sertaneja e no último capítulo é trabalhado a inserção do sertão maranhense nos quadros do “Reformismo Ilustrado” português a partir da “viagem filosófica” de Vicente Jorge Dias Cabral.

³ Coleção produzida pelo jornalista Wilson Marques financiada pela Lei de Incentivo à cultura do Ministério da Cultura, conta com os seguintes títulos: *Quem tem medo de Ana Jansen?*; *A lenda do rei Sebastião e touro encantado* e *A França Equinocial e a fundação de São Luís*.

Capítulo I

O SERTÃO DO MARANHÃO NA LITERATURA DE VIAGEM E NA HISTORIOGRAFIA

O sentido da palavra sertão foi atribuído inicialmente, de acordo com Neves (2003) ao termo “mulceltão”, posteriormente reduzido para “celtão”, e logo depois, para “certão” (grafia normalmente encontrada nas documentações portuguesas do século XVIII e XIX). Neste período o termo era usado para conceituar lugares do interior (distantes dos centros administrativos).

Depois, ainda de acordo com Neves (2003) a expressão foi transportada para Portugal com o sentido de “desertão” (deserto grande) e então modificada para “sertão”, mas sempre usada para designar os lugares mais longínquos. Com efeito, disso, a definição de sertão ficou por um longo tempo ligado ao interior e sempre em uma relação de alteridade com o litoral (grandes centros administrativos), dessa forma, as categorias (sertão e litoral) só existiam em função da outra.

Sertão foi amplamente usado em Portugal, conforme estudos de Janaína Amado (1995), os portugueses usavam o termo para indicar lugares distantes de Lisboa. No início do processo de colonização, o conceito foi trazido à América portuguesa, e no século XIX a palavra sertão já estava integrada ao vocabulário brasileiro, e foi muito usado nas localidades que Portugal possuía colônias.

Com o passar do tempo foi atribuído alguns sentidos para o termo sertão, dentre eles, podemos destacar dois: “[...] um associado à ideia de semi-árido, outro priorizando atividades econômicas e padrões de sociabilidade, articulado à pecuária” (NEVES, 2003, p. 156). Por consequência, o sertão do Maranhão se enquadra nessa perspectiva, devido às atividades econômicas praticadas nessa localidade, já que, nessa região prevaleceu à pecuária. No Brasil essas várias significações do termo sertão, ajudaram também a pensar à construção da nação no século XIX, nesse sentido, foi construída várias visões e versões dessa categoria.

São observadas de acordo com Oliveira (1998), duas perspectivas em relação ao sertão: a romântica que trata o sertanejo, como o cerne da nacionalidade brasileira, possuidor de todas as características essenciais para a nação (forte, vencedor, simples, dentre outras), e a perspectiva da tradição realista, a qual retrata o sertão como um atraso ao avanço da nacionalidade, símbolo da incivilidade, deste modo esse termo foi muito representado através dessa referida dicotomia.

Outra questão referente ao sertão é o isolamento, muito marcado pela oposição entre sertão ligado ao incivilizado e o litoral ao civilizado. O sertão do Maranhão, por exemplo, passou por um determinado período, relegado ao esquecimento pelas autoridades e pelo poder central da época e também pela historiografia tradicional maranhense, que ao tratar do Maranhão só se referia à capital São Luís.

A literatura contribuiu de certa forma para a construção dessas representações do sertão (ora positivada, ora negativada). Os literários do romantismo foram os pioneiros a trabalhar com o termo em suas obras e por influência desse movimento outros vieram, várias obras literárias foram produzidas com o sertão como plano de fundo, assim, pode-se citar: *O Sertanejo* (1875) de José de Alencar; *O sertão* (1896) de Coelho Neto; *Grande Sertão Veredas* (1956) de Guimarães Rosa; *Pedra do Reino* (1971) de Ariano Suassuna; *O Quinze* (1930) de Raquel de Queiroz, dentre outros.

Essas produções literárias contribuíram para reforçar a dualidade referente ao termo sertão, pois essas obras “[...] questionam ou mitificam o sertão, comparam-no frequentemente, ao paraíso, ao inferno ou ao purgatório, insinuando que, entre muitas leituras possíveis, uma que vá buscar à visão de Dante na Divina Comédia” (CRISTÓVÃO, 1994, p.45). Dessa maneira, a literatura nacional ajudou a reforçar a visão dual do sertão presente no imaginário social brasileiro.

Uma obra literária que muito influenciou na construção das representações do sertão no imaginário brasileiro, foi *Os sertões (Campanha de Canudos)* de Euclides da Cunha, publicada em 1902, obra que teve como narrativa a guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia. Esse clássico da literatura nacional consagrou uma visão de sertão ligada às características geográficas do semiárido, da seca. Entretanto, como nos adverte Candice Vidal e Souza (2015, p.515) “os sertões são muitos, o sertão é um mesmo lugar que pode ser reencontrado em espaços dispersos pelo Brasil”.

O sertão do Maranhão, por exemplo, é oposto ao que foi consagrado por Euclides da Cunha em sua obra. Em 1924 uma escritora autodidata sertaneja Carlota Carvalho⁴, escreveu uma importante obra referente ao sul do Maranhão: *O sertão subsídios para a história e geografia do Brasil*, nesta obra a autora fez uma constatação à generalização de sertão dada por Euclides da Cunha, dessa maneira de acordo com Carvalho (2011, p.131):

O que nos sertões do Maranhão, Goiás e Mato Grosso chamam caatinga-mato alto constituído por grandes espécies vegetais, como angico, aroeira, ipê e jatobá, árvores espaçadas, entremeadas de pastagens-, não têm semelhança

⁴ Carlota Carvalho não escreveu a obra para se opor á Euclides da Cunha.

com a raquítica e enfezada vegetação de uma pequenina e única parte do território da Bahia, magistralmente descrita por Euclides da Cunha no livro *Os sertões*. Essa mínima porção do território brasileiro, “triste, desolada, calcinada pelo sol, natureza morta”, e nesga do nordeste, “escassa de água e flagelada pela seca”, não representam o caráter geral do imenso território do Brasil, abundante de perenes mananciais, regado por grandes rios e ornado por extensas florestas [...]. Nada há parecido à terra e vegetação do Vaza-Barris, tristemente celebrizado pelo acontecimento que Euclides da Cunha chamou de o crime de Canudos.

O sertão do Maranhão chamado inicialmente de “Pastos Bons, recorte espacial desta dissertação e paradigmático *Pelas trilhas do sertão maranhense*, proposto neste trabalho, é o oposto às várias representações de sertão que ficaram e ainda estão consagradas e arraigadas no pensamento social brasileiro, quando pensam nessa região.

As representações que chegam ao pensamento coletivo são as imagens de secas e clima seco, mas ao sul do Maranhão, ao qual foi denominado de Pastos Bons⁵ pelos vaqueiros que chegaram à região em fins do século XVIII é um espaço rico na hidrografia e recebeu de Carlota Carvalho (2011) a alcunha de “mesopotâmia do meio norte”, região banhada por vários rios e em especial pelo rio Parnaíba e Tocantins.

1.1 A literatura de viagem sobre o sertão do Maranhão.

O sertão do Maranhão desde o século XVIII foi destino de viagens exploratórias e demarcatórias, as quais ainda são pouco trabalhadas pela historiografia maranhense⁶. Um importante trabalho acerca dos viajantes que passaram pelo nosso estado é *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX* (1991) de José Ribamar Caldeira, as principais fontes desta obra foram as literaturas de viajantes estrangeiros que passaram pelo Maranhão no século XIX.

Dentre esses viajantes citado por Ribamar Caldeira (1991), podemos citar: Henry Koster (*Viagens ao nordeste do Brasil*); Johann Emanuel Pohl (*Viagem ao interior do Brasil*);

⁵ “Pastos Bons” foi então uma expressão geográfica, uma denominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o ocidente em uma sucessão pasmosa em que o bom sucedia o melhor. (CARVALHO, 2011, p.97)

⁶ Referente ao Vicente Jorge Dias Cabral temos: Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão (Samara Ramos, 2017); Vicente Jorge Dias Cabral: uma naturalista na capitania do Maranhão e Piauí (Marcelo Cheche, 2017); Um Maranhão ilustrado? História e natureza na correspondência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (Flávio Pereira Júnior, 2016) e Em busca de riqueza para o Império: Reformismo Ilustrado português, os naturalistas e a expedição pela capitania do Maranhão e Piauí (1796-1803) (Mariana Lopes, 2018). Sobre Francisco de Paula Ribeiro: Um militar à serviço da Coroa portuguesa (Alan Kardec); A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro (Raimundo Lima dos Santos) e referente à Pereira Caldas e Sebastião Gomes Berford: Varando Mundos Navegação no Vale do Rio Grajaú (Alan Kardec).

Spix e Martius (*Viagem pelo Brasil*); Alcide D’Orbigny (*Viagem Pitoresca através do Brasil*); Daniel Parish Kidder (*Reminiscências de viagem e permanência nas províncias do Norte*); George Gardner (*Viagens no interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836 a 1841*); Príncipe Adalberto da Prússia (*Brasil: Amazonas –Xingu*); Auguste François Biard (*Dois anos no Brasil*); Robert Avellemant (*Viagem ao norte do Brasil no ano de 1839*) e Elizabeth e Louis Agassiz (*Viagem ao Brasil*).

No entanto, este referido trabalho deixa à margem, outros importantes viajantes não estrangeiros, que descreveram principalmente o sul maranhense, como: Vicente Jorge Dias Cabral; Francisco de Paula Ribeiro; Sebastião Gomes da Silva Belford⁷ e João Pereira Caldas⁸. Desses referidos viajantes Ribamar Caldeira (1991) fez uma referência somente à Paula Ribeiro, quando tratou de questões econômicas do Maranhão, por influência da pecuária, o qual ressaltou: “[...] com efeito, eram os sertões do sul maranhense a área na qual a pecuária constituía a principal atividade econômica” (CALDEIRA, 1991, p.33).

Vicente Cabral, Sebastião Gomes Belford, João Pereira Caldas e Paula Ribeiro, descreveram o sertão em diversos aspectos (sociais, culturais, econômicos e geográficos) e seus relatos de viagens serviram e servem como fonte histórica para várias discussões sobre o sertão (principalmente as memórias produzidas por Paula Ribeiro).

⁷ Nascido na fazenda Kebru, freguesia Nossa senhora do Rosário, foi estudante de matemática por Coimbra, acadêmico de direito, sem concluir o curso, vereador da Câmara de São Luís. Berford fazia parte de uma família tradicional do Maranhão, o que possibilitou estudar na Universidade de Coimbra. Ele ficou responsável por uma viagem em 1809 de São Luís à Corte do Rio de Janeiro. Dentre os objetivos da viagem, temos: o reconhecimento do sertão, descoberta do rio Tocantins, além das estradas que ligavam o Arraial do Príncipe Regente fundado por Francisco de Paula Ribeiro em 1807. Além do roteiro foi produzido um mapa da região. Esse roteiro foi publicado pela Imprensa Régia em 1810 e pela Ética editora em 2008 (em comemoração do bicentenário da viagem). O Roteiro é composto pelos seguintes documentos/itens: Apresentação (Obra e tempo) feita por Alan Kardec Pachêco Filho e Marcelo Cheche Galves; Perfil Biográfico/ Notas genealógicas feita por Milson Coutinho; Ofício de informação e participação do resultado da viagem ao ministro e secretário de Estado e Negócios Estrangeiros e da Guerra; Roteiro ou itinerário da viagem no qual se declaram os nomes e distâncias das cidades, vilas, arraiais, freguesias, fazendas, rios, ribeirões, riachos e córregos; assim também a qualidade dos caminhos e dos postos.

⁸ Ainda referente à literatura de viagem sobre o sul do Maranhão, temos O Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí, considerado por alguns como anônimo, mas que Alan Kardec Gomes Pachêco Filho atribuí a sua autoria à João Pereira Caldas, o roteiro foi publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e trata principalmente sobre questões indígenas e a necessidade de exploração dos rios da região. O Roteiro possui 108 parágrafos referentes à jornada da cidade de São Luís até o Arraial São Felix à Villa-Boa; e cinco capítulos dispostos em 177 parágrafos, a saber: Em que se propõe um novo estabelecimento de povoação, que se comunique pelo interior do país, do Rio Parnaíba da capitania do Maranhão ao Rio Tocantins da capitania do Pará, com projeto interessante à redução de nações silvestres a produções e culturas das referidas capitanias; Em que se propõe os meios de reduzir-se à pratica o mesmo projeto; Em que se poderão e convencem dois obstáculos que se podem opor a execução do projeto e se mostra não existir, a abundância de gados. Cujá suposição dá lugar ao segundo; Em que mais se convença o segundo obstáculo, mostrando-se as utilidades que resultariam, se existisse a suposta abundância de gados e Em que se acaba de convencer, mostrando-as que, ainda que existisse a abundância de gados, não serviria de obstáculo para a execução do projeto.

A literatura de viagem, como já foi ressaltada se constitui como uma rica fonte de informação, referente ao sul do Maranhão, viajantes deixaram essas impressões em forma de memórias, diários, relatórios, iconografias e mapas. Essas viagens foram responsáveis pela produção de um vasto e rico *corpus* documental, cada uma delas possuía suas particularidades e foram feitas com objetivos diferentes, pois, cada viagem é única e possui as suas especificidades, bem como os produtos delas (relatórios, cartas, artigos, dentre outros) são únicos. Para trabalhar essas fontes o historiador precisa estar atento à algumas questões, a saber:

[...] deve ater-se a muitos aspectos: conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante, avaliar o período em que se escreveu o texto (durante ou após a jornada), a forma como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário, etc) e quando se publicou o texto, s for o caso. Mas, antes de qualquer coisa, devemos nos perguntar quem é o escritor do relato ou quem “ele quer ser”. (JUNQUEIRA, 2011, p. 47)

Por consequência, ao aproximar-se dessas fontes o historiador precisa estar atento a problemáticas de caráter metodológico, como enfatiza a citação acima: entender o lugar de fala do viajante e as possíveis interferências culturais que o mesmo carrega, entender o contexto histórico da empreitada, observar em quais circunstâncias, a narrativa (o produto) da viagem foi elaborada, e ainda compreender quem era o viajante e o que ele esperava após a viagem.

Para além dessas observações, é necessário pensar também outras questões como salientou Stella Franco (2011): as intencionalidades do viajante, na maioria das vezes colocada nas entrelinhas do discurso, o lugar de enunciação do mesmo (nacional, social e até mesmo e ideológico). Desse modo, o pesquisador deve dar atenção aos silêncios do documento, as possíveis influências ideologias que carregava determinado viajante, bem como os interesses, particulares ou não, que influenciaram a viagem.

Ainda referente a metodologia, o historiador precisa compreender o período que o texto foi escrito, e também os períodos que antecederam e sucederam à viagem. Dessa maneira, “os relatos de viagem, grande parte das vezes, foram produzidos a partir de experiências de indivíduos deslocados de suas realidades de origem, que frequentaram a realidade de outrem” (FRANCO, 2011, p. 75). Os viajantes que percorreram o sul do Maranhão passaram por essa experiência, saíram de suas realidades e foram desbravar o sertão “desconhecido”, até então para a Coroa portuguesa.

A tendência do uso da literatura de viagem no Brasil não é tão recente, visto que, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua fundação no século XIX, sempre concedeu espaço para a publicação de viajantes estrangeiros, como para os nascidos aqui, os

quais visitaram, desbravaram e exploraram o país. Assim, o IHGB publicou vários relatos de viajantes em sua revista, desses posso citar os escritos de Francisco de Paula Ribeiro e de Sebastião Gomes Berford sobre o sertão do Maranhão, publicados pelo referido Instituto.

Por um determinado período a literatura de viagem foi usada apenas de modo informativo e até mesmo uma prestação de contas dos serviços prestados pelos viajantes à época. Mas, como já observamos, com o passar do tempo foi usada pela historiografia como fonte e como qualquer outro documento histórico, precisa ser tratada com uma criticidade específica.

Os escritos de viagem, como já destacamos, representam um leque muito vasto para o historiador, os mesmos a partir do século XIX, “[...] na passagem da aliança fé-império para a nova fase de poderes diferentes visando todos eles o desenvolvimento, desde o povoamento das províncias do interior, até a confirmação identitária” (CRISTÓVÃO, 2014, p. 09). Depois das questões religiosas, essas viagens, visavam tanto o povoamento dos sertões das colônias, quanto às questões de exploração econômica das regiões viajadas.

O século XIX foi marcado pelas viagens científicas que também eram chamadas de “viagens filosóficas”⁹, como já se destacou, o sertão do Maranhão recebeu uma dessas viagens. A viagem comandada por Vicente Jorge Dias Cabral¹⁰, ocorreu no período denominado pela historiografia de “Reformismo Ilustrado”, nesse período a Europa estava sob grande influência do movimento iluminista e também pela Revolução francesa, ambos os movimentos tiveram em comum, as críticas referente à sociedade do antigo regime.

Neste referido período, ciência, ilustração e modernidade, andavam juntas, pois, “la alianza entre ciência, Ilustración y modernidad es tan sólida que cualquier intento de afirmala o desmontarla pasa necesariamente por analizar la composición de sus cimientos” (PIMENTEL, 2003, p. 16)¹¹. O desenvolvimento científico era peça chave no pensamento da época, mas esse movimento reformista no continente europeu, deu-se de forma diferente em cada país, referente à essas especificidades observaram-se que:

⁹ Para ser filosófica a viagem deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo [...]. Os naturalistas atuavam, portanto como economistas, etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza. (RAMINELLI, 2008, p.97)

¹⁰ Filho de Thomaz Pereira Cabral nasceu em Tejuco, atual Diamantina em Minas Gerais, fez parte da segunda leva de estudantes da América portuguesa na Universidade de Coimbra, estudou Filosofia natural recebendo o título em 29 de julho de 1789 e Direito recendo o título em 7 julho de 1794, o mesmo estava em São Luís, trabalhando como advogado e responsável pelo Horto botânico da cidade (uma espécie de viveiro de plantas). Vicente Cabral estava muito ansioso para trabalhar como naturalista.

¹¹ A aliança entre ciência, ilustração e modernidade é tão sólida que qualquer tentativa de afirmar ou desmontar passa necessariamente por analisar a composição de suas fundações. (Tradução Nossa).

Em outros países da Europa estas “novas ideias” geraram a política do “reformismo ilustrado”, que consistiu na absorção, por esses governantes ou de seus ministros, de alguns destes novos princípios, e na consequente adoção de uma política de reformas em questões pontuais do sistema para evitar um movimento de pressão que provocasse o abalo das estruturas vigentes. (Lyra, 1994, p.32)

Nesse sentido, o “Reformismo Ilustrado”, consistia na adoção de alguns princípios do Iluminismo, principalmente, no que se refere, ao desenvolvimento científico. Essa política visava, sobretudo, a manutenção dos impérios europeus, já que o Iluminismo e a Revolução Francesa foram movimentos que poderiam colocar em risco as coroas europeias. O século XIX foi considerado o século da ciência, quando, várias disciplinas obtiveram o caráter científico (a história, por exemplo, tornou-se ciência nessa época). Assim, no período das luzes, a ciência e os cientistas passaram a ter o papel de protagonistas no cenário social.

No século XVIII e XIX, os viajantes eram na maioria das vezes, considerados cientistas e naturalistas, os mesmos “[...] fabricaban textos, levantaban mapas, clasificaban especies y nombraban, retrataban regiones y sus habitantes: producían conocimiento del mundo”¹² (PIMENTEL, 2003, p.16). A natureza se tornou objeto de observação desses cientistas também considerados naturalistas, principalmente, no que se refere à exploração das potencialidades econômicas.

A maioria dessas viagens das ilustrações foram publicadas, pois, “se trataba de transformar la experiencia privada del viaje en conocimiento público”¹³ (PIMENTEL, 2003, p.218). O principal objetivo da publicação desses relatos de viagem era justamente o desenvolvimento e propagação do conhecimento produzido por tais viajantes. As “viagens filosóficas” foram organizadas e financiadas pelas Sociedades Científicas e esses viajantes tinham como objetivo identificar e publicizar, tanto a fauna como a flora dos lugares que os mesmos percorriam. Além de fazer, em alguns casos, levantamentos sobre as populações que habitavam determinada região, os costumes, modos de vida, geografia, dentre outros.

Em Portugal, as práticas reformistas começaram por influência de Sebastião Carvalho Melo (Marquês de Pombal), que promoveu uma série de reformas educacionais, buscando priorizar o desenvolvimento científico. O objetivo das reformas pombalinas eram sobretudo a estatização do ensino, para assim romper qualquer vínculo com o modelo de educação que estava vigorando naquele período. O resultado disso foi a expulsão dos jesuítas, devido a esse

¹² Fabricavam textos, levantavam mapas, classificava, espécies, e eles nomearam, retrataram regiões e seus habitantes: produziram conhecimento do mundo. (Tradução nossa)

¹³ Se tratava de transformar a experiência privada da viagem em conhecimento público. (Tradução nossa)

fato, houve a necessidade de contratação de novos professores, uma das contratações mais significativas foi a do italiano Domingos Vandelli¹⁴.

De acordo com Maria de Fátima Costa (2001) Vandelli foi o realizador das reformas na Universidade de Coimbra¹⁵. A instituição foi modernizada e nela foi implantada reformas filosóficas e pedagógicas, foi implantado também os cursos de Filosofia Natural, História Natural, Física experimental e Química. A partir dessa reforma houve um movimento para influenciar os jovens a se tornarem cientistas, assim, “o homem de ciência desencadeou nas academias a longa marcha que o deveria conduzir à identificação da pesquisa científica como profissão” (FERRONE, 1997, p.157). Ser naturalista passou a ser uma das profissões mais procuradas na época, pois era uma forma de obter prestígio social e cargos na burocracia estatal.

Foi incluso nos programas educacionais da Universidade de Coimbra a disciplina de Filosofia Natural, a qual tinha como objetivo conhecer os três reinos da natureza (animal, vegetal e mineral), essa disciplina tornou-se obrigatória para todos os alunos que frequentassem a Universidade. Desse modo, os graduandos recebiam ao concluir os cursos a titulação de naturalista, logo após a reforma, muitos ex-alunos recém-formados foram recrutados para servir à Coroa na condição de cientista/naturalista.

Houve também um intenso movimento de filhos da elite luso brasileira que foram estudar na Universidade Coimbra, pois, “de 1772-1822- 866 brasileiros teriam passado pelos bancos da Coimbra reformada, muito deles optando pela formação de naturalista” (CRUZ, 2002, p.66). Esses estudantes optavam pela formação de naturalista buscando adquirir habilidades para trabalhar a serviço da Coroa em viagens exploratórias. Vicente Jorge Dias Cabral, por exemplo, estudou na Universidade após a reforma graduando-se em direito.

Outro momento da política do “Reformismo Ilustrado” foi com a chegada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho¹⁶. Esse novo ministro comandou o Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos a partir do ano de 1796 e deu continuidade a esse programa reformista de desenvolvimento científico. O ministro deu subsídios e espaço para a exploração científica nos

¹⁴ Consoante à Oliveira (2013) o naturalista e químico nasceu em Pádua em 173, doutorou-se em filosofia na Universidade de Pádua.

¹⁵Foi fundada em 1290 em Lisboa e depois foi transferida para Coimbra e ficou nas dependências do mosteiro de Santa Cruz. A universidade foi o lugar de formação de uma geração de letrados dos setecentos.

¹⁶ De acordo com Ronald Raminelli (2008) nascido em 1755, pertencia a uma família nobre e destacada, seu pai foi governador e embaixador de Angola, era afilhado de batismo do Marquês de Pombal, estudou no Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra. Em 1778 foi nomeado diplomata português junto à corte de Sardenha em Turim. Entre 1801 a 1803 foi presidente do real Erário e entre 1808 a 1812 na regência de D. João VI foi ministro de guerra e negócios estrangeiros, em 1808 foi agraciado Conde de Linhares e faleceu no Rio de Janeiro em janeiro de 1812.

sertões das colônias portuguesas e, ao mesmo tempo, para os alunos lusos brasileiros egressos da Universidade de Coimbra comandar expedições científicas.

O desenvolvimento científico continuou então sendo base para essas políticas de cunho ilustrado, o qual foi amplamente usado para explorações das colônias portuguesas na América e em África, como já se destacou. Nesse sentido, as chamadas “viagens filosóficas” foram largamente usadas pelo novo ministro, diante disso, pode-se citar alguns viajantes que coordenaram essas expedições filosóficas, como enfatizou Hermelinda Pataca (2006): Francisco Antônio Sampaio (Bahia); Alexandre Rodrigues Ferreira (Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá); Joaquim José da Silva (Angola); Frei José Mariano da Conceição Veloso (Rio de Janeiro); José Vieira Couto (Minas Gerais). Dentre esses viajantes, como já abordado, houve na capitania do Maranhão, uma viagem comandada pelo bacharel naturalista Vicente Jorge Dias Cabral.

Em meados do século XIX, houve uma intensa mobilização da Coroa portuguesa em busca da exploração do salitre¹⁷ natural, devido tal produto ser considerado matéria-prima essencial para a produção de pólvora. Assim possuir domínio desse produto que significava possuir meios para Portugal defender seu território e suas possessões além-mar.

As “viagens filosóficas”, em sua maioria, tiveram como objetivo principal a exploração como, já se destacou, de salitreiras naturais. No sertão da capitania do Maranhão¹⁸, essa busca se intensificou com ordens do governador e capitão general D. Diogo de Sousa¹⁹. Em abril de 1799, o então governador enviou um ofício à Coroa portuguesa atribuindo Vicente Cabral a chefia de uma viagem exploratória em busca do salitre. Em seu despacho o governador fala sobre Dias Cabral:

[...] mas também dizer que na Universidade, onde o deixei sempre ouvi louvar aos santos da faculdade de filosofia e de leis assim sua aplicação, como a sua conduta, a cujos respeitos achando-os nesta cidade, tem igualmente merecido a minha opinião por isso eu já tencionava lembra-lo a vossa excelência ou para estabelecimento das mata, ou para a cadeira de História Natural dos respectivos planos que estou encarregado, e a vista dos quais confrontados com sobredita representação me parece poderá vossa excelência a formar

¹⁷ Salitre era a matéria prima essencial para a produção de pólvora (mistura de salitre, enxofre e carvão).

¹⁸ De forma institucional o território do Piauí esteve anexada a capitania do Maranhão, pois em meados do século XVIII, o estado do Maranhão, passou a intitular-se Estado do Grão Pará e Maranhão, depois houve nova divisão em dois estados: estado do Maranhão e Piauí com sede em São Luís e do Grão Pará e Rio Negro com sede em Belém, por essa razão, tratamos nesse trabalho essa região como sertão do Maranhão.

¹⁹ De acordo com Mario Meireles (1979) D. Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Meneses nasceu em Lisboa, fidalgo da casa real, doutor em matemática pela Universidade de Coimbra, governou a capitania de Moçambique na África Ocidental e por decreto de 13 de janeiro de 1798 foi nomeado governador e capitão general da capitania do Maranhão e Piauí.

conceitos sobre o que melhor convém ao serviço do príncipe. (AHU-MA, D. 8652)

Conforme ofício acima, Vicente Cabral já era conhecido do então governador, desde os tempos que os mesmos estudaram na Universidade de Coimbra, e o naturalista era um grande conhecedor das ciências naturais. O viajante saiu para a exploração do salitre e de produtos dos três reinos da natureza para encontrar Joaquim José Pereira o qual tinha a alcunha de Vigário de Valença,²⁰ que assim relatou: “[...] em companhia do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, o qual chegou a mesma cidade pelo mesmo motivo a 12 de abril, saindo de Aldeias Altas a 16 de março” (AHU-MA, D. 9555). Os dois juntos percorreram algumas vilas e freguesias, tais como: Icatu, Aldeias Altas, Brejo do Piauí, Oeiras, Valença, Campo Maior e Parnaíba em busca, como já observaram de salitre e outros produtos naturais.

A exploração do salitre não se deu conforme esperavam os viajantes²¹, havia no sertão uma localidade que foi denominada de várzea do salitre, “[...] situada entre o rio Itapecuru na distância de três léguas, e do Parnaíba na distância de vinte três passando pela extremidade da mesma o rio Iguará, que depois de limpo pode ser navegável no tempo do inverno” (AHU-MA, D.9555). Pelo topônimo acreditava-se ser um local no qual se encontraria salitre em abundância, no entanto, este lugar era rico em Carnaúbas, e era abundante em outro sal, conhecido cientificamente como Sal de Glauber ou Sulfato de Soda, muito usado na época como purgante. Os viajantes concluíram que o sertão do Maranhão não tinha salitre natural em quantidade para ser explorado, mas conforme a documentação consultada apontava uma solução: construção de salitreiras artificiais²² para a exploração e possível comercialização do produto.

Outro produto explorado, mas esse encontrado em grande quantidade no sertão foi uma planta medicinal denominada Quina muito usada para tratar febres. Além de identificar a planta os viajantes fizeram uma descrição detalhada sobre ela, pois, “uma vez recolhida a planta, a

²⁰ De acordo com Bonato (2010) recebeu o nome de vigário de Valença em referência a sua cidade Valença no Piauí, o mesmo tinha um profundo conhecimento do sertão. Por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho Pereira realizou no mínimo três viagens: Uma pela ribeira do Apody, partiu pela vila de Portalegre, no sertão do atual estado do Rio Grande do Norte, depois seguiu até São Luís para explorar os sertões da capitania entre 1794 e 1796. Já em 1799 o vigário inicia mais uma viagem pelo sertão do Maranhão a qual fez em companhia do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral.

²¹ Nos relatórios de viagem e nas cartas encaminhadas entre o governador da capitania do Maranhão D. Diogo de Sousa e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho referente a viagem filosófica, consta a quantidade de amostras de salitre enviadas à Portugal, assim concluímos um total de 12 arrobas, 149 libras e 12 onças de salitre, um valor aproximado de 247 quilos no total.

²² Os viajantes apresentaram o método para a produção de salitre artificial, as terras deveriam ser as que tinham criação de gado, terras das várzeas, beira dos rios ou riachos e também terras que estivessem à sombra de árvores com mato e capim. Logo após a escolha das terras deve ser preparada uma casa coberta de palha, sobre uma quantidade de terra, esse lugar deveria ser molhado com estrume, depois esse material deveria ser depositado em tanques, e depois teria a produção do salitre artificial.

descrição que dela se faz permite identificá-la, comparando-a com espécies conhecidas” (BOURGUET, 1997, p.233). Por essa razão, os viajantes fizeram um levantamento detalhado referente a Quina.

Em vista disso, Vicente Cabral produziu uma memória específica para essa planta, intitulada: Ensaio Econômico da Quina do Piauí, datado de 1801 e destinado ao governador D. Diogo de Sousa. Essa memória foi dividida em quatro partes: sobre a classificação da nossa quina, sobre a cultura da nossa quina, sobre a conservação da nossa quina e sobre a exportação da nossa quina.

Figura 01: Planta Quina

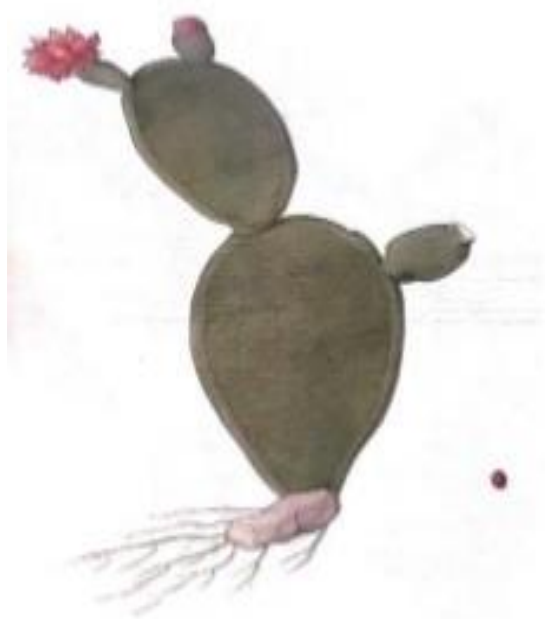


Fonte: (KURY, 2012, p.132.)

Joaquim Pereira em outro relato da viagem classificou a quina encontrada por ele e por Vicente Cabral de *Quinaquinapiauiensis*, a qual era diferente das outras espécies da planta, pois a encontrada no sertão do Maranhão, além de antifebril era também antisséptica, pois nas palavras do mesmo: “o caso aproveitou a quina piauiense como milagroso vegetal descoberto nesta conquista, no atual serviço do príncipe regente nosso senhor” (AHU-MA, D. 9595). O viajante colocou então, essa “nova” quina como produto da sua empreitada.

O reino animal foi pouco investigado na expedição. Os viajantes exploraram um inseto conhecido como Cochonilha. Esse inseto era habitador de um cacto chamado vulgarmente pelos sertanejos de Palmatória. A Cochonilha produzia uma tinta de cor Carmim e os viajantes concluíram que seria lucrativo para Portugal o incentivo para a cultura e comercialização desse inseto.

Figura 02: Palmatória de Cochonilha



Fonte: (ABRANTES, et. all, 1996, p. 67 Estampa nº08)

Sobre a Cochonilha foi observado (AHU-MA, D.9555) que os machos possuíam duas asas e as fêmeas não tinham asas, elas se alimentavam do cacto e produziam o chamado ácido carmínico (substância que produzia o corante). As fêmeas não sobreviviam mais do que o tempo necessário para colocar os ovos, uma só fêmea gerava cerca de mil filhos e morria, e o clima quente do sertão contribuía para o criatório dos insetos, além da referida planta e do salitre. Como já se destacou os viajantes exploraram outros produtos dos três reinos da natureza, conforme tabela a seguir:

Quadro 01: Produtos dos três reinos da natureza catalogados por Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira.

Reino Vegetal	
Plantas	Propriedades
Caninana de Marvão.	Purgante antivenéreo.
Quatro patacas.	Purgantes e ajuda a regular menstruação.
Genaúba.	Purgante e usado para tratamento de problemas na pele.
Para tudo/ unha d' anta.	Tratamento de febres intermitentes, secreções e era usado também como antídoto para veneno de cobras.
Betónica do Piauí.	Problemas no sistema nervoso e gripes.
Caninana.	Tumores.
Angico.	Contusões internas.
Ipecuacuanha branca.	Purgante.
Valames.	Purgante.
Angelica.	Febres e problemas de ingestão.
Angico Vermelho.	Indigestão e hemorragias.
Apostomeira.	Coagulante, cura feridas, fortificava o estômago, problemas cardíacos e hemorragias.
Carnaúba	Tronco e folhas serviam para a construção de casas no sertão./ Tronco fabricação de utensílios (bengalas e pontas de flechas)/ Fruto servia para alimento do gado.
Aroeira.	Criação do bicho da seda.
Castanheira do Piauí.	Ornamentação dos jardins.
Maracujá de Moita.	Ornamentação de jardins.
Palmatória de cochonilha.	Hospedeiro da cachonilha.
Pinhão	Utilidade não relatada
Reino Animal	
Cochonilha.	Inseto que produz tinta de cor Carmim.

Reino Mineral	
Sal de Glauber/ Sulfato de Soda.	Purgante, efervescente, servia na fabricação de vidros devido a base alcalina.
Sal aluminoso de plumas.	Propriedade não descrita.
Alumén plumoso.	Excelente corante.
Ferro.	

Fonte: AHU-MA, D.9555

Assim sendo, podemos perceber que foi dado um destaque específico para o reino vegetal, isso se deu por conta de “[...] uma preocupação econômica e utilitarista impulsiona a procura de plantas novas para a aclimação da Europa e mundo” (BOURGUET, 1997, p.233). A partir da tabela acima, nota-se como os produtos, não só as plantas eram catalogadas conforme a sua utilidade. Essa viagem mostra como o sertão do Maranhão estava na virada do século XVIII para o XIX inserido nessa ampla política do “Reformismo Ilustrado” português.

Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira em suas memórias pouco trabalharam questões geográficas e sociais do sertão, pois a viagem tinha como objetivo a exploração científica de produtos naturais da região. Joaquim José Pereira terminou a viagem doente, o mesmo pontuou que, “por me achar doente dos olhos não pude continuar a escrita” (AHU-MA, D. 9555). Por essa razão, o vigário não conseguiu publicar seus escritos de viagem.

Já Vicente Jorge Dias Cabral recebeu o cargo de professor régio na cadeira de retórica no Convento Nossa Senhora do Carmo pela análise da documentação, o viajante tentou, em vida, publicar os resultados da sua viagem filosófica, pois o bacharel havia pedido suspensão dos seus serviços como professor régio, a saber:

Diz o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral professor régio da cadeira de retórica na cidade de São Luís do Maranhão que ele precisa vir a este reino com licença por um ano a fim de dar ao prelo os opúsculos das excursões filosóficas naturais que da ordem de Vossa excelência fora encarregado e como para o fazer quando lhe conservada a dita cadeira como o régio aviso. (AHU-MA, D.9557)

Vicente Cabral, no ofício acima, pediu suspensão por um ano da sua função de professor régio para ir a Portugal publicar os *Opúsculos das excursões filosóficas naturais*, seus escritos de viagem, no entanto, não se têm referência da ida do bacharel à corte para a publicação de seus relatos.

Parte dos estudos e observações de Vicente Jorge Dias Cabral só foram formalmente publicados em 1996 pelo Museu e Jardim Botânico e Museu de História Natural da Universidade de Lisboa, a obra foi organizada por: José Mendes Ferrão; Maria Cândida Liberato e Maria Luisa Abrantes, e intitulada: *Plantas do Brasil Flora económica do Brasil no século XVIII Plantas do Maranhão e Piauí*.

O livro foi organizado por uma nota introdutória (referente ao contexto histórico da viagem de Vicente Cabral) e pelos desenhos produzidos durante a viagem, vale ressaltar que além da companhia do Vigário de Valença, o viajante estava com um desenhista, citado na documentação como “Silv”. As estampas estão preservadas no Arquivo Histórico Ultramarino do Instituto de Investigação Científica Tropical, na Biblioteca do Museu e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa. A obra contém ainda uma leitura paleográfica do manuscrito preservado no Arquivo Ultramarino do Instituto de Investigação científica tropical e uma bibliografia.

Vicente Cabral e o vigário produziram na “viagem filosófica” os seguintes manuscritos: *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí; Ensaio econômico da quina do Piauí, Memórias sobre as naturas naturais da parte inferior da capitania do Piauí; Memórias sobre as produções nativas, Memória sobre o salitre natural; Memórias adendo a continuação do diário em crédito a quinaquina do Piauí; Memória sobre o Sal aluminoso de plumas; Memória sobre o nitrato luminoso e Pequena memória sobre o chumbo nativo*.

O trabalho desenvolvido por Vicente Cabral nas viagens empreendidas pelo sertão do Maranhão e Piauí em busca dos reinos da natureza de tão bem-sucedido, lhe possibilitou a indicação feita para a corte pelo governador do Maranhão Paulo José da Silva Gama em 15 de fevereiro de 1815, para que ele comandasse a demarcação dos limites da capitania do Maranhão e Goiás, diz o Ofício:

Excelentíssimo senhor, Logo que recebi o Régio aviso de 11 de agosto do ano passado expedido pelo Ex. Ministro Secretario de Estado Senhor Conde das Galveas procurei imediatamente tentar os poucos indivíduos pouco capazes nomear mais suficiente para a Comissão dos exames designação dos limites divisórios desta capitania e da de Goiás, a fim de se ajuntarem com os enviados por aquele general para está execução. Havia aqui um bacharel em filosofia e formado em leis que no tempo do governo D. Diogo de Sousa tinha enviado aqueles sertões no exame dos produtos da natureza, fim execução das ordens régias para este fim aquele governador dirigidas, e por isso o único mais capaz para o presente objeto, mas estando agaravasse-lhe a sua doença crônica ficou impedido, por certo tem, até que em fim morreu. Vim portanto quase obrigado para o capitão régio [...] Francisco de Paula Ribeiro [...] designar fossa excelência pelo secretário deste governo. Estes vencimento pois foram os liberados pela junta real [...] O aviso e carta régia de 12 de maio que incumbiu,

ordenou o então general desta capitania exploração daquele distrito e limites entre Goiás, Maranhão e Pará. A longitude da presente viagem, obstáculos que neles são encontrados pode tudo por força demorar a terminação desses limites, principalmente não havendo um engenheiro para as operações: a cujo respectivo [...] desta capitania que de outra ou qualquer sorte podem ser vendidos. Portanto digo a vossa excelência [...] te desejo zelo e fidelidade. Deus guarde. São Luís do Maranhão 16 de fevereiro de 1815 [...] Marques de Aguiar- Paulo José da Silva Gama. (APEM, L.287, Ano 1802-1804)

Destarte, o objetivo do governador era de enviar para chefia da Comissão de demarcação dos limites da capitania do Maranhão e Goiás Vicente Jorge Dias Cabral que já se encontrava em São Luís. No entanto, o mesmo se estava com a idade avançada, e encontrava-se acometido com uma doença crônica e faleceu antes do início da referida viagem demarcatória.

Desse modo, o militar português Francisco de Paula Ribeiro²³ foi encarregado para a missão demarcatória. O militar já havia prestado outros serviços à Coroa portuguesa, especialmente na região sul maranhense e seus serviços prestados a Portugal iniciaram “[...] em 1793, teve início sua ascensão militar, quando foi nomeado para servir no Estado da Índia” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.64).

Paula Ribeiro fez sua primeira viagem ao sertão do Maranhão no ano de 1800 e “nos dois anos que lá permaneceu [...] percorreu várias vezes todo território entre os rios Parnaíba e Tocantins. Só em missão contra o gentio esteve quatro vezes” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.66). Após essa referida viagem, em 1815 o mesmo esteve no sertão para a demarcação de limites com o Goiás, como já se destacou.

Dessas viagens, a serviço da Coroa, foram produzidas por Paula Ribeiro e, por conseguinte, publicadas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) as seguintes memórias: *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima, Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão propriedades de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos e Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes têm dificultado a redução, e único método que seriamente*

²³ De acordo com Pachêco Filho (2016) o mesmo foi um homem de Estado e serviu em diversas localidades para a Coroa portuguesa, desempenhando serviços na Índia.

*poderá reduzi-las.*²⁴ Além dessas memórias o militar produziu um detalhado e importante mapa da capitania do Maranhão.

Já observamos que Francisco de Paula Ribeiro nos deu uma das mais detalhadas e pioneiras impressões sobre a geografia, os modos de vida e a organização social do sul do Maranhão. O viajante tratou da razão dessa região ter recebido a alcunha de Pastos Bons, a explicação foi devido à riqueza natural do sertão, já que riqueza dos rios locais propiciavam a pastagem ser abundantemente verde. No que se refere a hidrografia Paula Ribeiro refere-se aos principais rios da região, a saber, os “[...] quatro principais rios navegáveis, Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Grajaú” (RIBEIRO, 2007, p. 155).

Outra questão importante tratada pelo militar foi a “descoberta” do rio Grajaú e para conseguinte a sua navegação, esse episódio contribuiu de forma significativa para a história do sertão, pois esse rio por um determinado tempo tornou-se o principal meio de ligação entre o sertão e o litoral. Essa “descoberta” foi empreendida em 1811 pelo alferes Antônio Francisco dos Reis, acontecimento que resultou na fundação da povoação Porto da Chapada que posteriormente seria a cidade de Grajaú, essa questão foi trabalhada por Pachêco Filho (2016) e Carlota Carvalho (2011).

No que se refere aos primeiros habitantes do sertão, Paula Ribeiro, ressaltou que o sertanejo Domingos Afonso Sertão foi apontado como um dos primeiros habitantes desta região, vindo da Bahia, o mesmo construiu as primeiras fazendas no Piauí, e posteriormente prosseguindo viagem chegou às margens do atual rio Tocantins no sertão do Maranhão.

No período que Paula Ribeiro percorreu essa região, a freguesia de Pastos Bons estava dividida em oito ribeiras ou distritos: Alto Itapecuru, Parnaíba, Balsas, Além Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú. Logo, o processo de “povoamento” do sul do Maranhão foi facilitado devido aos rios e se deu nas ribeiras de alguns desses.

Em relação à população do sertão, Paula Ribeiro (2007) salientou que no sul do Maranhão a mão de obra africana não foi constantemente utilizada, diferente do que acontecia na capital São Luís. O número de escravos no sertão era menor que em outros lugares da capitania, considerando que a atividade econômica mais usada na região era a pecuarista.

No que concerne a importância da pecuária nos sertões brasileiros, possuímos como referência o trabalho clássico de Capistrano de Abreu (1988), nessas sociedades pastoris, o

²⁴ Essas memórias foram publicadas pela Ética editora em 2007 por Adalberto Franklin e João Renôr Ferreira de Carvalho, intitulado Francisco de Paula Ribeiro desbravador dos sertões de Pastos Bons A base geográfica e humana do sul do Maranhão, o livro está organizado da seguinte forma: Prefácio escrito pelo professor Luiz Maia da Silva e os documentos oficiais acerca de Francisco de Paula Ribeiro pelo professor dr. João Renôr F. Carvalho.

couro era usado em praticamente tudo: nas portas, camas, cordas e até mochilas, e o serviço dos fazendeiros, consistia em acostumar inicialmente o gado ao pasto e posteriormente todo o serviço da fazenda ficava a cargo do vaqueiro, essa lógica não foi diferente no sul do Maranhão. Ainda referente a questões sociais, sobre as características do homem do sertão, Paula Ribeiro enfatizou que:

[...] suposto que sejam em grande parte rústicos e brutais, como adiante diremos, não tem contudo de si mesmo, por influência de uma natural índole má, maiores defeitos que escandalizem a humanidade, passados que sejam alguns momentâneos acessos de furor, a que tão somente os conduz [...], porque enfim são de uma condição dócil, hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre têm concorrência, com agrado próprio sim da sua rusticidade grosseira, porém sincero e de boa fé, até facilitar tudo o que possuem àqueles que sabem carinhosamente enganá-los, e isto ao ponto de não se acautelarem dos prejuízos que muitas vezes lhes têm seguido da sua credulidade. (RIBEIRO, 2007, p.149)

Desse modo, de acordo com Paula Ribeiro, os sertanejos possuíam uma rusticidade própria, porém, tinham diversas qualidades, sendo os mesmos hospitaleiros, agasalhadores e tratavam os viajantes, seus hóspedes, muito bem, em suma são naturalmente muito acolhedores. Sobre o clima do sertão, o viajante observou que nem o inverno era muito frio e nem o verão muito caloroso, assim, o clima no período da viagem era considerado ameno. O viajante evidenciou também a existência do composto químico responsável pela produção de pólvora, a saber:

Há por algumas partes do mesmo distrito certos lugares, nos quais abundantemente se descobrem partículas salitrosas sobre a terra, cujas os gados procuram lambê-las, sem que por dias inteiros lhes lembrem outros pastos [...], se acha pedra-ume e também outras partículas, das quais à maneira de caparrosa se servem os habitantes para fazer tinta de escrever. Não afirmamos que estas o sejam, ou salitre [...], além do sal comum, a natureza nos oferece por toda a parte. (RIBEIRO, 2007, p.153)

Assim, conforme Vicente Cabral já havia observado anteriormente, o sertão do Maranhão possuía uma diversidade e grande riqueza em sais, dentre eles, o salitre (o qual foi objetivo principal da viagem filosófica comandada pelo bacharel), esse sal era normalmente encontrado, de acordo com citação acima, em terras as quais o gado lambia.

Paula Ribeiro também tratou do reino vegetal, dedicou-se a uma árvore conhecida popularmente na região de mangabeira brava, essa planta de acordo com o militar ajudava a tratar doenças da pele, além disso, foi retratado pelo viajante acerca de outras espécies do reino vegetal, tais como: aroeira, angico, moreira, pau-marfim e pau-roxo, algumas dessas plantas, como as madeiras finas, aroeira e o angico, algumas dessas plantas retratadas pelo militar já haviam sido catalogadas por Vicente Cabral.

Francisco de Paula Ribeiro fixou então, os limites da capitania do Maranhão e Goiás, dessa forma: “a margem direita do Tocantins, desde a desembocadura do rio Manoel Alves Grande, pertencia ao Maranhão [...]. As divisas entre Maranhão e Goiás (hoje Tocantins) ainda são as mesmas fixadas em 1816 por Francisco de Paula Ribeiro” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.75).

O militar descreveu com uma grande riqueza de detalhes diversos aspectos referentes ao sertão, tanto que foi considerado por Pachêco Filho (2016, p.74) como “o maior historiador dos sertões maranhenses”. Esse homem sob ordens do estado português percorreu por vários anos do século XIX essa região, no entanto, a sua biografia é pouco conhecida, Carlota Carvalho (2011), por exemplo, observou que ele foi assassinado por um sertanista conhecido como Antônio Moreira da Silva (responsável pela fundação da localidade Santo Antônio das Três Barras- Carolina a velha).

A literatura de viagem tratada nesse capítulo são uma das notícias pioneiras referente ao sul do Maranhão e são essenciais para entender o processo de formação desse espaço, os primeiros habitantes, os modos de vida, a economia da região, a riqueza natural, dentre outras questões.

A viagem comandada por Vicente Cabral e Joaquim José Pereira tinham por objetivo o conhecimento e catalogação das potencialidades econômicas do sertão, a partir dos três reinos da natureza. A viagem de Francisco de Paula Ribeiro mostrou o grande interesse da Coroa portuguesa em conhecer também a geografia, posto que, o militar produziu um mapa da região, além de informar sobre a economia e a organização social dos homens e mulheres do sertão.

Buscou-se fazer aqui um panorama da literatura dos viajantes que percorreram o sertão maranhense entre os séculos XVIII e XIX, no entanto, salientamos a necessidade de estudos historiográficos voltados para o estudo e interpretação desse rico *corpus* documental que é a literatura de viagem. Destacou-se ainda que as percepções do sertão tratado por esses viajantes serviram de fonte histórica para os primeiros trabalhos que tiveram a região sertaneja como objeto de estudo, como abordaremos no próximo tópico deste texto.

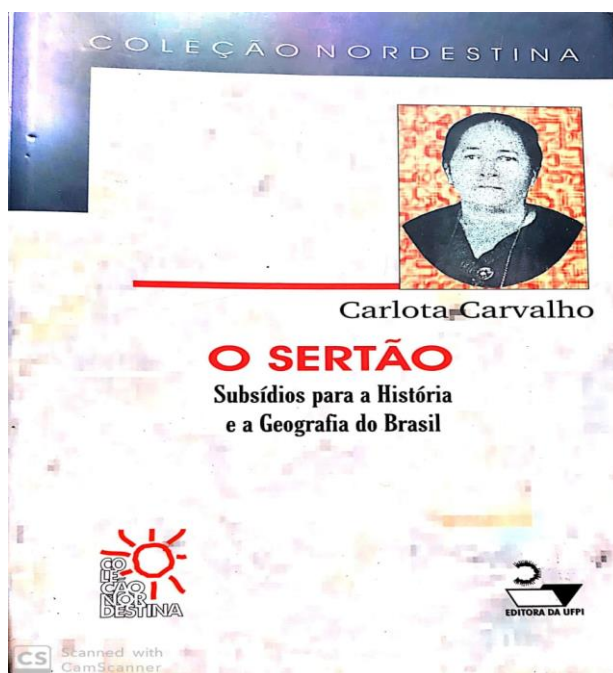
1.2 Trabalhos pioneiros sobre o sul do Maranhão.

Conforme ressaltamos anteriormente, há obras ao qual acredita-se serem pioneiras referente ao sul do Maranhão, das quais muitas delas foram usadas como *corpus* documental (fonte) para essa referida literatura de viagem. Dentre esses trabalhos analisaram-se as

discussões centrais das seguintes obras: *O sertão subsídios para a História e a Geografia do Brasil* (1924-primeira versão) de Carlota Carvalho; *Municípios maranhenses: Pastos Bons de Clodoaldo Cardoso* (1947); *A Esfinge do Grajaú* (1993) de Dunshee de Abranches; *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão* (2008) de Maria do Socorro Coelho Cabral e *Varando Mundos navegação no vale do rio Grajaú* (2016) de Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.

A obra *O sertão: subsídios para a História e a geografia do Brasil* se constitui como uma das principais referências sobre à história e a geografia do sul do Maranhão, no entanto, muitos maranhenses desconhecem o seu conteúdo e a importância deste valioso trabalho. O livro está dividido em três partes, a saber: *o sertão, descrição dos locais e história e do Maranhão ao Rio de Janeiro*. De maneira geral o objetivo central da autora foi retratar aspectos da geografia do sertão e do processo de “reocupação”²⁵ deste território, além de discutir o movimento da Balaiada a partir de outro viés.

Figura 03: Capa do livro *O sertão*.



Fonte: (CARVALHO, 2011)

No que concerne a biografia da escritora Carlota Carvalho, Adalberto Franklin escreveu na referida obra um perfil biográfico, em que destacou que possuímos poucos registros a

²⁵ Usamos “reocupação”, pois, o sertão do Maranhão já era ocupado por populações indígenas, referente a essa questão ver: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. **A ocupação para fins de colonização do sertão maranhense**. In: FERREIRA, Milena Galdes (et. all.). *Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência*. São Luís, Café & lápis; Editora UEMA, 2015.

respeito da vida da autora, existe ainda de acordo com Franklin (2011) alguns debates referente ao seu local de nascimento, alguns atribuem à cidade de Riachão, outros que a mesma teria nascido em Grajaú, pois foi nessas localidades que seus avós quando vindos da Bahia residiram e Carlota teria nascido muito provavelmente no ano de 1866, a data do seu falecimento é desconhecida.

Em relação aos pais de Carlota Carvalho, Franklin (2011) ressaltou ainda que a referência pelas quais conhecemos é que seu pai Miguel Olímpio de Carvalho foi um grande e importante intelectual da região sertaneja e fez parte da “Roda de amigos”, um importante grêmio literário de Grajaú organizado por Militão Bandeira Barros, já a identidade de sua mãe é desconhecida.

A participação do pai de Carlota na “Roda de amigos” é um indicativo de que a mesma foi criada em um ambiente letrado, ela foi professora e irmã de João Parsondas de Carvalho, um grande intelectual sertanejo. O sertão é a única obra que possuímos conhecimento ser de autoria de Carlota e a sua primeira publicação foi em 1924. Atualmente possuímos três edições do livro, graças aos esforços de João Renôr Ferreira de Carvalho e Adalberto Franklin, os quais publicaram a obra pela Ética Editora e Coleção Nordestina.

Na primeira parte da obra Carlota Carvalho tratou da geografia da região, a partir de aspectos da morfografia (análise do relevo), da fisiografia (os rios da região), dentre os quais foram citados alguns: rio do Sono, rio Balsas, rio Parnaíba, rio Manoel Alves Grande, rio Sereno, rio Farinha, rio Alpercatas, rio Mearim e rio Grajaú.

Foi apresentada a explicação dessa região ter recebido a designação de “Pastos Bons”: “[...] foi então uma expressão geográfica, uma denominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o ocidente em uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o melhor” (CARVALHO, 2011, p.97). Como já se observou, a designação foi dada pelos primeiros fazendeiros de gado devido à riqueza natural.

Na obra é trabalhado também os autóctones²⁶, observando que os mesmos eram caçadores e não pastores. Relativo aos modos de vida dos índios a autora destacou que moravam em ocas, organizadas em círculo e no centro eles construíam uma oca maior, os grupos indígenas se organizavam em comunidade a qual era comandada por um chefe eleito pelos índios.

Carvalho (2011) consonante a Francisco de Paula Ribeiro chamou atenção para a violência ocorrida no processo de conquista da região, salientando que, “nesse extermínio,

²⁶ Os primeiros habitantes da região.

degolavam e sangravam sem dó, sem piedade, sem consideração a sexo e idade” (CARVALHO, 2011, p.107), nesse contexto várias populações indígenas foram exterminadas.

A autora tratou também sobre a fundação das primeiras vilas, hoje cidades do sul maranhense, resultado do avanço dos colonizadores na região, os mesmos organizados em grupos e alguns apoiados por forças militares saíram do antigo distrito Pastos Bons e seguiram sertão adentro e assim, conseqüentemente fundaram várias povoações, dentre essas vilas e cidades, a autora destacou: Riachão, Porto da Chapada (Grajaú), Carolina- a velha, Carolina- a nova e Boa Vista do Tocantins.

Referente à essas localidades, Carvalho (2011) deu um destaque a atual cidade de Grajaú, tratou da fundação da igreja Senhor do Bonfim, a criação do distrito São Paulo do Norte, até “em 1835, a lei provincial n° 7, de 29 de abril, sancionada pelo presidente da província, Pedro da Costa Ferreira, elevou a povoação de São Paulo do Norte à categoria de vila com o nome de Vila do Senhor do Bonfim da Chapada”(CARVALHO, 2011, p.137), e posteriormente a criação da comarca da Chapada e o início do processo de cisão desse território com o desmembramento da vila de Barra do Corda da comarca da Chapada em 1873.

Outra questão importante tratada na obra está no capítulo intitulado: *Da independência à Revolução*, em que a autora trabalhou desde o processo de adesão do Maranhão a independência do Brasil até a eclosão da Balaiada em 1839, observou ainda a sociedade sertaneja abordando o funcionamento do grêmio literário “Roda de amigos”.

Assim, neste referido capítulo, foi retratado algumas motivações que levaram a eclosão da Balaiada, dentre elas, a promulgação da lei dos prefeitos, que acabaria com os juízes de pazes, um cargo que era muito querido pelo povo, assim, os prefeitos quando começaram a atuar no lugar dos juízes foram muito violentos e despóticos, por essa razão levantou-se uma onda de insatisfação na população que terminou resultando nesse importante movimento social ocorrido em 1839, conhecido como Balaiada.

Outra motivação de acordo com Carlota Carvalho (2011) foi a prisão dos tangedores de bois comandados por Raimundo Gomes Vieira na Vila da Manga, devido esse episódio, o vaqueiro acompanhado de outros invadiram a cadeia da cidade, tomaram os armamentos dos soldados e soltaram os seus amigos, os soldados com medo dos castigos que receberiam por conta desse acontecimento se juntaram com os vaqueiros e aderiram à causa.

Além do ocorrido na vila da Manga a autora tratou de outro acontecimento; o defloramento das filhas de Manoel Ferreira dos Anjos (o Balaio), e em vista desse trágico acontecimento o Balaio se rebelou tornando-se um dos revoltosos mais violentos do

movimento. Ademais das questões que levaram a eclosão da Balaiada, a escritora trabalhou com o método mais conhecido atualmente de história comparada, objetivando comparar as ações do Duque de Caxias no Maranhão (Balaiada) e no Rio Grande do Sul (Farroupilha):

No Rio Grande do Sul, o general e barão tinha o dever de ser patriota, poupar irmãos, e só viu brasileiros. Todos eram brasileiros. Por isso, em patética proclamação convidou-os a um abraço fraternal e conveio num acordo em que os rebeldes conservaram os postos ou patentes que si tinham dado e as posições oficiais. No Maranhão, o presidente da província Luís Alves de Lima não viu brasileiros com quem tratasse, ouviu suas reclamações [...]. Podem ser mortos nos açoites, presididos pelos Sampaio e, depois, repasto dos urubus! O tratamento indigno que deu a Raimundo Gomes e outros chefes que, depondo as armas, se entregaram a ele, prova bem esta tese. (CARVALHO, 2011, p.187)

Com essa observação a autora demonstrou ainda mais a sua vasta intelectualidade e seu grande conhecimento não só da realidade local, mas dos acontecimentos de nível nacional. Dessa maneira Carlota Carvalho (2011) foi uma das pioneiras a problematizar as atitudes do coronel Luís Alves de Lima frente aos líderes do movimento, pois segundo a autora no Maranhão o coronel viu rebeldes cruéis, e sem direito à piedade, enquanto no Rio Grande do Sul, ele via brasileiros patriotas, dignos de perdão.

No que concerne a vida intelectual²⁷ do sertão, a escritora deu destaque a Militão Bandeira Barros, um mestiço filho de uma negra que se tornou um rico fazendeiro da região por ter herdado uma grande herança do seu pai Antônio Bandeira Barros. Militão foi ainda chefe da guarda nacional e Juiz de paz da região, tinha um grande apreço pelas letras e fundou em Grajaú, como já se destacou, o grêmio literário “Roda de amigos”, assim “nessa roda de amigos a palestra tinha assunto hauridos em livros e havia disputas sobre o mérito dos escritores lidos e sobre as teses, teorias e fatos pelos autores expendidos” (CARVALHO, 2011, p.190).

Carvalho (2011) ressaltou também alguns outros intelectuais que se destacaram na região, como: Claudio Saraiva Chaves, Miguel Olímpio de Carvalho, Manoel Mariano Bandeira, Raimundo Junqueira, Raimundo Tavares e Francisco Araújo Costa. Isto posto, mais uma vez se ressalta a necessidade de a obra da Carlota Carvalho ser lida pelos maranhenses, devido à riqueza de informação referente à nossa História.

Ainda referente ao processo de “ocupação” do território de Pastos Bons em meados do século XVIII, Clodoaldo Cardoso produziu o trabalho *Municípios maranhenses: Pastos Bons*

²⁷ Ver: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. Um sertão de águas e letras. *Outros tempos*, vol.11, n.17, 2014, pp.5-52

(1947), com o objetivo de tratar sobre a formação política, judiciária, eclesiástica, dos limites, da geografia, população e economia dessa localidade.

Figura 04: Capa da Obra Municípios Maranhenses.



Fonte: (CARDOSO, 1947)

O autor ressaltou que esse processo de colonização do sul maranhense esteve estritamente ligado à exploração do açúcar no período colonial, assim “[...] os vaqueiros procedentes do vale do São Francisco e da serra de Ibiapaba, Em Pernambuco, iniciaram o devassamento do sertão maranhense” (CARDOSO, 1947, p.02).

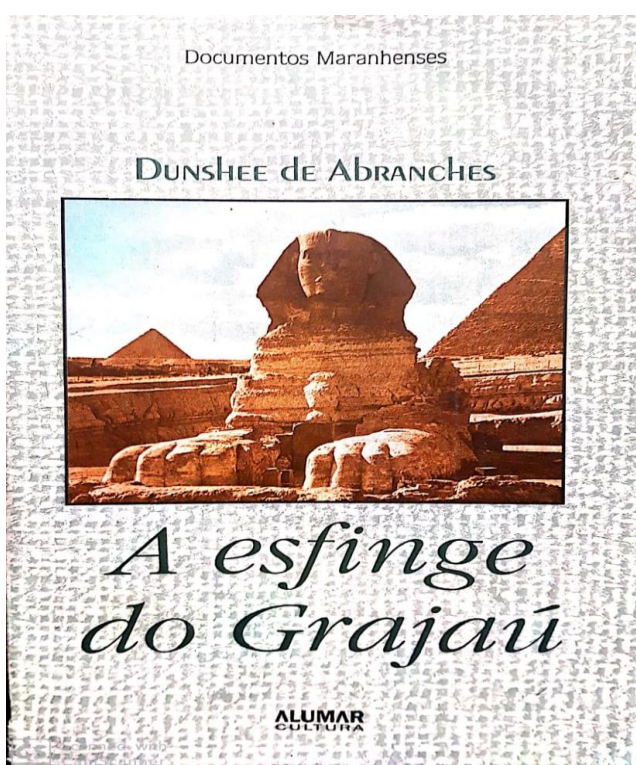
Logo após esse processo de chegada dos fazendeiros na região, Cardoso (1947) observou que entre 1740 e 1764 o território de Pastos Bons já tinha um aspecto de vila, e a partir desse período a localidade teve a construção da sua primeira igreja, mas somente em 1820, Pastos Bons por influência do Alvará de 29 de janeiro foi elevada à vila e por um determinado tempo foi sede da Comarca do sul do Maranhão.

No que concerne às características climáticas o autor ressaltou que era predominantemente equatorial, como em quase todo o Maranhão, e as atividades econômicas mais praticadas, como já observado foi a pecuária, e a lavoura era praticada em menor escala, pois era usada para a subsistência. Depois “várias leis, no decurso de quase um século, restringiram, gradativamente a vasta freguesia dos tempos coloniais aos estreitos limites da

circunscrição municipal de nossos dias” (CARDOSO, 1947, p.11). Assim, Pastos Bons que inicialmente era todo território do sul do Maranhão se restringiu aos limites do que é atualmente a cidade.

Já no que tange o desenrolar da política local no sul do Maranhão, temos como importante referência a obra: *A esfinge do Grajaú* de Dunshee de Abranches, autor também de outras trabalhos, como: *O cativo de 1941* e *A Setembrada ou A Revolução Liberal de 1831 em Maranhão* publicado em 1933.

Figura 05: Capa do livro *A esfinge do Grajaú*.



Fonte: (ABRANCHES, 1993)

O livro *A Esfinge do Grajaú* (1993) trata da influência dos ideais republicanos no sertão. É notório que no centro sul do Maranhão houve uma intensa propaganda em prol do movimento republicano²⁸ principalmente por influência dos pensamentos republicanos defendidos pelo jornal *O Norte* que era editado por Isaac Martins em Barra do Corda.

O sertão do Maranhão foi marcado por grandes disputas de poderosas famílias tradicionais que tinham como objetivo o controle político da região, por vezes esquecido pelo

²⁸ Referente aos clubes republicanos no sertão do Maranhão, ver: CABRAL, Socorro. *Ideias e manifestações republicanas no sertão maranhense* e FERREIRA, Luiz Alberto. *Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889)*.

poder central, essas disputas se deram principalmente em torno de duas grandes figuras “[...] o conservador e situacionista à época, o Cel. Francisco Araújo Costa e opositor liberal Leão Rodrigues de Miranda Léda” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.93).

Assim, devido a esse violento conflito na região, o governador do Maranhão na época de José Moreira Alves da Silva ordenou que o jovem Dunshee de Abranches fosse ao sertão do Maranhão na posição de promotor público da cidade de Barra do Corda, como resultado dessa viagem Abranches escreveu essa obra memorialística intitulada: *A esfinge do Grajaú*, a ordem do governador do Maranhão era a seguinte:

[...] preciso dos serviços de um moço, como você, discreto, inteligente, corajoso, instruído e, acima de tudo, merecedor de minha imediata confiança pessoal. E não sendo nem liberal nem conservador, tornar-se á insuspeito aquela gente. [...] o que eu preciso é que você vá até lá; observe sem que percebam, quer os políticos locais, quer os daqui principalmente, que a sua verdadeira missão é a de fazer um inquérito secreto para minha orientação sobre todos os crimes horrorosos, ai praticados, e seus celerados mandantes; e finalmente, me informe com segurança sobre o valor moral das autoridades e dos homens, se é que os haja ainda, de mãos limpas e não manchadas de sangue e de atentados à propriedade e à honra dos seus adversários. (ABRANCHES, 1993, p.56)

O objetivo era que Dunshee de Abranches fizesse um “inquérito secreto” referente aos acontecimentos ocorridos no sertão, para que o governador pudesse então, tentar controlar a ordem local. O governador Moreira Alves colocava que os acontecimentos do sertão eram para ele uma esfinge, e que Abranches deveria se colocar como Édipo para decifrá-la, assim, foi incumbido da nobre missão de desvendar a “Esfinge do Grajaú”.

O autor no decorrer da obra vai narrando sua viagem para o sertão do Maranhão de barco pelo rio Mearim até o rio Corda, e posteriormente a cavalo para a Chapada (atual cidade do Grajaú) onde ficou por um tempo hospedado na fazenda de Luís Léda (irmão de Leão Léda).

Foi descrita na obra as características físicas de Leão Léda, como, “[...] ruivo, risonho, de olhos aquilinos, era de fato a antítese de seu irmão: irradiava do seu semblante franco e jovial e uma irresistível simpatia” (ABRANCHES, 1993, p.102). O autor observou também uma questão já apresentada neste trabalho, referente a grande dizimação de populações indígenas no sul do Maranhão.

Sobre essa questão, um dos exemplos tratado por Abranches (1993) foi a encabeçada por Antônio Francisco dos Reis, o qual acompanhado de familiares fundou em 1811 o Porto da Chapada, com esse feito, conseguiu navegar pelo rio Grajaú, chegou até o Mearim e

posteriormente à São Luís com a ajuda dos índios. Assim, depois de ter usado da valiosa ajuda dos indígenas, Antônio Francisco dos Reis massacrou os habitantes locais sem piedade alguma.

Depois de ter sido hóspede na fazenda dos Lédas, Abranches conheceu o conhecido “Cristo do Grajaú” e grande rival de Leão Léda, o coronel Francisco de Araújo Costa, em um passeio pela cidade baixa e pela Trisidela, chamado pelo coronel de “pedacinho do Éden”. Ainda no que se diz respeito a todo esse conflito entre esses dois chefes políticos da região, dessa maneira foi destacado que:

Os viajantes, entretanto, cortavam diariamente aquelas selvas em todos os rumos e não se ouvia falar que fossem assaltados e despidos das grossas somas que geralmente transportavam. O que existia recalcado naqueles ínvios recôncavos era o amor exagerado à liberdade, o fanatismo cego pela terra natal. [...] O sertanejo maranhense era um rebelde nato. Guardava o coração, sempre vívido e pronto para explodir, o ódio contra o Poder Central. (ABRANCHES, 1993, p.154)

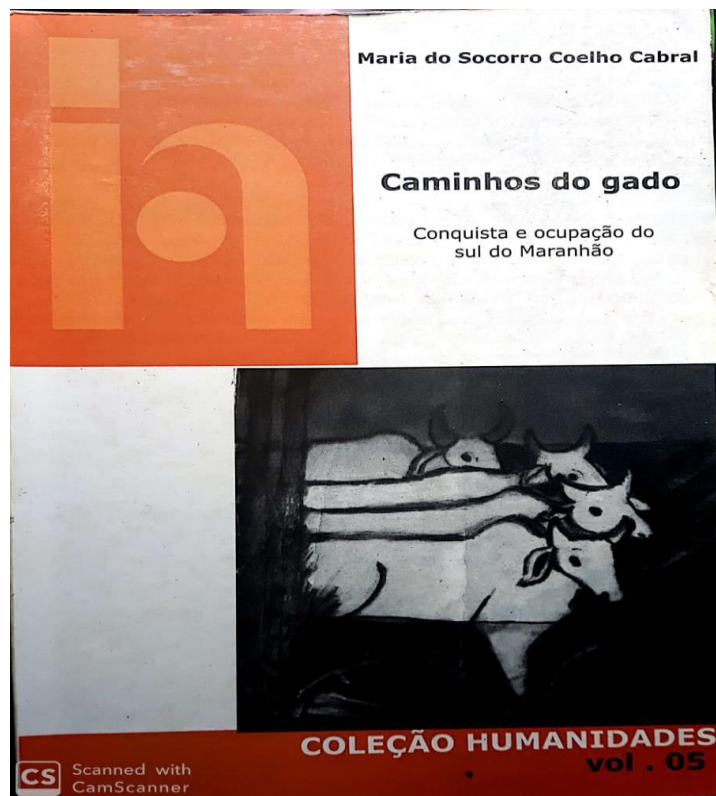
O que acontecia com aqueles sertanejos era que os mesmos mantinham guardados no peito um grande sentimento nativista, o qual o autor chamou de “Caudilhismo literário”, na medida em que as disputas na região foram em grande parte, devido ao isolamento que o sertão se encontrava e também devido aos sertanejos não suportarem a centralização política da época do Império. Em suma, homens e mulheres do sertão, na maioria, estavam insatisfeitos principalmente com o isolamento e esquecimento do sertão.

Ao fim dos seus serviços o promotor Dunshee de Abranches lamentou, “[...], pois não se desempenhou do compromisso solene, assumido no meu gabinete do Palácio de São Luís, de decifrar o pavoroso enigma da Esfinge do Grajaú, com seu cristo de bacamarte à cinta e o seu Leão de juba de cascavéis” (ABRANCHES, 1993, p.212).

Referente a produção historiográfica sobre o sertão, dispomos de dois trabalhos historiográficos pioneiros, os quais abriram as portas e são referências para novas pesquisas: *Caminhos do gado conquista e ocupação do sul do Maranhão* da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral (2008)²⁹ e *Varando Mundos Navegação no Vale do Rio Grajaú* de Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (2016).

Figura 06: Capa do livro *Caminhos do gado*.

²⁹ A autora era natural da região sul maranhense, da cidade de Balsas, foi professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e esse texto é fruto de sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo no ano de 1992.



Fonte: (CABRAL, 2008)

A obra *Caminhos do gado* (2008) é um trabalho precursor na historiografia maranhense, referente ao período colonial, pois foi a primeira a ter como objeto de análise as duas frentes de colonização que construíram o estado do Maranhão: a frente litorânea e a pastoril/do interior. No início do texto a autora fez uma crítica à historiografia local tradicional referente a história do Maranhão colonial:

A história do Maranhão colonial, tal como pode ser lida em seus historiadores, caracteriza-se por ser uma narrativa tradicional, cronológica e homogeneizadora, tanto sob aspecto da narrativa da colonização, sob visão do colonizador, como pelo fato de tratar todo o processo de ocupação do vasto espaço geográfico maranhense como uniforme (CABRAL, 2008, p.47)

Por um considerável período o tratamento dado pela nossa historiografia referente ao processo de “ocupação” do território maranhense foi visto e interpretado apenas pelo litoral, o qual teve influência direta da Coroa portuguesa. Em contrapartida, o processo de ocupação da região sul, qual a autora chamou de “frente de ocupação do interior”, teve influência direta da iniciativa privada devido à expansão da produção de açúcar.

A “ocupação” do sertão se deu então devido ao crescimento das plantações de cana-de-açúcar no período colonial, e o gado que é um elemento primordial nessa atividade que

precisava de amplos espaços de terra para serem criados de maneira extensiva. Por essa razão, os vaqueiros desbravaram os sertões em busca de terras férteis para a atividade pecuarista. No caso do sul do Maranhão:

A dispersão inicial partiu da Bahia, alcançando o rio São Francisco e tomando duas direções. Uma subindo o rio, teve mais tarde papel importante no abastecimento do mercado das minas. Outra, dirigindo-se para o Norte, ocupou o interior do Piauí e Ceará, atingindo, no início do século XVIII, as campinas sul-maranhenses. (CABRAL, 2008, p.77)

Os fazendeiros de gado vindos de Pernambuco e Bahia, os principais centros de produção, no período colonial, de cana-de-açúcar chegaram aos verdes campos do sul maranhenses no século XVIII, e esse foi um grande diferencial do processo de ocupação litorânea, pois essa expansão se deu por influência particular. Desta forma, as primeiras terras ocupadas nessa região foram as próximas ao Parnaíba lugar onde se instalaram as primeiras fazendas de gado, nesta localidade foi fundado tempos depois o povoado de Pastos Bons.

Socorro Cabral (2008) destacou também o avanço desse processo colonizador resultando no surgimento de algumas vilas e povoados, assim, “era a conquista que avançava. Eram os caminhos dos gados que, devassando terras, vasculhando rios, expulsando e dizimando os índios, ocupavam os sertões imprimindo-lhes certas particularidades” (CABRAL, 2008, p.85).

É discutido na obra a violência marcante do processo de devassamento do sul do Maranhão, além disso, a autora apresentou a resistência das populações indígenas, Cabral (2008) deu exemplo dos Kapietrã (os canelas) e dos Sakamekrã, essas duas populações indígenas resistiram ao processo de “ocupação” atacando as fazendas e povoados, mas com o decorrer do tempo os criadores de gado conseguiram vencer a resistência desses índios, no entanto, esse fato demonstra que os índios não ficaram apáticos a esse processo violento.

Socorro Cabral (2008) trabalhou também a organização econômica e social do sertão, é inegável que a pecuária foi a atividade econômica dominante e a mesma determinou a organização social da região. A população sertaneja se organizava em torno da fazenda de gado, pois ela era auto suficiente produzindo praticamente tudo que era consumido, desde a alimentação, vestuário até os utensílios domésticos eram produzidos com o coro do gado, assim, praticamente toda organização social do sertão girava em torno da fazenda de gado.

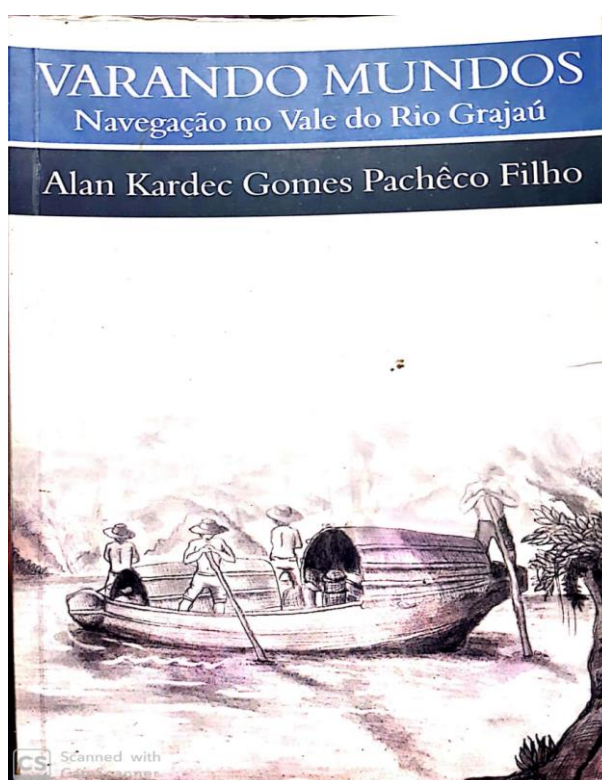
Ainda no que concerne a organização social, as famílias eram patriarcais, composta pelo fazendeiro, esposa e filhos, como já exposto, de Dunshee de Abranches (1993), não havia um policiamento na região, nem mesmo um controle do poder central, assim “cada família conduzia-se sob suas normas, obedecendo a um código inteiramente pessoal” (CABRAL, 2008,

p.123), devido a essa problemática houve vários conflitos envolvendo poderosas famílias da região, as disputas baseavam-se, sobretudo, em interesses de ordem particular, visando à manutenção do “mandonismo local” na região.

Por essa razão o sertão foi palco de alguns movimentos, como a República de Pastos Bons, Movimento republicano de 1889 e a Guerra do Léda. Socorro Cabral (2008), atentou-se também para a intelectualidade sertaneja, citando alguns: Orestes Mourão, Manoel de Sousa Bispo, Alfredo de Assis, Carlota Carvalho e Parsondas de Carvalho. A autora citou também um conflito entre padres capuchinhos e índios da região de Alto Alegre próximo à Barra do Corda que ficou conhecido pela imprensa da época como “Massacre de Alto Alegre”.

Outra obra importante para a historiografia maranhense referente a região sul é *Varando Mundos Navegação no vale do rio Grajaú* de Alan Kardec Gomes Pachêco Filho³⁰, a abordagem histórica do trabalho foi a longa duração, pois tratou desde o processo de conquista do rio Grajaú em 1811.

Figura 07: Capa do livro *Varando Mundos*.



Fonte: (PACHÊCO FILHO, 2016)

³⁰ o livro é fruto da tese de doutoramento do autor em 2011 na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A metodologia foi história oral e trabalho com fontes, tais como: relatórios e roteiros de viagem (Sebastião Gomes da Silva Berford, João Pereira Caldas e Francisco de Paula Ribeiro). O autor nos trouxe uma importante conceituação referente ao sertão do Maranhão, a saber:

Já o sertão por nós enfocado ao longo deste trabalho é oposto do sertão euclidiano. Abordaremos uma região muito provavelmente só designada pelo termo sertão por ser uma terra inculta, ignota e distante do litoral, portanto, para alguns, longe da civilização. Desse modo, o sertão ao qual nos referimos é um rico manancial de riquezas e biodiversidade, que contribui decisivamente com as bacias dos rios Parnaíba, Tocantins, Itapecuru, Mearim e Grajaú. De suas serras nascem esses que são os principais rios do Maranhão (PACHÊCO FILHO, 2016, p.44)

A região sul maranhense é designada pelo termo sertão por ser distante do litoral, do centro administrativo (São Luís), mas é um território que possui grandes riquezas naturais, pois a mesma é banhada por vários rios, dentre eles: Parnaíba, Tocantins, Itapecuru, Mearim e Grajaú. O objeto de estudo principal do trabalho é a navegação e os trabalhadores do rio Grajaú.

Como já observamos, o autor trabalhou com a longa duração, observando desde as primeiras notícias do rio, dada por Claude D'Abbevillle, até a descoberta da navegação fluvial em 1811 com influência de Antônio Francisco dos Reis, e a partir da sua navegação deste rio chegou-se à capital São Luís, assim “estava, portanto, inaugurada a rota que tornava o centro-sul e o sul maranhense mais próximos da capital da província” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.114). Esse fato contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento econômico da povoação e de todo sertão.

Devido à influência da navegação do rio Grajaú, a povoação prosperou, e por essa razão, tivemos e por esse motivo tivemos na localidade “a instalação das grandes casas comerciais em Grajaú contribuiu de maneira visceral não só para o desenvolvimento, mas também para a transformação da região centro-sul do Maranhão e do seu entorno” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.171).

Com o passar do tempo houve uma grande demanda no sertão maranhense por um meio de transporte que escoasse mais rápido os produtos ali produzidos e que conduzisse também os sertanejos para outras localidades do Maranhão. Já que não havia estradas na região, o meio de locomoção mais usada para transporte de passageiros e escoamento de produtos no sertão foi a navegação pelos rios.

Foi citado ainda o processo de fabricação das canoas que transitavam no rio, assim, esse processo de construção, conforme o autor exigia a participação de vários profissionais como: carpinteiros, calafates, serradores, nesse momento da obra foi usado pelo autor a metodologia da história oral, principalmente quando foi discutido as atribuições dos trabalhadores do rio, os vareiros. Assim, eles transportavam vários produtos, a saber:

Além de canoas de animais, sobretudo de bois, os vareiros transportavam babaçu, algodão, malva. [...] levavam as canoas carregadas de pólvora, querosene, tecidos, cutelaria, remédios, louças, enfim, os mais variados produtos da civilização, principalmente os sal [...]. E era a partir da cidade de Grajaú que o mundo era partilhado e conduzido por tropeiros a outras regiões. A jornada de trabalho desses homens tinha início ainda na madrugada, por volta das cinco horas, e se alongava até por volta das cinco da tarde [...]. A alimentação consumida pelos vareiros era preparada aproximadamente uns quinze dias antes do início da viagem. (PACHÊCO FILHO, 2016, p.240)

Esses trabalhadores foram essenciais no processo de navegação do rio Grajaú e para minimizar as “distâncias” entre o sertão e o mundo, contudo, o trabalho dos vareiros não era valorizado como mereciam, um exemplo dessa questão é que os mesmos trabalhavam em péssimas condições, muitos deles morriam em serviço, às vezes eram picados por cobras e “quando os acidentes fatais aconteciam no verão, os vareiros eram enterrados à margem do rio, com todos os seus pertences, que geralmente eram quase nada” (PACHÊCO FILHO, 2016, p.251).

Então, Pachêco Filho (2016) deu um importante destaque aos vareiros, trabalhadores que quando no verão havia certa dificuldade de viajar ofereciam seus trabalhos braçais para contribuir com essa navegação. Assim, todas essas obras aqui trabalhadas foram essenciais para a produção de uma recente e por vezes renovada historiografia sobre o sertão do Maranhão.

1.3 Panorama da recente historiografia sobre o sul do Maranhão.

Já destacamos que o sertão do Maranhão foi trabalhado por autores que consideramos que tiveram interpretações clássicas referentes à região, a partir dessas intérpretes, tivemos estudos mais recentes sobre a região sul maranhense. Sobre essa recente historiografia fez-se um panorama das pesquisas que tratam das temáticas trabalhadas no paradidático aqui proposto (processo de construção do sertão maranhense, Guerra do Léda e Conflito de Alto Alegre). Assim trabalhamos com a tese de doutoramento de Raimundo de Lima Santos (2014) e as dissertações de Paulo Eduardo de Sousa Pereira (2016), Carlos Eduardo Penha Everton (2016), Antônia de Castro Andrade (2017) e Layla Adriana Teixeira Vieira (2018).

O trabalho de Raimundo de Lima Santos intitulado: *A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro* trata da influência do Iluminismo português, a partir das reformas de Sebastião Carvalho Mello (Marquês de Pombal), principalmente no que concerne às reformas educacionais promovidas no seu governo, assim, “umas das consequências desse projeto científico educacional foi o destaque de militares nas tarefas de conhecer e descrever regiões que pudessem interessar economicamente o governo no século XVIII até início do seguinte” (SANTOS, 2014, p.40).

Desse modo, o autor discute principalmente as reformas educacionais as quais tiveram como objetivo forma esses viajantes, como por exemplo, a reforma na Universidade de Coimbra em 1772, a criação da Junta de Comércio em 1755 e a Academia de Ciências de Lisboa em 1779.

No entanto, o autor resumiu o Iluminismo português ao Marquês de Pombal, que de fato foi importante, mas a política ilustrada foi um movimento mais amplo, com influências de outros ministros, como: Martinho de Mello e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e a reforma da Universidade de Coimbra foi pensada por Domingos Vandelli, como já salientamos no primeiro tópico deste trabalho.

Raimundo Santos (2014) fez uma crítica ao trabalho de Pachêco Filho (2016), no que diz respeito ao isolamento do sertão e as trocas comerciais, afirmando que essa tese de que o sertão não era isolado completamente precisava ser relativizado, já que a navegação do Itapecuru até Aldeias Altas era o trajeto mais conhecido entre o sertão e São Luís, no entanto, Pachêco Filho (2016) tratou que havia um comércio entre o sul do Maranhão e o norte de Goiás, e o isolamento entre o sertão e o litoral foi minimizado com a descoberta da navegação do rio Grajaú em 1811.

Referente às percepções econômicas tratadas por Francisco de Paula Ribeiro, Santos (2014) tratou a pecuária que era a principal atividade da região, discutiu ainda a falta de policiamento e controle da região, o autor afirmou que Paula Ribeiro não tratou dessas questões e referente à geografia estava mais voltada para “[...] as necessidades mais utilitaristas para abordar aquela natureza” (SANTOS, 2014, p. 154) e abordou as características climáticas da região. Ao fim do trabalho o autor discutiu as noções de sertão contidas nas obras de Carlota Carvalho, Parsondas de Carvalho e Dunshee de Abranches.

Ainda referente a Francisco de Paula Ribeiro trabalhamos com a dissertação de Paulo Eduardo de Sousa Pereira (2016): *Entre fronteiras: o Arraial do Príncipe Regente e o devassamento do Alto Itapecuru*. O objetivo da pesquisa consistiu em trabalhar a fundação e o declínio do Arraial do Príncipe Regente³¹ (1807-1820), bem como as disputas de memória em torno dessa localidade. As fontes usadas no trabalho foram: documentos do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e os roteiros de viagem de Paula Ribeiro e Sebastião Gomes Berford.

O Arraial foi idealizado pelo governador D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, sob carta Régia de 12 de maio de 1798, com a principal função de “[...] fundar fazendas e povoações, bem como interligá-las por estradas e incentivar a navegação pelo rio Itapecuru, tendo o Arraial do Príncipe Regente como trampolim para a ocupação do território” (PEREIRA, 2016, p.31).

O sertão do Maranhão no século XVIII e XIX sofria com a carência de estradas que pudessem ligá-lo ao litoral a outras localidades. A maioria dos meios de comunicação entre essas partes da capitania eram os rios. Assim, o Arraial do Príncipe Regente, como observou Pereira (2016) serviria como meio de ligação, comercial entre o sertão e São Luís, buscando também explorar a navegação do Itapecuru.

Paulo Eduardo Pereira (2016) a partir da análise da documentação discutiu a razão para o fim do Arraial do Príncipe Regente que foi atribuída à substituição do governador Francisco da Câmara e também há questões de cunho econômico dos políticos de Caxias, os quais queriam que a vila conseguisse reconhecimento econômico na ribeira do Itapecuru.

O Arraial foi também pensado como um “Lugar de Memória” e de disputas de memória, mas não só o Alto Itapecuru, como todo sertão de Pastos Bons, por muito tempo foi contado a partir da visão do “vencedor”, colocando à margem a influência indígena na região, porém muitos trabalhos historiográficos já discutem à influência das populações indígenas como, por exemplo, a dissertação de Carlos Eduardo Everton (2016) *Hoje e amanhã celebri a História pra encarnar-vos no povo*: os embates de memória sobre o conflito de Alto Alegre³².

³¹ Atual cidade de Colinas no centro sul maranhense.

³² O conflito em Alto Alegre deu-se devido aos índios terem se rebelado contra os padres capuchinhos que reprimiam as crenças dos índios. Os padres chegaram em Barra do Corda e criaram uma escola para os meninos e meninas indígenas, no entanto os pais não encontravam significado para essa forma de educação e não estavam satisfeitos em estarem distantes dos seus filhos. Sobre essa questão ver: ZANNONI, Claudio. O “**Massacre de Alto Alegre**” na imprensa maranhense.

O trabalho teve como objeto de estudo, o conflito que aconteceu no ano de 1901 em Alto Alegre na cidade de Barra do Corda envolvendo padres capuchinos e grupos indígenas. Essa região foi marcada por ser povoada por vários grupos indígenas, dentre eles os Tenetehara Guajajara e os Canelas (EVERTON, 2016). Para trabalhar essas questões o autor usou a metodologia da História Oral a partir de visitas nas aldeias e questionários com índios e não índios.

Para iniciar a discussão o autor localiza a cidade de Barra do Corda geograficamente no sul do Maranhão, refletiu sobre o termo sertão e sertão do Maranhão. A questão principal deste trabalho é que por muito tempo a historiografia tradicional a exemplo de Socorro Cabral (2008) discutiu esse episódio como “Massacre de Alto Alegre”, a historiadora erroneamente tratou o conflito usando o termo “massacre”, apenas pelo vício que foi amplamente difundido pela imprensa da época, colocando os índios como os vilões.

O trabalho de Everton (2016) problematizou o uso do termo massacre para referir-se ao evento, substituindo por conflito. Muitos “Lugares de Memória”, de acordo com o autor foram construídos sobre o conflito, consagrando principalmente os padres como mártires, heróis e os índios como vilões. Um exemplo disso é a catedral central em Barra do Corda com as fotos dos padres assassinados, até os dias atuais, parte da população da cidade conserva raiva quanto aos índios:

Na cidade de Barra do Corda, a população demonstra grande rejeição aos indígenas de maneira geral e, comumente, direciona uma ojeriza maior aos Tenetehara- Guajajara. Teoricamente, a participação dos Canela no movimento repressivo à rebelião do Alto Alegre seria um elemento a fornecer a explicação para a diferença na forma como os cordinos referem-se e relacionam-se com índios dessas duas etnias (EVERTON, 2016, p.164)

Apesar de refletir sobre esse conflito a partir de memórias que foram silenciadas, Everton (2016) fez uma arguição no que concerne o ensino de História, analisando que o mesmo, possui um importante papel em contribuir para que os alunos respeitem as diversidades e nesse caso específico, conhecer, compreender e respeitar as populações indígenas e a sua cultura, uma vez que no sul do Maranhão, como já destacamos, vários índios foram massacrados e dizimados pelo processo de “colonização” da região.

Outra pesquisa da recente historiografia sobre o sertão maranhense é a dissertação *Laços de compadrio entre escravizados no sul do Maranhão (1854-1888)* de Antônia de Castro Andrade (2017). Este trabalho é um estudo pioneiro, pois poucos pesquisadores se dedicaram

a estudar a questão da participação de africanos escravizados na região sul maranhense, considerando que essa mão de obra foi pouco usada nas fazendas de gado, onde o vaqueiro e as fábricas eram os responsáveis pelo trabalho com o gado.

O objetivo da pesquisa de acordo com Andrade (2017) é compreender quem eram os homens e mulheres escravizados que estavam nos registros de batismos e inventários deixados pelos fazendeiros, principalmente pensando os laços de sociabilidades construídos por aqueles indivíduos por influência dos laços de compadrio (entre afilhados, comadres, compadres e padrinhos). Para encaminhamento a documentação trabalhada foram de cartórios, fóruns e casas paroquiais das cidades de Carolina e Pastos Bons no sul maranhense.

Referente às formas de sociabilidade no sertão foi observado que havia uma “[...] existência de um sertão caracterizado por vínculos sociais múltiplos e variados, no qual, livres, libertos e escravizados se encontravam e estabeleciam relações nem sempre harmoniosas” (ANDRADE, 2017, p. 60). Apesar dos escravizados conviverem com outros indivíduos as relações não eram completamente harmoniosas, já que os escravos eram considerados propriedade de alguém.

Ainda no que se refere aos laços de sociabilidade Antônia Andrade (2017) observa ainda que havia dois tipos de relação a partir do batismo: uma entre as crianças e os padrinhos e madrinhas e outra com os pais do batizando, a relação de compadrio, assim “[...] firmava-se ou confirmava-se, com o batismo, relações de cordialidade e amizade” (ANDRADE, 2017, p. 64).

Os padrinhos eram normalmente pessoas libertas, e essas relações de compadrio e apadrinhamento, contribuíram para o senhor aumentar seu domínio na vida do afilhado. No entanto, essas relações não envolviam só conflitos e subordinação, mas laços de carinho e até amizade.

Outro trabalho referente a recente historiografia sobre o sertão é *A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão do maranhense: estrutura e dinâmica do agronegócio no município de Grajaú* de Layla Adriana Teixeira Vieira (2018)³³. Já se abordou com Dunshee

³³ O embasamento teórico da pesquisa foi o Materialismo histórico a partir de Karl Marx e Friedrich Engels em Ideologia Alemã (2007), a metodologia e as fontes trabalhadas pela pesquisadora foram: Inventários das famílias tradicionais de Grajaú; Legislação dos municípios desmembrados de Grajaú e trabalho de campo e coleta de dados por entrevistas feitas na região;

de Abranches que o sul do Maranhão, até meados do século XX foi marcado por disputas de famílias ricas pelo controle político e territorial da região.

Em Grajaú essas disputas no primeiro momento foram entre as famílias Moreira e Barros, e assim com o decorrer do tempo, os conflitos deram-se em torno de duas importantes figuras da região: Leão Rodrigues de Miranda Léda e Francisco de Araújo Costa. As brigas na região “[...] intensificaram a partir de março de 1882, quando, de acordo com a documentação, Araújo Costa sofrera um atentado, vítima de uma armadilha, e um tiro lhe ferira a testa de raspão” (VIEIRA, 2018, p.57). Esse atentado foi o estopim para o acirramento dos ânimos entre esses dois homens e seus correligionários em Grajaú, tornado a briga política mais violenta.

A situação piora como observa Vieira (2018) a partir da análise da documentação, quando acontece o assassinato do promotor Estolano Eustáquio Polary, o qual foi atribuído a autoria do crime à Leão Léda. Por conta desse episódio o governo central na figura de Benedito Leite enviou várias tropas policiais ao sertão, as quais cometeram atos de extrema violência. Por essa razão Leão Léda se refugiou em Boa vista do Tocantins e foi assassinado em São João do Araguaia.

Layla Vieira (2018) nos trouxe um novo olhar para a Guerra do Léda, observando que esse evento não foi motivado apenas por fatores políticos, mas também por concentração de riquezas (terras). Foi feito no trabalho, um estudo do perfil fundiário das famílias do século XIX, a partir dos seguintes inventários: Família Léda (1874); família Moreira (1934); família Martins Jorge (1885) e família Barros (1874).

Vieira (2018) discutiu também o desmembramento do território de Grajaú, que resultou na criação de novos municípios como: Amarante do Maranhão; Barra do Corda; Formosa da Serra Negra; Arame e Itaipava do Grajaú. No trabalho foi abordado também as transformações econômicas da cidade de Grajaú na contemporaneidade, principalmente devido à influência do agronegócio no município. Assim, foi observado que:

[...] apresenta características de um território historicamente marcado pela pecuária e pelo grande latifúndio, influenciado por agentes internos e externos que ajudaram a determinar a atual condição do acesso a terra e controle dos meios de produção que guiam economicamente o município do Grajaú. (VIEIRA, 2018, p. 137)

Dessa maneira, à terra (latifúndio) era considerada moeda e simbolizava grande patrimônio. Nesse contexto mais atual, observou-se a chegada de mineiros, goianos,

pernambucanos, mato-grossenses e gaúchos em Grajaú para investir principalmente na plantação de soja e na pecuária.

Atualmente como destacou Layla Vieira (2018) a economia da cidade gira em torno da exploração do eucalipto, do milho, da soja, do arroz e do gesso, assim a atividade pecuarista acabou deixando de ser atividade dominante. Essas atividades ligadas ao agronegócio provocam graves problemas ambientais, tais como: a contaminação do solo e dos rios, devido ao uso em larga escala de produtos químicos, diminuição do volume dos rios e assoreamentos, queimadas, dentre outras.

Deste modo, devido a significativa literatura de viagem, aos primeiros intérpretes da região e a atual historiografia sobre o sertão maranhense, demonstram o grande crescimento da nossa história local referente a região sul do Maranhão. Acreditamos ser essencial que os alunos da rede básica de ensino conheçam a diversidade e a riqueza da nossa história, a partir dos acontecimentos do sertão maranhense.

CAPÍTULO II

O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO E NOS LIVROS DIDÁTICOS

A História enquanto saber disciplinarizado está dividida em diversas especialidades, o que contribui para a melhor compreensão dos estudos históricos. Assim, de acordo com D' Assunção Barros (2004) a mesma está disposta em: dimensões, abordagens e domínios³⁴. A história local se constitui enquanto abordagem que prioriza análises dos pequenos espaços.

Portanto, os trabalhos em história cujo principal objetivo de estudo é a história local, começaram a ser evidenciados na França no século XX, principalmente devido às observações pioneiras feitas por Pierre Goubert (1988), que assim caracterizou a história local:

Denominaremos História local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local, ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum). [...] a história local foi mais tarde desprezada, principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado, na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada. (GOUBERT, 1988, p.70)

Dessa maneira, a história local, se constitui como já observamos, em uma abordagem que se dispõe a estudar aspectos de um determinado espaço localizado. Essa tendência no Brasil vem se destacando na medida em que os vários cursos de graduação e pós-graduação em História espalhados pelo país, têm contribuído com pesquisas visando suas comunidades e aquelas que estão em seu entorno.

A inserção da história local se torna cada vez mais necessária também devido à diversidade das dimensões geográficas de nosso país, já que significativos acontecimentos

³⁴ Conforme destacou Barros (2004) O processo de divisão do saber histórico cresceu de forma significativa no século XX. Por conta disso, as Abordagens constituem os campos de observação da História, como por exemplo: História Regional; História Oral; Micro História; História do Discurso; dentre outras, as Dimensões são aquilo que o historiador dá mais enfoque a exemplo: História Demográfica; História da Cultura Material; História Econômica, História Política e História Cultural e os Domínios caracterizam se por ser uma escolha mais especificada, baseada em objetos de estudo ou campos temáticos, como por exemplo: História das Mulheres; História rural; História da Arte; História das Ideias; História da sexualidade, dentre outros. Desse modo, as abordagens estão ligadas ao tratamento com as fontes históricas e com os campos de observação do historiador, os domínios estão estritamente ligados aos agentes e os ambientes sociais e culturais que os mesmos estão inseridos e os domínios estão ligados a ser humano e mais especificamente à sua realidade social. Ver: BARROS, José D' Assunção. Os campos da História-uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDRB**, Campinas, n.16, p.17-35, dez. 2004.

passam despercebidos inclusive das próprias sociedades locais, por imposição proposital ou não, da maioria dos livros didáticos que privilegiam os estudos de macros-espacos, descumprindo indicações contidas na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (LDB, 1996), nos Parâmetros Curriculares Nacionais nº 4.173/98 (PCN's, 1998) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018/2019) e o Documento do Território maranhense (2019).

A história local, algumas vezes é confundida com outras abordagens históricas como, por exemplo, a história regional, porém, “quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da história regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica” (BARROS, 2013, p. 08). Assim, quando o pesquisador escolhe a abordagem da história regional objetiva trabalhar com uma região determinada, já na história local, o mesmo se ocupa em estudar, como já observamos espaços localizados de uma determinada região.

Outra abordagem por vezes confundida com a história local é a micro história, no entanto, elas diferem em alguns pontos, pois, “o que a micro- História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos” (BARROS, 2013, p.09). Ou seja, é possível outra abordagem, outra visão e interpretação da história a partir da microescala, o que não impede o estudioso de história local, trabalhar também com a abordagem da micro história no seu trabalho:

Os historiadores de questões locais e regionais podem utilizar o método da micro história para conhecer aspectos da região ou local que estudam. Um historiador local pode utilizar um estudo micro histórico para ilustrar uma trama ocorrida em determinado espaço geográfico. O micro historiador pode utilizar um estudo regional e local para compreender e interpretar um problema analisado em escala reduzida. A História local nova e a micro História se encontram na escala. Uma utiliza a escala como fim e a outra como meio. (CORRÊA, 2012, p.26)

É mais interessante para o historiador que trabalha com a micro história, reduzir o campo de observação, estudar questões ou até mesmo personagens³⁵ que foram deixadas à margem por outros estudos históricos. O que por vezes pode confundir as abordagens é que o historiador local como já observamos, pode se valer das micros abordagens em seus estudos. Por fim, a escala de observação, e, não o espaço, é colocado em primeiro plano.

³⁵ Um exemplo do uso da metodologia da micro História é O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. O texto trata de um moleiro chamado Domenico Scandella, conhecido como Menocchio o qual foi julgado pelo Santo Ofício, assim por influência desse personagem, tivemos compreensão de alguns acontecimentos importantes para a História: o surgimento da imprensa, a inquisição e a reforma protestante. Ginzburg discutiu também dois conceitos: “Cultura das classes subalternas” e “Cultura popular”, ver: GINZBURG. Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

Referente a relação do ensino com a história local, percebemos a partir da literatura produzida sobre a temática³⁶ que ainda existem muitos profissionais com imensas dificuldades em trabalhar os conteúdos que abordam aspectos locais. As alegações são várias; desde a não existência de material didático, o não conhecimento da produção historiográfica, e também a falsa argumentação que os alunos não se interessam por sua história. Infelizmente para a maioria de nossos professores, a ausência do livro didático, inviabiliza o ensino/aprendizagem, pois para eles, o livro é tido como único recurso possível de ministrar aulas.

Observamos ao longo de nossa experiência em sala de aula, que na maioria das vezes, o ensino de História, tem se tornado sem atrativo para os alunos, é difícil competir com as novas tecnologias, a disciplina é compreendida por eles, e pelo senso comum, como a matéria dedicada a decorar datas e nome dos personagens ditos importantes, ou seja: o ensino de história por vezes muito distante da realidade dos discentes. Como afirmou Barbosa (2006, p.58):

Não é por outro motivo que observamos, ainda nas últimas décadas do século XX, que, para maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo de história carece de sentido ou utilidade, não se tem visão de ciência e sim de uma matéria decorativa, o estudo do passado, que só exige como vimos a prontidão em declinar nomes, datas e fatos. Não é de se estranhar que assim seja, por que ocorre a enorme distância entre a realidade vivenciada pela comunidade e o tratamento dado ao ensino de História, já que os alunos se torna mero espectador de fatos, não necessitando esforços no sentido de qualquer reflexão ou elaboração.

Trabalhar com a história local na educação torna-se importante uma vez que evidencia os fatos ocorridos, bem próximo de onde vive o aluno, os acontecimentos ocorridos com pessoas conhecidas de seus ancestrais e de sua comunidade. Como já salientamos, uma, dentre as várias possibilidades de tornar o ensino mais instigante é aproximar os conteúdos de tal modo que o aluno possa refletir sobre o seu lugar de agente da História.

É indispensável disponibilizar os conteúdos com base na história local, pois a mesma contribui para que os alunos possam conhecer a história dos seus respectivos locais. Em vista disso, a história local tem espaço na legislação referente ao ensino de História e na elaboração dos currículos da disciplina segundo a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases- LDB)³⁷.

³⁶ Ver: DOS SANTOS, Lizandra figueredo. **A abordagem da história local nos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de sobradinho/DF: estudo da aplicação do plano nacional do livro didático.** Dissertação (Mestrado em Pedagogia), Universidade de Brasília, 2015.

³⁷ Lei nº 9.394/1996, a LDB possui 8 títulos divididos em 86 artigos. A lei no artigo 2 já inicia constatando que é obrigação da Família e do Estado. O artigo nº 9 aponta que é responsabilidade da União para elaborar o Plano Nacional de Educação. O título 5 é reservado para trabalhar a composição dos níveis escolares (Educação infantil,

2.1 As dimensões da história local nos currículos e na legislação brasileira.

A fundação do Colégio Pedro II em 1837 na cidade do Rio de Janeiro, foi um marco na elaboração dos currículos da disciplina História, os quais inicialmente foram produzidos com um viés eurocêntrico, no entanto, os mesmos tem passado por várias estruturações, quase sempre com influências do governo de “plantão”. Um exemplo dessa questão é que no período da ditadura civil militar (1964-1985) a História disciplina, foi substituída por: Organização Social e Política brasileira (OSP) e Educação Moral e Cívica (EMC), segundo o governo do período, o ensino dessa disciplina era acusado de ser o responsável por aguçá-la a criticidade dos alunos.

De acordo com Circe Bitterncourt (2009) a partir desse momento a História passou a ser disciplina obrigatória dentro dos currículos das ciências humanas. Os primeiros currículos desta disciplina foram elaborados pelos profissionais do Colégio Pedro II, desse modo, outras escolas espalhadas pelo Brasil, ainda conforme Bittencourt (2009) “passaram a adotar o currículo inspirado no ensino secundário francês, portanto, com um forte conteúdo euro centrista”.

No século XIX, o período pós-independência foi marcado pela busca de construção da identidade nacional, era o momento para refletir sobre o que era ser brasileiro. A coincidência da fundação do colégio D. Pedro II e da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1837, convergiram em prol da construção da nossa identidade e a disciplina História muito contribuiu nesse sentido. As publicações feitas pelo IHGB enalteciam as realizações dos portugueses e brasileiros “ilustres”, para a mentalidade da época, mulheres, negros e índios não estavam contemplados nessa categoria. Existe, portanto, três modelos de currículos:

O currículo formal, corresponde às normas estabelecidas pelo poder estatal [...]. O currículo real, corresponde ao que é realizado a partir da interação entre alunos e professores em situação de ensino aprendizagem. O currículo oculto, que não se faz presente de forma normativa, mas impõe por meio de comportamentos e práticas escolares que não estão prescrito oficialmente. (MELO, 2014, p.103)

Dessa maneira, existe o currículo formal, é pensado e formado por interferência direta do poder estatal, e os currículos real e oculto que podem ser constituídos principalmente de acordo com as demandas do cotidiano escolar (resguardando a autonomia da escola e do seu

ensino fundamental, ensino médio, educação profissional de nível médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica e educação superior). O artigo 35 e 36 da LDB já apontam para a produção de uma Base Nacional Comum Curricular para a educação.

corpo docente). A elaboração dos currículos de História no Brasil tem sido marcada por algumas disputas de caráter ideológico, principalmente no que se refere às políticas educacionais sob a responsabilidade do estado brasileiro.

A adoção currículos humanistas nas escolas brasileiras de acordo com Bittencourt (2009), depois de algum tempo começou a sofrer críticas, no momento em que as disciplinas escolares foram sendo constituídas de forma mais organizada, dentro de suas especificações, cada uma em seu campo de conhecimento, nesse contexto, foi construído o currículo considerado científico. As discussões da História enquanto ciência passou a permear as elaborações curriculares. Observamos ainda que:

Os currículos e programas constituem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, o que significa sua interferência, em última instância, na formação da clientela escolar para exercício da cidadania, no sentido que interessava os grupos dominantes. [...] assim, a burocracia estatal legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico. (ABUD, 1998, p.28)

Como já salientamos a legislação brasileira voltada para a educação e as disciplinas, bem como os seus respectivos currículos, foram e são controlados pelo estado, podemos perceber a interferência deste, desde a elaboração dos primeiros currículos da disciplina, quando buscava discutir o conceito de História e a formação de alunos/professores. Começava a existir por parte das autoridades uma preocupação com a elaboração e a qualidade dos currículos que deveriam ser ministrados aos alunos em todo o Brasil. No que concerne a elaboração dos currículos, no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/LDB), é destacado:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, LDB, 1996, p. 19)

Dessa forma, os currículos estão como podemos perceber inclusos nas políticas públicas de Estado, e a inserção da parte diversificada do currículo já vem sendo discutida desde a LDB de 1996. Como já discutimos, o chamado currículo formal, desde o primeiro até os atuais, sofrera grandes influências do poder público, tanto em esfera nacional, como estadual. Assim sendo, para a elaboração dos currículos desde a LDB para o ensino fundamental e médio já impõe a presença da História local na educação.

No que concerne às disputas no campo da legislação educacional, podemos citar, por exemplo, da LDB³⁸, que mostra nitidamente as disputas referentes à educação, nesse caso a discussão pautou na dualidade entre a iniciativa privada e o ensino público, pois “desde os primórdios da organização do sistema educacional brasileiro até os dias atuais, o sistema centra-se em um modelo dualista de modo que convivam nas escolas públicas e privadas, escola de ricos e escola de pobres” (BRZEZINSKI, 2010, p.188). Uma das principais disputas e discussões que nortearam a elaboração da LDB foi a questão do financiamento público dirigido as instituições privadas.

Outro exemplo de disputas no campo da legislação foi a elaboração do Plano Nacional de Educação n° 10099/2014 (PNE)³⁹, “de um lado o projeto democrático e popular e do outro um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e ideologia das classes dominantes” (VALENTE; ROMANO, 2002, p.98). Mais uma vez a disputa entre o público e o privado. Os dois projetos antagônicos que estavam disputando eram: o PNE no qual a sociedade brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública, e a plena democratização da gestão educacional.

E de outro lado o PNE do governo que insistia em dois pilares fundamentais: máxima centralização, com progressivo abandono do Estado, das tarefas de manter a educação, transferindo sempre que possível para a sociedade. (VALENTE; ROMANO, 2002, p.106). É perceptível então, o intenso esforço do Estado em minimizar as suas responsabilidades, no que se refere ao financiamento da educação. Do PNE aprovado foi retirada uma boa parte das questões sociais, dos anseios e reivindicações dos defensores da escola pública de qualidade.

Conforme Demerval Saviani (2010), a ideia de produção de um plano nacional de educação é datada de 1932, devido ao “Manifesto dos pioneiros da educação nova” e uma das responsabilidades do Brasil, enquanto nação é a elaboração de um Plano Nacional de Educação, sempre em comum acordo com os estados e municípios, dessa maneira “os estados poderão expedir legislação complementar, adequando as normas gerais a eventuais particularidades locais” (SAVIANI, 2010, p. 779).

³⁹ O Plano Nacional de Educação (2011-2020) está pautado nas seguintes premissas: universalização da educação básica e pública, expansão da oferta da educação superior, qualidade em todas as instituições, gratuidade do ensino, gestão democrática, respeito e atendimento às diversidades, excelência na formação e na valorização dos professores da educação e financiamento público das instituições públicas. O PNE possui 20 metas que visa o fortalecimento da educação. O Maranhão, assim como outros estados possui um Plano Estadual de Educação (PEE), Lei n° 10.099-11/06/2014. O PEE traz um diagnóstico da educação no Maranhão, mostrando os baixos níveis de aprovação em cada nível de ensino, o plano também é construído por 22 metas para a educação no Maranhão, duas metas a mais que no Plano Nacional.

O direcionamento do Estado está presente em quase todo o processo educacional brasileiro, isso fica mais uma vez evidenciado na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), referente aos conteúdos que deveriam ser ensinados em cada ciclo da educação. Vale ressaltar que existe chamadas para a participação popular e de profissionais da educação para a elaboração desses documentos.

Os Parâmetros Curriculares foram pensados visando principalmente o processo ensino-aprendizagem, modificando o “modelo” anterior que se baseava tão somente no ensino. As propostas curriculares demonstram também, como já citado aqui, o intenso interesse do poder público em controlar a educação, até mesmo no que deve ser ensinado. Porém, é importante ressaltar que:

As transformações no ensino de História podem ser identificadas mediante a análise de várias propostas curriculares elaboradas a partir de 1980 pelos Estados e Municípios e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidos pelo poder federal na segunda metade da década de 90. Nos últimos dez anos têm surgido uma variedade de propostas que almejam proporcionar um ensino de História mais significativo para a geração do mundo tecnológico, com seus ritmos diversos de apreensão do presente e intenso consumismo, o qual desenvolve, no público escolar, expectativas utilitárias muito acentuadas. (BITTENCOURT, 2009, p.99).

As novas propostas curriculares objetivaram adequar-se às novas tecnologias e nortearam-se nos métodos de ensino, nos conteúdos e na aprendizagem do aluno. Em síntese, o resultado do processo educacional foi mais valorizado. Os PCN's publicados em 1998 para o terceiro (5º e 6º série) e quarto ciclo (7º e 8º série) do ensino fundamental⁴⁰, estão organizados

⁴⁰ O objetivos para o Ensino fundamental destacado nos parâmetros foram: Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo pra si o mesmo respeito; Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país; Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; Percebe-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania; Conhecer o próprio corpo e de cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva; Utilizar as diferentes linguagens-verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal-como meio de produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação; Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (BRASIL, MEC, PCN, 1998, p.04).

a partir dos seguintes itens: caracterização da área de História; objetivos gerais; conteúdos: critérios de seleção, organização, orientações, métodos didáticos (materiais didáticos, pesquisas escolares, trabalho com documentos, visitas a exposições, museus, sítios arqueológicos, estudo do meio, tempo no estudo da História, o tempo cronológico, o tempo da duração e ritmos de tempo).

Sobre as questões ligadas aos aspectos locais no ensino de História, os PCN's destacam que esta disciplina, detém uma valiosa importância social, na medida que "pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre os seus valores, suas práticas cotidianas e relacioná-las com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo social, sua localidade, sua região e a sociedade nacional" (BRASIL, MEC, PCN, 1998, p.34). Uma característica importante do ensino de História é dar a possibilidade ao aluno compreender a sociedade na qual ele está inserido, no âmbito das demandas locais, regionais.

Assim, destacamos também os objetivos gerais para o ensino fundamental: "conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional, pessoal e o sentimento de pertinência ao país" (BRASIL, MEC, PCN, 1998, p.03). Desta maneira a educação tem um papel fundamental, no que se refere à construção de identidades locais, isso só ser tornar possível com a inserção dos estudos locais no ensino de História, desde o ensino fundamental.

Outra característica do ensino de história local demarcada nos PCN's (1998) é a possibilidade de formação de cidadãos críticos, visto que, o documento faz a seguinte afirmativa: "é necessário fazer escolhas pedagógicas pelas quais o estudante possa conhecer as problemáticas e anseios individuais de classe e do grupo, local, regional, nacional e internacional". (BRASIL, MEC, PCN, 1998, p.37). É observado então, a necessidade do professor no momento do seu planejamento e de suas preferências pedagógicas, contemplar escolhas que englobe principalmente discussões dos contextos locais, regionais e nacionais.

Os parâmetros enfatizam também a necessidade de os conteúdos serem apresentados de maneira conectada, ou seja, possibilitando aos alunos conhecer a história de maneira mais ampla. Dentre os objetivos gerais⁴¹ colocados destacamos o que contempla as discussões

⁴¹ Os objetivos dos PCN's são: Identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços; Situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos; reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar; Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas; Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais; Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que

referentes ao local e regional: “identificar relações sociais no próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e em outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços” (BRASIL, MEC, PCN, 1998 p.43).

Mais uma vez o documento ressaltou a necessidade do ensino de História que contemple o nacional, local, regional e internacional, e que o professor possa ter autonomia, em suas escolhas pedagógicas, no seu planejamento escolar inserir conteúdos locais e regionais. Ainda em relação aos conteúdos propostos para a disciplina História foi aprovado recentemente pelo Ministério da Educação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).⁴²

Na apresentação da BNCC é anunciado ser “um documento plural” (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p.5), no entanto, quando analisamos a organização dos conteúdos voltados para o ensino de História, não observaremos essa pluralidade, pois os eixos temáticos estão voltados somente para a História do Brasil, com pouco espaço para questões locais.

Dentre as dez competências da BNCC, ressalta-se a de número seis, que afirma ser essencial “valorizar a diversidade de saberes e vivências [...] fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p. 09). De que maneira o estudante vai adquirir consciência crítica, se a organização dos conteúdos (como veremos no quadro a seguir), não apresenta os conteúdos de história local.

Quando no documento é discutido o ensino de História, foram realçados três procedimentos metodológicos básicos: identificar eventos considerados importantes na história do ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), desenvolvimento de condições

possibilitem modos de atuação; Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos; Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades (PCN'S, 1998, p.43)

⁴² O texto inicia apontando que a BNCC estava prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no PNE de 2016 e se define como um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. A base está estruturada em 10 competências gerais referentes ao processo de ensino-aprendizagem: Valorizar os conhecimentos historicamente construídos, Exercitar a curiosidade intelectual, Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais, Utilizar diferentes linguagens-verbal, Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, Conhecer-se, apreciar-se de sua saúde física, Exercitar empatia (promover o respeito ao outro) e agir pessoal e coletivamente com autonomia. Em relação a História o documento destaca as bases epistemológicas da História: natureza compartilhada do sujeito e do objeto do conhecimento, conceito de tempo histórico, concepção de documentos e várias linguagens. As competências gerais da História para o ensino fundamental de forma geral são: Compreender acontecimentos históricos, compreender a historicidade no tempo e no espaço, elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições, identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos, analisar e compreender o movimento das populações e mercadorias no tempo e no espaço, compreender e problematizar os conceitos norteadores da produção historiográfica e produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação.

necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre a diversidade de documentos e o último reconhecimento e interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno. (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p.400). As temáticas trabalhadas em cada ciclo do ensino fundamental são estabelecidas pela base que estão dispostas no quadro a seguir:

Quadro 02: Unidades temáticas da BNCC para o ensino fundamental

UNIDADES TEMÁTICAS PROPOSTAS PELA BNCC PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
História: tempo, espaço e formas de registros.	O mundo moderno e a conexão entre as sociedades africanas, americanas e europeias.	O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise.	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até metade do século XX.
A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades.	Humanismos, Renascimentos e o Novo mundo.	Os processos de independência nas Américas.	Totalitarismos e conflitos mundiais.
Lógica de organização política.	A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano.	O Brasil no século XIX.	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.
Trabalho e formas de organização social e cultural.	Lógicas comerciais e mercantis da modernidade.	Configurações do mundo no século XIX.	A História recente.

FONTE: (BRASIL, MEC, BNCC, 2017)

É perceptível, que existe uma preocupação do documento com a questão do conhecimento histórico voltado para a compreensão de uma “totalidade”. Os conteúdos referentes a História do Brasil começam a aparecer de forma mais abrangente a partir do 8º ano dos anos finais do ensino fundamental. Entre os eixos temáticos, nas competências e habilidades referentes a História local, destacamos um eixo temático para o 3º deste ciclo: “Identificar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vivemos” (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p.400).

Ainda para os anos finais do ensino fundamental (9º ano) o documento afirma que entre as habilidades deve-se: “caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954” (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p. 427). A partir da análise dos eixos temáticos propostos pela BNCC, percebeu-se que existe uma problemática referente a concretização desses conteúdos nos livros didáticos.

Referente à história local, por exemplo, não é reservado nenhum eixo temático específico na BNCC para os anos finais do ensino fundamental. O que contribui para os conteúdos dos livros deixarem à margem as discussões referentes aos espaços mais localizados. Para o ensino fundamental a partir do que nos informam as habilidades propostas pela base, os contextos locais só aparecem no período republicano, até 1954. E os contextos posteriores? Em que lugar no currículo eles aparecem?

Apesar da BNCC, dos PCN’s e da LDB, apontarem para a necessidade e importância de inserção da história local na educação básica observa-se que os eixos temáticos ainda estão voltados para a discussão de uma História mais voltada para o global e o nacional.

A inserção da história local pensando o processo ensino-aprendizagem permite tornar “um ensino inovador, buscará romper com os limites do localismo reducionista, quanto com visões globalistas que negam as particularidades locais”. (FAGUNDES, 2006, p. 170). Torna-se de suma importância que o professor trabalhe os conteúdos locais, incorporado aos eixos temáticos trabalhados nos livros didáticos.

Para o ensino médio a BNCC também trouxe algumas questões, é colocada que a mesma é um documento referente as aprendizagens essenciais dos alunos, os objetivos gerais, os marcos legais e fundamentos pedagógicos são os mesmos do ensino fundamental. No entanto, para o último nível da educação básica o documento não trabalha com disciplinas, e sim com áreas do conhecimento, a saber: linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas.

A área de ciências humanas e sociais engloba as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia e de maneira geral tem objetivo propor que os alunos compreendam alguns conceitos, como: sociedade, espaço e tempo, mas de acordo com o documento “[...] sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo” (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p.547).

Para o ensino médio também é ressaltado a importância do trabalho com os aspectos locais no ensino, e entre as competências específicas de cada área do conhecimento, a primeira trata dessa questão, pois busca “analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e

culturais em âmbito local, regional, nacional e mundial, em diferentes tempos e espaços” (BRASIL, MEC, BNCC, 2017, p. 549), essa competência tem por finalidade operacionalizar o conceito de identidade, que é adquirido a partir das discussões da história local.

É significativo para o ensino de História que os conteúdos que envolvam questões mundiais, nacionais, locais e regionais, sejam trabalhados de maneira integrada, pois se acredita que a “[...] a história local pode operar enquanto abordagem que privilegia um recorte espacial micro localizado, mas não perde seus nexos com outros tempos e espaços” (MACÊDO, 2017, p. 63). Então, apesar dessa abordagem privilegiar um recorte espacial mais concentrado, as ligações com outros espaços (mundial, nacionais e regionais), precisam ser destacados nas aulas de História.

Desde a LDB/1996 já se propunha a produção desse documento base comum da educação, que teoricamente, contemple todos os níveis de ensino e iguale as condições de aprendizagem de todos os alunos. No entanto, um documento por si, não consegue dar conta, nem ao menos, minimizar todos os problemas sociais que o Brasil sempre enfrentou referente à educação. Nenhum dos documentos aqui analisados é capaz de reduzir as desigualdades sociais existentes no Brasil. Pois, historicamente, tanto os currículos como a legislação foram constituídos a partir da influência do poder público.

Os problemas mais latentes do cotidiano escolar, como a falta de merenda, a falta de transporte público, altos índices de evasão escolar, a legislação em si não apresenta caminhos para reduzir todas essas deficiências. Em relação aos conteúdos de história a legislação também não consegue dar conta de toda a diversidade dos aspectos regionais do Brasil, cabe aos estabelecimentos de ensino, com o seu corpo docente, fazer uso dessa autonomia para trabalhar a história local.

Ressaltamos uma questão positiva contida na BNCC (2018/2019) referente à autonomia que ela atribui ao sistema de ensino brasileiro, já salientado na LDB/1996 como parte diversificada, dessa maneira, as escolas podem inserir em seus currículos a história local, temas contemporâneos, quer regionais, quer nacional, quer global, com abordagens transversais e multidisciplinares. Cabe ao professor, inserir as temáticas aqui mencionadas em suas aulas na educação básica.

Não intentamos pensar à história local, como uma “História em migalhas”.⁴³ Essa divisão da História em subáreas do conhecimento é essencial para o enriquecimento da

⁴³ François Dosse (2003) discutiu que no momento que o historiador passou a “quebrar” o tempo, e os objetos, transformou a História como o próprio nome diz, em migalhas. Destacou ainda que essas divisões podem resultar

discussão histórica, uma vez que, para o historiador é mais difícil trabalhar com recortes espaciais e temporais imensos, até mesmo por conta dos prazos. Os pesquisadores já iniciam suas pesquisas acadêmicas com um determinado prazo para seu término. Essa discussão se deu no âmbito das questões referentes a “Nova História” como afirma (BITTENCOURT, 2009, p. 148):

[...] acabou, por sua vez, sendo alvo de uma série de críticas pelo caráter fragmentário de seus objetos de estudo, não havendo preocupação com uma história de caráter mais global, e pela ausência de fundamentação teórica ou solidez nas categorias de análise (atores sociais, cultura popular, etc.). Foi atribuído a essa produção o título de “história em migalhas”, em razão do predomínio da micro história e ausência de preocupações políticas ou de articulação mais estrutural da sociedade.

As críticas se sustentavam principalmente, pois essa nova perspectiva de pensar a História, não tinha mais como objetivo abordagens que colocavam o global como prioridade. Torna-se enriquecedor para os estudos históricos, pensar o micro como parte de um todo. Estudar e ensinar a história local, pensando como parte de uma história global, nacional e mundial. Assim sendo, acredita-se que os aspectos locais são parte de um todo e não, como, algo apartado da totalidade.

Não foram observados os aspectos locais como uma oposição ao nacional. O sertão do Maranhão, por exemplo, não discutimos esse recorte espacial separado do Maranhão e do Brasil, a história do sertão é história do Maranhão e do Brasil, nesse sentido é que os professores devem pensar os aspectos locais em sala de aula, sempre correlacionando com o todo. Os estudos locais no ensino de História ajudam a pensar o Brasil como um país com profundas desigualdades sociais, mas de uma riqueza cultural extraordinária, as quais ajudam a possibilitar também aos alunos, entender, conviver e respeitar essas particularidades.

Assim, notamos que a História do Brasil está em segundo plano nas discussões escolares, pois, as histórias das civilizações mundiais são/foram colocadas em primeiro plano nas abordagens dos conteúdos pragmáticos dos livros didáticos (nota-se pelos eixos temáticos propostos pela BNCC). Nesse sentido a História do Maranhão, mais precisamente do Sul (sertão) não aparecem nem em primeiro e nem em segundo plano nos livros didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro didático.

2.2 Livro didático de História e o lugar da história local.

Os atuais livros didáticos elaborados sob a orientação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) seguem a padronização dos conteúdos programáticos e dos eixos temáticos das propostas curriculares de cada disciplina. Por ser o principal recurso usado nas aulas, os livros foram e ainda são alvos de várias avaliações, por vezes negativas. As críticas se baseiam em sua grande maioria, em relação aos conteúdos e possíveis “ideologias” neles contidos e também relativo às suas formas de uso em sala de aula.

As péssimas condições estruturais da maioria das escolas brasileiras e maranhenses, especialmente no interior do estado, as quais vão desde a forte incidência de luz solar e a sua ausência, a falta de climatização das salas, pois normalmente só existe no local de trabalho da diretora da escola, contribui para que o livro didático seja quase o único recurso utilizado pelo professor no cotidiano escolar, apesar de existirem outras ferramentas.

Ele, o livro didático, não pode continuar com esse protagonismo todo, pois ele não é neutro. Ao analisar a produção de livros didáticos no Brasil e as possíveis imperfeições contidas nesses materiais, Flávia Eloisa Caimi (2017, p.36), fez três observações, denominando-as de:

Imperfeições necessárias, imperfeições inerentes e imperfeições Contingentes. As necessárias resguardam o ofício do professor, na medida em que, o livro não possuiu todo o conhecimento da disciplina. As inerentes são aquelas que estão contidas no próprio material tornando estes distantes do cotidiano e das diversidades locais dos alunos e por fim as imperfeições contingentes que estão relacionadas às exigências políticas a qual esses materiais estão sujeitos.

Dessa maneira, vale ressaltar que nosso intuito não é “demonizar” os livros didáticos, já que os mesmos possuem suas próprias limitações, conforme destacamos na citação acima. Os livros didáticos de História são avaliados negativamente, principalmente, como já ressaltamos em função das questões ideológicas, segundo seus críticos, esse material pode influenciar diretamente os alunos em suas orientações políticas. Embora, possamos acrescentar também atualmente as redes sociais, como ferramentas altamente influenciadoras e quase sempre de péssima qualidade.

Portanto, não só os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais entre outros) são responsáveis por construir um consenso social, mas os livros ajudam de certa maneira nesse processo, essa é uma das razões dele ser alvo de várias críticas. Os autores de livros didáticos precisavam ser imparcial e não ter ou deixar explícito suas opções ideológicas,

ou partidárias. Polêmicas envolvendo livros e a educação de maneira geral é constante⁴⁴, como pode-se perceber, o governo de “plantão” busca influenciar na elaboração desses materiais, dessa maneira:

O controle da produção contemporânea, de início, foi pautado pela preocupação em subordinar os manuais ao discurso oficial, ou ainda com o de algum governo de ocupação, em contexto de censura que tinha como objetivo eliminar ou evitar qualquer desvalorização ou qualquer interpretação nociva aos seus interesses (CHOPPIN, 2014, p.552).

Assim sendo, percebe-se que a preocupação é de controlar os conteúdos dos livros com intuito de preservar o discurso oficial e com o objetivo também de manter a “ordem” na sociedade. Um exemplo clássico das críticas que os livros de história sofreram, foi um artigo do “jornalista Ali Kamel intitulado: “O que ensinam as nossas crianças”, publicado no jornal O Globo em 18 de setembro de 2007, tal artigo, deu início a uma série de discussões na imprensa brasileira sobre a qualidade do livro didático de História” (SILVA, 2012, p. 804). O jornalista usou como base de suas críticas, o livro Nova História Crítica de Mario Shimdt, e neste artigo mostrou-se “preocupado” com a produção didática no Brasil e com a educação de maneira geral.

Entendemos que o ponto de vista Ali Kamel⁴⁵ estava mais preocupado com uma possível ideologia de esquerda contida no livro, do que com questões mais importantes, como: o uso desse material dentro de sala de aula e em que medida os livros estão chegando às escolas (já que não é de hoje o problema da falta de livros para os alunos nas escolas). O incômodo desse jornalista, uma pessoa que em tese não estava ligado a educação, era voltado para que os alunos não fossem influenciados por ideologias as quais na perspectiva dele eram ruins. Apesar das críticas o livro continuou sendo adotado nas escolas. No que concerne ao papel do Estado com relação ao livro didático salientamos que:

[...] predominou nesse percurso sua atuação como comprador e regulador da qualidade e mesmo do conteúdo desses livros. Por meio de normas que foram se produzindo e das avaliações do livro didático que realizava, e realiza o Estado brasileiro procura assegurar mais do que padrões de qualidade, mas também acaba por fomentar e/ou induzir determinadas perspectivas teóricas e pedagógicas definidas nessas normas (decretos, portarias, resoluções, editais

⁴⁴ Recentemente foi cogitado pelos meios de comunicação que o atual presidente Jair Bolsonaro iria revisar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) principal meio de avaliação de ingresso no ensino superior público, a fim de não deixar passar questões de cunho “comunista” “marxista”, Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/inep-ve-possibilidade-de-bolsonaro-avaliar-previamente-questoes-do-enem/>

⁴⁵ Diretor de jornalismo na rede globo e responsável pelo jornalismo da emissora. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/ali-kamel/fotos.htm> Acessado: 03/07/2019

concernentes ao PNLD). Tem-se, aqui, uma combinação de formas de atuação do Estado, ao mesmo tempo provedor e regulador. (SILVA, 2017, p.119)

O Estado além de ser quem compra esse material no Brasil, é quem regula e impõe as normas nas quais os livros didáticos precisam ser elaborados. O que precisa-se salientar ainda conforme a citação acima é que fica também sob-responsabilidade do Estado decidir o que deve ou não ser adotado nas coleções didáticas, pois o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lança os editais para as editoras concorrerem com seus respectivos livros e para uma comissão escolher as obras a partir da exigência dos editais. É impossível falar de livros didáticos, sem pensar no grande mercado financeiro que gira em torno da produção e distribuição dos mesmos no Brasil:

[...] onipresença real ou bastante desejável de livros didáticos no mundo e, portanto, o peso considerável que o setor escolar assume na economia editorial nesses últimos séculos. É impossível para o historiador do livro tratar da atividade editorial da maior parte dos países sem levar isso em conta, em um país com o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção mundial. (CHOPPIN, 2014, p. 551)

O livro didático vem sendo produzido no Brasil desde a década de trinta do século passado, desde então se constituiu em um grande mercado, para as gráficas, que mais tarde se transformaram em editoras especializadas. Esse mercado extremamente cobiçado fez “nascer”, fundir e “morrer” editoras regionais e nacionais. Os livros didáticos para além de trazer o conteúdo programático de cada disciplina, vão além, alguns ensinam inclusive como o professor deve abordar tal e qual assunto, com indicações de bibliografia especializada, filmes, documentários, no manual do professor.

O Golpe Civil Militar Empresarial ocorrido no Brasil em 1964 iniciou o processo de expansão escolar, preocupados com o amor dos brasileiros para com a Pátria, substituíram o ensino das disciplinas História e Geografia, por Educação Moral e Cívica e Organização Política e Social Brasileira, para disseminação desses conteúdos, foi criada a Companhia Nacional de Material de Ensino que objetivava a publicar e distribuir o livro didático.

Em 1966, o governo ditatorial militar criou a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COTELD, que foi substituta daquele embrião criado anteriormente, a Companhia Nacional de Material de Ensino. Em 1985, com o processo de redemocratização do país, o MEC lançou o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, com objetivo de avaliar e distribuir os livros na rede pública de ensino, seus editais de compra de livros são cobiçadíssimos pelas

editoras instaladas no Brasil. Todos esses programas a seu modo e ao seu tempo foram responsáveis diretos pela disseminação do livro didático em nosso país.

Nas etapas de elaboração do PNLD temos a produção do Guia do Livro Didático⁴⁶ o qual contém as resenhas das coleções, para que o professor escolha qual livro adotar nas escolas. Destarte, o PNLD⁴⁷ faz parte de uma política pública na qual, o estado possui o papel de intermediário entre as escolas públicas e a produção editorial, que fica sob-responsabilidade da iniciativa privada. O estado brasileiro por intermédio do MEC tem a responsabilidade de atuar diretamente na compra, avaliação e distribuição desse material em todo território nacional.

As coleções didáticas inscritas são avaliadas por uma comissão de professores de cada área do conhecimento, essa avaliação é feita por uma instituição pública de nível superior. Dentre esse processo existe também uma chamada pública para profissionais e instituições que queiram participar da avaliação. A instituição responsável pelo PNLD dos anos finais do ensino fundamental em 2017. Foi a Universidade Estadual de Londrina e do ensino médio foi a Universidade Federal de Sergipe, e a professora Flávia Eloisa Caimi, foi responsável pela avaliação na área de História do atual PNLD 2017/2018.

Contudo, esse processo descrito anteriormente, de avaliação do livro didático, não tem a unanimidade dos professores que trabalham com ele nas redes municipal e estadual. Muitas críticas são feitas a esses compêndios: muitos professores entendem que os níveis dos textos estão acima da compreensão de seus alunos. Por sua vez, os alunos acham os textos enfadonhos e longos, e às vezes a escolha do livro que será adotado não é feita pelo professor, mas pela direção da escola o qual faz parcerias com as editoras. Entretanto, enquanto não chegamos a uma conclusão eficaz, apoiamos a opinião de Rocha (2016, p.12) para quem existem dúvidas se: “o problema está no livro, nas características do fugaz leitor contemporâneo ou dos conteúdos pragmáticos a ensinar e aprender”.

O Ministério da Educação (MEC) disponibilizou R\$ 111,6 milhões⁴⁸ para a compra de livros didáticos no triênio 2016/2019. Esse valor nos leva a pensar o livro didático no Brasil,

⁴⁶ O Guia do PNLD é organizado pelos seguintes itens: Por que ler o guia?; A História nos anos finais do ensino fundamental/médio; Princípios e critérios de avaliação; Critérios eliminatórios comuns a todas as áreas; Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular História; Coleções aprovadas e Resenhas.

⁴⁷ As etapas seguidas pelos agentes do PNLD funcionam assim: Equipes de professores pareceristas e pesquisadores das universidades públicas e agora também de professores do ensino básico, produzem o Guia do Livro Didático. Os livros escolhidos e aprovados pelas várias equipes, são encomendados às editoras e posteriormente distribuído gratuitamente aos alunos. Depois são produzidas resenhas das coleções, após essa etapa as editoras levam os livros para a escolha dos professores nas escolas do país. Esse processo é válido por três anos, ao final desse período, é possível manter os mesmos livros atualizados ou substituí-los por outros títulos repetindo-se todas as etapas novamente

⁴⁸ <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2016/11/mec-destina-r-111-6-milhoes-para-compra-de-livros-didaticos> acessado em 18/06/2019.

não apenas como um compêndio de conteúdo, mas principalmente como uma mercadoria, que envolve uma quantidade significativa de trabalhadores, desde o autor, avaliadores e profissionais gráficos. A escolha da adoção de determinada coleção fica a critério dos professores e das escolas e as editoras são responsáveis por oferecer os livros nos estabelecimentos de ensino. No guia atual do ensino fundamental foram aprovadas 14 coleções e do ensino médio 13, dispostos no quadro a seguir:

Quadro 03: COLEÇÕES DIDÁTICAS APROVADAS PELO PNLD

COLEÇÕES APROVADAS GUIA PNLD – ANOS FINAIS ENSINO FUNDAMENTAL		
COLEÇÃO	AUTORES	EDITORA
Historiar	Gilberto Cotrim/ Jaime Rodrigues	Saraiva Educação
Projeto Mosaico	Cláudio Vicentino/ José Bruno Vicentino	Scipione
Vontade de Saber	Keila Ginberg/ Adriana Dias/ Marco Pelegrini	FTD
Projeto Araribá	Maria Raquel Apolinário	Moderna
História para o nosso tempo	Flávio Beruti	Positivo
Estudar História: das origens do homem à era digital	Patrícia Ramos Braick	Moderna
História nos dias de hoje	Flávio Campos/ Regina Claro/ Miriam Dolhinikoff	Leya
Projeto Teláris	Girlene Azevedo/ Reinaldo Seriacopi	ÁTICA
Projeto Apoema	Renato Mocellin, Rosiane Camargo	Brasil
História. doc	Daniela Bruno Calainho/ Sheila Castro Farias/ Jorge Ferreira / Ronaldo Vainfas	Saraiva Educação
Pietã- História	Carla Maria Junho Anastasia/ Vanise Maria Ribeiro	Positivo
História, Sociedade e Cidadania	Alfredo Boulos Junior	FTD
Integralis	Célia Cerqueira/ Pedro Santiago/ Maria Aparecida Pontes	IBEP
Jornadas. História	Maria Luísa Vaz/ Silvia Parnazza	Saraiva Educação
COLEÇÕES APROVADAS GUIA PNLD – ENSINO MÉDIO		

História- Passado e Presente	Gislene Azevedo/Reinaldo Seriacopi	Ática
Olhares da História- Brasil e Mundo	Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino	Scipione
História Global	Gilberto Cotrim	Saraiva Educação
História	Georgina dos Santos/ Ronaldo Vainfas/ Jorge Ferreira/ Sheila Castro Farias	Saraiva Educação
Cenas da História	Cândido Grangeiro	Palavras Projetos Editoriais
Caminhos do Homem	Flávio Beruti/ Adhemar Marques	Base editorial
Conexões com a História	Alexandre Alves/ Leticia Fagundes de Oliveira	Moderna
Por dentro da História	Célia Cerqueira/ Pedro Santiago/ Maria Aparecida Pontes	Escala Educacional
História, Sociedade e Cidadania	Alfredo Boulos Junior	FTD
#Contato Historia	Adriano Machado Dias/ Marcelo Pellegrine/Keila Ginberg	Quinteto
Oficina de História	Flávio Campos/ Regina Claro/ Julio Pimentel Pinto	Leya
História em debate	Renato Mocellin/ Rosiane Camargo	Brasil
História: das cavernas ao terceiro milênio	Patricia Ramos Braick/ Myriam Brecho Mota	Moderna

Fonte: BRASIL, MEC, PNLD 2017/2018

A partir desse quadro podemos perceber as editoras que indicaram suas coleções e conseguiram aprovação: Saraiva Educação, FTD, Scipione, Moderna, Ática, Positivo, LIBEP, Palavras Projetos Editoriais, Brasil e Quinteto, outra questão são os autores, percebe-se que na maioria das vezes os autores que produzem livros para o ensino fundamental são os mesmos para o médio.

Holien Gonçalves Bezerra (2017) fez uma análise dos editais do PNLD desde 1997 até 2005, para pensar os avanços e retrocessos dessa política, a autora constatou, por exemplo, um avanço considerável em relação às discussões historiográficas conceituais presentes nos livros didáticos, e que os manuais do professor que antes eram resumidos, podem ser usados pelo docente como formação complementar. O programa a partir de 2000 ampliou o seu leque de possibilidades, não compreendendo obras de outras categorias, como: literários (PNLD literário), livros em braile, dicionários, etc.

Dentre as coleções aprovadas pelo atual PNLD (apresentadas no quadro) analisaram-se os conteúdos de duas com o objetivo de mapear em quais momentos a História local referente ao Maranhão e ao sertão aparecem nesses manuais. Em relação à análise de livros conforme Circe Bittencourt (2009) possuímos três aspectos basilares: a sua forma, o conteúdo histórico e conteúdo pedagógico.

Os aspectos formais estão basicamente ligados a: capa do livro (cores, ilustrações e títulos), a qualidade do papel que o livro foi confeccionado, a maneira que as imagens estão organizadas na obra, os boxes, os glossários, bibliografia, em resumo as características físicas de composição do livro.

Já em relação aos conteúdos históricos busca-se quais conteúdos estão sendo trabalhados e de qual maneira e também analisar a bibliografia e a partir dela compreender o nível de atualização do autor acerca das produções historiográficas, bem como a produção do texto a partir de algumas questões como: “o número de páginas, a extensão das frases, a quantidade de conceitos a ser introduzidos ou reiterados merecem atenção e indicam a complexidade desse tipo de produção textual” (BITTENCOURT, 2009, p. 314).

Referente aos conteúdos pedagógicos ainda conforme Circe Bittencourt (2009) os mesmos estão relacionados com as questões que envolvem aprendizagem, desta maneira está relacionado a qualidade de apreensão dos conteúdos históricos pelos alunos, e essa problemática é observada a partir das atividades propostas nos livros. Nesse sentido, nossa análise está mais baseada nos conteúdos históricos trabalhados nas respectivas obras.

Assim, os conteúdos dos livros analisados foram das coleções: *História Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Junior⁴⁹ da editora FTD para o ensino fundamental e médio e *Conexões com a História* de Alexandre Alves⁵⁰ e Letícia Fagundes de Oliveira⁵¹ da editora Moderna também para o ensino médio.

Na coleção *História Sociedade e Cidadania* mapeamos a história local no material do 8º ano do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio. O livro do ensino fundamental está dividido em três unidades: dominação e resistência; a luta pela cidadania e terra, e o último:

⁴⁹ Doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, atua na área de educação, com ênfase em História política e Sociedade. Com os objetos relacionado aos seguintes temas: Representação, imagens, africanos, afrodescendentes, livro didático e África. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidática e assessorou a diretoria técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação- São Paulo (Fonte: Plataforma Lattes).

⁵⁰ Mestre e Doutor em História Econômica pela faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor de História no Ensino Superior.

⁵¹ Mestre em História Social pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professora de História no Ensino Superior.

liberdade, divididos em 14 capítulos. A obra é dividida pelas seguintes seções: para refletir, dialogando, leitura de imagens, integrando com, cruzando fontes, você cidadão, bibliografia e mapas de apoio.

Os conteúdos referentes ao Maranhão aparecem no material na primeira unidade, no segundo capítulo: *A marcha da colonização na América portuguesa*, quando o autor discutiu sobre a fundação de São Luís em 1612. Nesse referido capítulo existe um *box* para saber mais: em que contém as discussões no campo da historiografia referente à fundação da cidade de Fortaleza no estado do Ceará, mas nenhum debate sobre a França equinocial⁵², levando em consideração que já possuímos uma historiografia sobre o tema, outra temática tratada no livro acerca do Maranhão é Revolta de Beckman.

No capítulo em que Boulos Junior (2016) tratou da criação de gado no Brasil colonial é apresentado um mapa cujo título foi caminhos do gado, o qual destaca-se o sentido da colonização e expansão da pecuária para o sertão do Maranhão pela influência do Rio São Francisco, (referente ao processo de “reocupação do sertão do Maranhão trabalharemos no segundo capítulo), conforme imagem a seguir:

Figura 08: Mapa Caminhos do Gado da Coleção História Sociedade e Cidadania.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de et al. *Atlas histórico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 38.

⁵² VER: LACROIX, Maria de Lourdes Luande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís, Lithograf, 2002.

Fonte: (BOULOS JUNIOR, 2017, p.110)

No entanto, o mapa não está contextualizado e o texto do capítulo não discute à expansão da pecuária no sertão do maranhense. As temáticas referente ao Maranhão voltam a ser discutidas na unidade 02, mais especificamente no capítulo 11: *Regências: a unidade ameaçada*, no qual o autor trabalha a Balaiada, é o único momento na obra que é feito uma citação sobre o sertão maranhense, quando foi discutido a situação econômica do Maranhão no século XIX: “pequenos proprietários vinham sendo forçados a mudar para o sertão em busca de sobrevivência” (BOULOS JUNIOR, 2017, p.212), no entanto, o autor fez essa afirmativa sem nenhum embasamento historiográfico.

O livro da coleção *História, Sociedade e Cidadania* do 2º ano do ensino médio está dividido em 4 unidades: nós e os outros: a questão do etnocentrismo, diversidade e pluralismo cultural; cidadania: passado e presente e terra e liberdade. Sobre o Maranhão as temáticas aparecem na primeira unidade, no capítulo 03: “a América portuguesa e a presença holandesa”, em um mapa que tratava das capitânicas hereditárias.

Nesse terceiro capítulo não é trabalhado a presença francesa na América e em função disso, não aborda a fundação de São Luís, mas, em contrapartida cita a França Antártica (presença francesa no Rio de Janeiro), “[...] ali , em 1555, um grupo de huguenotes (calvinistas franceses), que tinham apoio do rei da França, fundou uma colônia de nome França Antártica” (BOULOS JUNIOR, 2016, p.57).

Nesse volume da coleção também é apresentado à pecuária no período colonial, como principal responsável pela ocupação de boa parte do sertão da América portuguesa, mas também sem nenhuma referência a ocupação da região sul maranhense e com a presença do mesmo mapa “caminhos do gado” do livro do ensino fundamental. A temática da fundação de São Luís é discutida apenas no capítulo 05: *Expansão do ouro na América portuguesa*, mas para referenciar a defesa da territorial e a construção dos principais fortes, nesse mesmo capítulo o autor trabalhou também a revolta de Beckman.

Sobre o Maranhão o autor tratou também capítulo 12 intitulado: *Regências: a unidade ameaçada*, quando foram trabalhadas as revoltas regenciais, mas especificadamente a Balaiada, nesse capítulo é a primeira vez que aparece a historiografia sobre o tema, o trabalho usado como referência pelo autor foi a obra da historiadora Claudete Maria Miranda (de Teresina Piauí): *Balaios e Bem te vis a guerrilha sertaneja*.

No entanto, a resenha da obra no guia do PNLD expõe que a abordagem teórica e metodológica da coleção é a “história problema” pautada na ideia de que o “conhecimento histórico é concebido como resultado de um processo cientificamente produzido” (BRASIL, MEC, PNLD, 2018, p. 68), Mas os conteúdos referentes ao Maranhão, por exemplo, não apresentam nenhum diálogo com a historiografia maranhense, Boulos Junior (2016) trabalha alguns conteúdos como: fundação de São Luís, a Balaiada, e a revolta de Beckman sem nenhum diálogo com a historiografia local específica sobre os respectivos temas.

Outra observação sobre a resenha da coleção é a questão das “estratégias teórico-metodológicas que consideram as experiências locais dos estudantes do Ensino Médio” (BRASIL, MEC, PNLD, 2018, p. 68), contudo nas unidades analisadas neste trabalho, as questões que são propostas aos alunos, não ajudam na reflexão sobre suas experiências locais, e pouco estimula os alunos a refletirem sobre a história local, já que são poucas as temáticas de Maranhão nesta referida coleção.

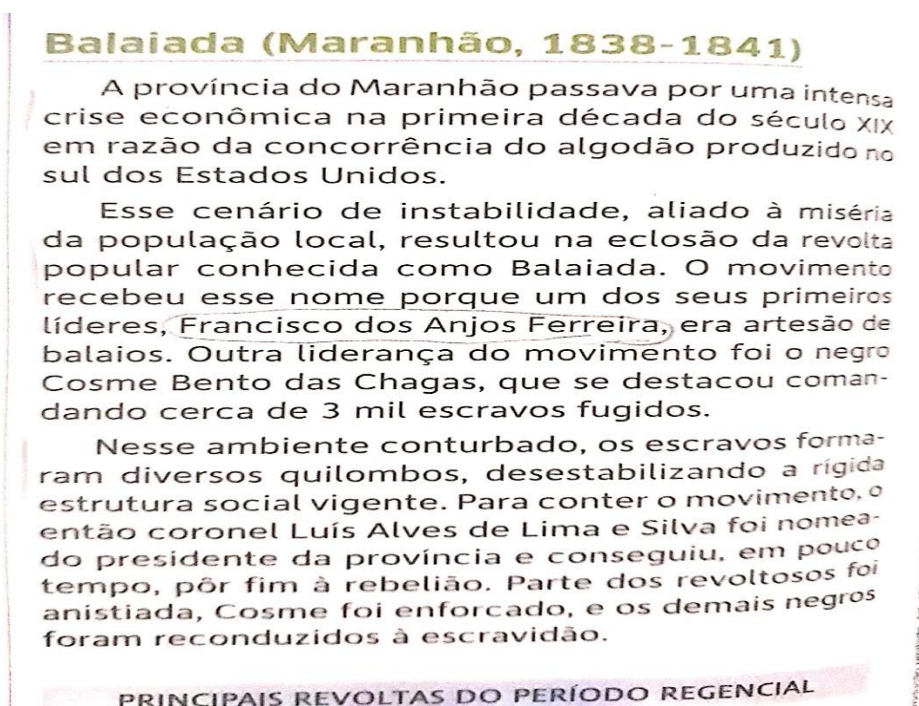
Também foi coleção analisada a coleção *Conexões com a história*, o livro está organizado em três unidades: a construção do mundo moderno; uma era de revoluções e transformações e o último sociedade e cultura no século XIX e disposto em 12 capítulos. A obra também é organizada com atividades: praticando ENEM, outros vestibulares e outras fontes (documentos e iconografia). Na abertura de cada capítulo é apresentado uma linha do tempo, o que contribui para que os alunos possam se situar no tempo e no espaço, mas também demonstra uma perspectiva positivista da História.

Os conteúdos da história local neste livro são apresentados a partir do capítulo 01: *O império colonial português*, no mapa referente às capitanias hereditárias e quando os autores discutem as tentativas de colonização holandesa na América, neste capítulo é apresentado também outro mapa referente aos domínios holandeses na América portuguesa, em que é pontuado a presença holandesa em São Luís (1641), mas esse conteúdo não é apresentado em forma de texto no capítulo.

O Maranhão é trabalhado também neste capítulo da coleção na discussão acerca da Balaiada, os autores colocam o coronel Luís Alves de Lima como um herói que conteve o movimento, no entanto, já existem outras discussões que problematizam esse acontecimento, um exemplo é uma obra já tratada neste trabalho *O sertão subsídios para a História e a Geografia do Brasil* de Carlota Carvalho (2011) em que trabalhando a partir da história comparada a autora retratou como Alves Lima foi cruel com os líderes da Balaiada e com os líderes de outros movimentos, como é o caso da Farroupilha ele foi pacífico.

O que vai de encontro com um ponto da resenha da coleção no guia do PNLD, o qual salienta que essa coleção possui “seções que possibilitam ao estudante examinar distintas narrativas históricas de um determinado acontecimento” (BRASIL, MEC, PNLD, 2018, p. 58), mas nesse caso, por exemplo, da Balaiada é apresentado apenas uma narrativa sobre esse fato.

Figura 09: história local na coleção Conexões com a História.



Fonte: (ALVES; OLIVEIRA, 2016, p. 198)

Logo, a partir da análise das coleções aqui trabalhadas concluiu-se que a nossa História local está resumida em alguns mapas descontextualizados e a um único acontecimento, que é a Balaiada, movimento que é trabalhado nos livros didáticos, mas na maioria das vezes de maneira extremamente resumida e em algumas obras são discutidas a revolta de Beckman, pois, na coleção Conexões com a História esse acontecimento não chega a ser trabalhado como parte integrante de um capítulo. Assim, o sertão do Maranhão como já se destacou, só aparece no livro do 8º ano da coleção História Sociedade e Cidadania, mas para referir-se à Balaiada. Dentre sete livros de uma coleção didática a região sul maranhense é resumida a uma frase.

Outro fator importante para o debate referente à relação dos livros didáticos e o ensino de história local é a sua relação com a memória, pois é “[...] através da recuperação da memória de pessoas comuns e de grupos específicos não contemplados pela historiografia tradicional, [...] tornaria a aprendizagem da história mais significativa” (BARBOSA, 2006, p.82).

Nesse sentido, é por intermédio da recuperação da memória dos sujeitos deixados à margem da história, ressaltamos para a possibilidade de um ensino mais atrativo e interessante para os discentes. Em relação ao livro didático de História, observou-se que o mesmo, imbricou a história paulistana como a história do Brasil, esse modelo faz parte, segundo Machado (2017) de um “projeto vitorioso”.

Provavelmente este projeto citado por Machado (2017) seja explicado pelo fato de o primeiro curso de história no Brasil ter “nascido” na Universidade de São Paulo – USP. Assim, a escrita e o ensino dos fatos ocorridos em São Paulo passaram a representar a história do Brasil.

Os livros didáticos, principalmente os da disciplina História são responsáveis pela construção da memória nacional. Apesar da renovação historiográfica, desde o movimento dos Anales, o ensino desta disciplina, ainda é marcado pelos “heróis” e por seus grandes feitos.

Dessa maneira, na construção da memória nacional existem disputas de memória, e assim, “como toda narrativa, estos relatos nacionales são seletivos. Construir un conjunto de héroes implica opacar la acción de otros”⁵³ (JELIN, 2002, p. 40). As disputas de memória que objetivam a construção da nação foram e são seletivas, os quais elegem um conjunto de heróis e deixam à margem outros personagens importantes da construção da nossa nação, e no que concerne à construção de identidades nacionais, destacamos que:

Tanto en las conmemoraciones com el establecimiento de los lugares de la memoria hay una lucha política cuyos adversarios principales son las fuerzas sociales que demanda marcas de memoria y quienes piden la borradora de la marca, sobre la base una versión del pasado que minimiza o elimina el sentido de lo que los otros quieren rememorar. (JELIN, 2002, p.60)⁵⁴

Essas narrativas oficiais que ao longo do tempo foram canonizadas estão ligadas historicamente por processos de centralização política, e essas questões refletem diretamente nos livros escolares. Elizabeth Jelin (2002) trabalhou os processos de construção de identidades nacionais na América latina, as quais não diferem em quase nada do processo de construção nacional no Brasil, que começou a ser construído, como já observamos no final do século XIX.

Os livros contribuem para a construção das identidades nacionais também por serem materiais de grande difusão, a exemplo disso é o PNLD como já se ressaltou, é uma política de

⁵³ “Como toda narrativa, estes relatos nacionais são seletivos. Construir um conjunto de heróis nacionais implica apagar a ação de outros” (Tradução Nossa)

⁵⁴ “Tanto nas comemorações como nos estabelecimentos dos lugares de memória existe uma luta política cujo os adversários principais são as forças sociais que demanda marcas de memória e aqueles que pedem o apagamento da marca, baseados em uma versão do passado que minimiza ou elimina o sentido do que os outros querem lembrar”. (Tradução Nossa)

distribuição de livros para todo território nacional, desse modo, os livros são ainda “lugares de memória⁵⁵”, pois ainda guardam uma visão eurocêntrica e positivista do mundo. Fonseca (1999) observou que os livros são difusores não só de um conhecimento histórico, mas de uma determinada memória, principalmente a dos grupos dominantes, sendo os mesmos guardiões de uma memória específica, assim:

O livro didático, além disso, é legitimado como guardião da “verdade” histórica, constitui-se em um lugar de memória privilegiado que, ao alcance de milhões de pessoas, sedimenta uma identidade nacional adequada aos interesses de determinados grupos. Conjugando textos e imagens, consolidam essa construção identitária no imaginário social, ao mesmo tempo fragmentando o processo histórico e construindo uma representação globalizadora e ordenada da sociedade. (FONSECA, 1999, p. 203)

Desse modo, o livro detém uma noção unilateral da história “nacional” e colabora de forma significativa para formação de identidades, e acaba elegendo as memórias que precisam ser consagradas e silencia outras, isso resulta no silenciamento das diversidades locais. É notório que existe uma relação entre memória⁵⁶ e a história, estudos referentes à relação delas têm crescido ao longo do tempo, principalmente devido às análises de sociólogos, historiadores e antropólogos.

A memória existe na medida em que os seres humanos possuem a função de carregar lá, principalmente por influência direta do ato de lembrar e esquecer, e de acordo com Nora (1993) a história é uma reconstrução imperfeita (já que é impossível recuperar o passado tal qual aconteceu), de algo que não existe mais.

Assim História e memória não são as mesmas coisas, mas possuem pontos que convergem, visto que, as mesmas possuem um objetivo em comum: manter cada uma da sua maneira o passado vivo e presente. Por essa razão, de acordo com Cartoga (2015, p.68):

⁵⁵ Pierre Nora (1993) discutiu o conceito de “Lugar de Memória” a tese central deste autor é que não existe mais memória e sim História, em função disso a memória à cada dia não é mais vivida coletivamente, mais ela precisa de homens, principalmente para a construção de monumentos, que evocam a memória. Entre os diversos “lugares de memória” podemos citar: museus, aniversários, estátuas, dentre outros. A construção desses lugares é feita na maioria das vezes por interesses individuais.

⁵⁶ Assim, referente ao conceito de memória de acordo com Barros (2017, p.317) corresponde ao ato de lembrar mesmo que de maneira parcial ou limitado de fatos do passado. No que se refere ao ato de lembrar, alguns estudiosos trabalharam a memória a partir da lembrança, desses posso citar: Ecléa Bosi (1994) e Henri Bergson (1999). Bosi fez um estudo sobre memória a partir dos velhos que possuíam um espaço comum: a cidade de São Paulo, o que pode concluir que quando o ser humano chega na velhice o que lhe resta é lembrar dos fatos do seu passado. Bergson pensou o ato de lembrar vinculado diretamente ao presente, pois a partir da memória que as percepções do passado são evocadas e no presente escolhe qual será de fato a ser usada. Dessa maneira a memória para Bergson é individual, pois o ato de lembrar é individual.

Reconhece-se, ainda, que a memória, quando arquivada, deixa de ser, na sua verdadeira acepção, uma recordação pois desliga-se do único mediador capaz de a revivificar: o sujeito testemunho. Nesse estado, ela somente tem o estatuto da “matéria-prima” a pedir um questionamento que o transforme em documento.

Dessa maneira, a memória depois que é arquivada, separando do “sujeito-testemunho” (o ser humano que recorda), ela passa a ser documento para a pesquisa histórica. Por fim, memória e História interligam-se e às duas são essenciais para a construção de identidades, e às duas são necessárias para a construção da “Consciência histórica”, pois o ser humano por influência daquilo que recorda se identifica com os grupos que convive, por conta disso torna-se importante a inserção da história local no ensino.

2.3 O ensino de história local e a “Consciência histórica”.

Uma importante função pedagógica do ensino de História de acordo com Costa (2013) é dá subsídios para que os alunos possam se identificar com os conteúdos propostos pelo livro didático. Assim, como já observamos no caso dos alunos maranhenses, as temáticas de história local trabalhadas na rede básica se resumem à Balaiada, nesse sentido de que maneira esses alunos irão constituir a “Consciência histórica”?

A Consciência histórica está ligada as discussões referentes a estudos sobre aprendizagem em História, e possui estreitas ligações com a memória coletiva, construção de identidades e com a “didática da História”. Uma das principais formas de assimilação da “Consciência histórica” pelos alunos é por meio da inserção da história local no ensino, pois, de acordo com Marlene Cainelli e Flávio Batista dos Santos (2014) a história local contribui para que os alunos tenham conhecimento das suas particularidades e a partir desse conhecimento consigam encontrar conexões, diversos espaços, assim ressaltamos que:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais, com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos. (SCHIMIDT; GARCIA, 2005, p.190)

Diante disto, acredita-se que uma das principais funções da história local em relação ao desenvolvimento da “Consciência histórica” é que os alunos consigam se reconhecer nos conteúdos trabalhados nos livros de História. Os estudos locais no ensino básico corroboram para a constituição de memórias coletivas, na medida em que “a escola e as aulas de História

são lugares de memória da história recente, imediata e distante”. (GUIMARÃES, 2012, p.242). Assim, tanto o ambiente escolar quanto as aulas de história, contribuem na construção de memórias coletivas.

Os debates acerca da memória envolvem vários aspectos, destes posso citar: memória individual, silêncios⁵⁷, não ditos, esquecimentos⁵⁸, disputas de memória (dividida e oficial)⁵⁹, memória social e construção de “Lugares de memória”. O sociólogo Maurice Halbwachs (2006, p.16) foi o pioneiro nas observações referente a memória coletiva⁶⁰, ele destacou que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade, nunca estamos sós”. Assim, apesar do ato de lembrar ser individual⁶¹, só recordamos algo porque convivemos em sociedade (em coletividade).

Outra razão para a memória ser pensada partir da coletividade é que de acordo com Barros (2011) a linguagem possui grande influência, pois tanto a escrita como a verbal foi construída a partir do social, por essa razão a memória é mais coletiva do que individual. Existe também os acontecimentos “vividos por tabela” que de acordo com Pollak (1992) são os acontecimentos vividos pelo grupo o qual a pessoa pertence, são esses acontecimentos que aflorados com os estudos de história local.

⁵⁷ Tanto os silêncios, quanto os esquecimentos e os não ditos, assim apesar das experiências traumáticas impedirem um esquecimento, alguns acontecimentos ruins não precisam ser lembrados por vontade do próprio indivíduo, o que pode ser considerado como uma forma de esquecimento ou não dito, ver: (GAGNEBIN, 2006)

⁵⁸ Paul Ricoeur (2004) buscou compreender o esquecimento a partir das condições históricas, já que, o ato de esquecer possui uma relação entre o lembrar. Assim tanto o esquecimento quanto o perdão precisam ser trabalhados em conjunto e de forma separada, eles indica, algumas problemáticas, pois o esquecimento pode resultar em uma falta de fidelidade ao passado e o perdão uma reconciliação com esse passado. Tanto a memória quanto o esquecimento estão sujeitos aos limites da condição humana, assim é impossível lembrar de todos os fatos históricos já vivenciados.

⁵⁹ Alessandro Portelli (2006) destacou o caso específico do Massacre de Civitella Val Chiana, esse episódio envolveu disputas entre duas memórias: a oficial que comemorava o massacre como um episódio da resistência e a memória das vítimas como mártires do conflito, assim criando uma tensão entre as instituições inspiradas na resistência e a da comunidade entraram em choque. A população local acreditava ser desonesto com as vítimas a comemoração desse acontecimento. Portelli usando as narrativas de Civitella como exemplo, observou que se a memória fosse apenas coletiva, bastaria apenas um testemunho para narrar sobre uma cultura inteira. Assim, para esse estudioso a memória seria social, já que pode ser compartilhada, a memória só seria coletiva quando se separa do individual, quando o ser humano externa as suas lembranças.

⁶⁰ Ecléa Bosi (1994) fez um estudo sobre a memória a partir dos “velhos” (termo usado na pesquisa da autora), os quais tinham em comum idade superior a setenta anos e possuíam um espaço social em comum: a cidade de São Paulo. Os entrevistados ajudaram a autora a pensar que a memória individual dos seus entrevistados afloravam por influência de uma memória familiar, assim esses velhos só lembravam porque tinham a influência das lembranças e da memória coletiva.

⁶¹ Henri Bergson (1999) discutiu o ato de lembrar vinculado diretamente ao presente e a partir dos questionamentos e chamados do presente que a lembrança vêm a tona, por meio das “representações” do passado. Outra relação da memória é em função da percepção, é por influência da memória que percepções do passado são evocadas e no presente se decide qual será de fato usada. Para esse autor algo central para entender a memória seria seu caráter individual, pois o ato lembrar é individual

Além das discussões referente a memória coletiva, questões acerca das identidades estão estritamente ligadas à apropriação da “Consciência histórica”, pois a mesma foi definida por Cerri (2011) como uma das bases do pensamento humano que contribui para a construção de identidades, já que possui ligações diretas com questões que envolvem sentimento de pertencimentos individuais e coletivos.

Dessa maneira, Willian Junior Bonete (2013) citou, duas das principais funções da “Consciência histórica”: contribuir para o entendimento dos tempos históricos e formação de identidades históricas plurais. No que se refere ao conceito de identidade, ressaltamos que:

Os diversos sujeitos sociais conduzem suas experiências por representações – atribuídas, autoatribuídas e compartilhadas- a respeito de quem são e de quem podem ou desejam ser. Essencialmente conflitiva, envolvendo interação social, afetos, autoestima e jogos de poder, a identidade é uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas. (MORENO, 2014, p.07)

As identidades como já se observou são construídas socialmente e se concretizam também por influência da linguagem. No tocante ao conceito de identidade, Hall (2006) observou que é um conceito complexo, e pouco desenvolvido e compreendido nas ciências sociais, já que não se tem uma única identidade e sim identidades plurais, por exemplo, nacionais, regionais e locais.

A partir disso, o ser humano possui uma essência que vai se modificando e se construindo por influência de culturas e identidades externas, assim, o sujeito vai moldando a sua identidade ao longo da vida por influência de outras interferências externas.

A Consciência é encontrada nas relações humanas, pois, “[...] pode ser percebido por diversos elementos, mas o principal (e provavelmente aquele do qual os demais derivam) é a identidade coletiva, ou seja, tudo que possibilita que digamos nós (e eles)” (CERRI, 2011, p. 41). É, portanto, no convívio em sociedade que se apreende a “Consciência histórica”, e a mesma começa a ser capturada pelo ser humano bem antes do convívio escolar, pois a família, os vizinhos, se constituem enquanto convívio social.

Antes de frequentar o ambiente escolar as crianças conseguem compreender alguns comportamentos da coletividade, nesse sentido, Estevão Martins (2011) destacou que o primeiro ambiente formal de apropriação da “Consciência histórica” é o ambiente escolar. Portanto, é na escola, principalmente com as aulas de História que a criança apreende formalmente a “Consciência histórica”.

A escola e as aulas de História dão possibilidade ao aluno conhecer seu lugar social, e o espaço que está inserido, e em consequência entende-se que esse espaço também produz história, o que contribui para a construção das identidades, pois ela é “[...] um produto social, de certa maneira sempre em devir no quadro de uma relação dialógica e temporal entre eu e o outro” (CATROGA, 2015, p. 27). Para que as identidades possam aflorar torna-se necessário o conhecimento de si mesmo e dos outros.

Como nos apontou Oriá (1998) a escola e essencialmente o ensino de História precisam assumir o papel de promotoras da construção de identidades plurais, as mesmas que no século XIX foram responsáveis pela construção da nacionalidade brasileira. Por isso, reforçamos que os estudos locais no ensino de História tornam-se importantes, pois os mesmos são ponto de partida para que os alunos consigam construir uma “Consciência histórica” crítica.

A construção da identidade se faz por influência da memória e de sua relação com o passado, presente e futuro. Por conta disso, a identidade torna-se uma conquista da consciência histórica por influência da evocação da memória.

A Consciência histórica é, como observou Rüsen (2006) um dos itens importantes da “Didática da história”⁶² e possui relações com ela, pois tem como principal função operacionalizar o conhecimento histórico para seus usos na vida cotidiana. A Didática e a Consciência são muito importantes para o saber histórico, pois não podem ser reduzidas a uma simples forma de conhecimento do passado, mas, garantem estruturas para a História, no sentido de compreensão dos tempos históricos (passado, presente e futuro).

Assim, como já observou-se os estudos referentes ao “[...] aprendizado de história configura habilidade de se orientar na vida e de formar uma identidade histórica coerente e estável” (RÜSSEN, 2006, p.16). Como já observamos a história local na educação desde o ensino fundamental ajuda de forma significativa para a construção de “Consciência histórica”, a qual por influência da memória contribui para a construção de identidades e dá orientações para a vida cotidiana e para o conhecimento dos tempos históricos.

Uma grande problemática enfrentada em relação à inserção da História Local no ensino é a dificuldade de publicização do conhecimento produzido na academia para as escolas. Pela análise feita das coleções didáticas neste capítulo, percebemos que a historiografia,

⁶² De acordo com Rüsen (2006) trata de uma abordagem usada para a aprendizagem em História em nível primário e secundário, qual ajuda na transformação de historiadores profissionais (pesquisadores) em professores de História nas escolas, e ajuda a conceituar a Consciência histórica como uma importante estrutura do processo de ensino aprendizagem.

principalmente referente ao Maranhão e ao sertão maranhense não é trabalhada nos livros didáticos do ensino fundamental e médio.

Referente às questões que envolvem a relação entre escrita acadêmica e ensino de História, Maria da Glória Oliveira (2013) usou como referência, dois textos de Manoel Salgado Guimarães: *Repensando os domínios da Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina*, publicado em 1998 e *Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido* publicado em 2000, ambos os trabalhos discutem acerca da produção do saber escolar. No texto a autora discutiu também a dificuldade de divulgação do conhecimento produzido na academia para a sociedade civil de maneira geral.

Referente às dificuldades do saber acadêmico e ensinado Maria da Glória (2013, p.140) ressaltou a necessidade de diminuir a hierarquia dos saberes, já que “[...] os distanciamentos ou uma hierarquia segundo critérios de maior ou menor importância entre ambos, tornava-se imprescindível compreender ensino e escrita como instâncias articuladas em um mesmo processo de produção do conhecimento histórico”. Torna se necessário pensar a escrita e o ensino de história “unidos” cada um com suas particularidades para a construção e aprimoramento do conhecimento histórico.

Como possibilidades que contribui para reduzir o distanciamento do saber acadêmico para o ensinado, temos a “Transposição Didática”⁶³ que “[...] serve como uma ferramenta que transporta conhecimento histórico dos recipientes cheios de pesquisa acadêmica para as cabeças vazias dos alunos” (RÜSEN, 2006, p. 08), transpondo assim, a história acadêmica para o saber ensinado. No entanto, a “Transposição Didática” acaba hierarquizando os saberes, e como já observamos os dois precisam ser construídos juntos, pois fazem parte do conhecimento histórico em geral.

Então, para não hierarquizar os saberes acredita-se que a partir da “Mediação didática”, Ana Maria Monteiro (2007) abordou que um saber complementa o outro, assim, o saber acadêmico complementa o ensinado, da mesma maneira que o ensinado complementa o acadêmico. Mas, é importante que os saberes, principalmente, o escolar se atualize, pois, o

⁶³ O conceito de Transposição didática foi pensado inicialmente pelo matemático Chevallard (1991) que trabalhou o conceito de “sistema didático” uma relação que liga os docentes, alunos e um determinado saber. Assim, Transposição didática refere se à passagem do saber acadêmico para o ensinado. Assim, a disciplina escolar torna se dependente do conhecimento científico e por consequência uma “boa didática teria como objeto fundamental o não distanciamento das produções científicas. Dessa maneira, a Transposição didática acaba colocando a escola apenas como um espaço de reprodução de um conhecimento externo, como se esse espaço não produzisse nenhum conhecimento, e o professor é apenas um mero reproduzidor do saber ensinado para o acadêmico. Ver: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009. pp-34-35.

mesmo acaba ficando repetitivo, e não atualizado com as novas discussões do campo historiográfico, e assim, distante das pesquisas produzidas nas Universidades.

Percebeu-se essas problemáticas quando analisamos as coleções didáticas, pois os autores acabam usando uma historiografia mais tradicional para discutir alguns conteúdos. Nesse sentido, o saber escolar precisa estar em constante diálogo com as produções acadêmicas contemporâneas, dessa maneira:

Em primeiro lugar, a ideia de consciência histórica reforça a tese de que a história na escola é um tipo de conhecimento histórico qualitativamente diferente daquele conhecimento produzido pelos especialistas acadêmicos, e, mais que isso, são ambos apenas parcelas do grande movimento social que é pensar historicamente, e não a forma de fazê-lo. (CERRI, 2011, p.50)

Para desenvolvimento da própria disciplina o saber escolar e o acadêmico precisam ser pensados como instâncias diferentes do conhecimento histórico, mas que fazem parte do processo de pensar historicamente, pois, “o ensino escolar de história, não é dar algo a quem não tem, não é dar saber ao ignorante, mas permite gerenciar o fenômeno pelo qual saberes históricos são colocados em relação, ampliados, escolhidos e modificados” (CERRI, 2011, p. 69). Para um ensino de História mais interessante para os alunos precisa existir um constante diálogo entre os saberes.

Nesse distanciamento existe uma parcela de influência do professor, pois como apontou Cerri (2011) a educação precisa ser pensada conforme observou educador e filósofo brasileiro Paulo Freire por meio do diálogo, assim o professor terá uma grande bagagem historiográfica para trabalhar no dia a dia escolar, e terá outra concepção sobre de ensinar e aprender. Assim, o professor precisa também ser pesquisador o que contribui na inserção de novos e atualizados conhecimentos no ensino de História.

Logo, ressaltamos à necessidade de trabalhar o ensino de História local na rede básica, visto que, essa abordagem coloca no centro das discussões em sala de aula as “histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob forma de conhecimento histórico” (BARROS, 2013, p. 17). Histórias que até foram institucionalizadas como conhecimento histórico acadêmico, mas não chegaram como forma de saber escolar para a educação básica.

Acreditou-se na ampliação do conhecimento histórico, possibilitando ao mesmo, um sentido mais prático, por meio do diálogo entre os saberes, visto que a “[...] a história local promove um processo de alteridade entre os diferentes grupos sociais existentes em espaços distintos” (CAINELLI; SANTOS, 2014, p. 166). Assim, reforçamos o livro didático como um

importante recurso em sala de aula, mas este não pode ser o único, principalmente nas aulas de História do Maranhão, pois esses conteúdos são quase nulos nos manuais didáticos aprovados pelo PNLD.

Isto posto, devido à falta de material didático referente ao sertão do Maranhão, já destacamos que o objeto deste trabalho é a produção de um material paradidático para ser trabalhado em conjunto com o livro. Assim, no próximo capítulo, discutiremos a presença da história do sertão do Maranhão nos livros didáticos de história do Maranhão, a estrutura e usos do paradidático aqui proposto, intitulado: *Pelas trilhas do sertão maranhense*.

CAPÍTULO III
O SERTÃO DO MARANHÃO NA HISTÓRIA LOCAL E O PARADIDÁTICO
“PELAS TRILHAS DO SERTÃO MARANHENSE”

A partir das análises das duas coleções didáticas: *História sociedade e cidadania* e *Conexões com a História* feitas no segundo capítulo deste trabalho, podemos observar que a história do Maranhão é apresentada de forma resumida nessas obras, em poucos conteúdos programáticos, tais como: “revolta de Beckman” e a “Balaiada”, já o sertão do Maranhão é praticamente silenciado nesses materiais. No entanto, desde que foi implantada a disciplina história do Maranhão por influência de Barbosa de Godóis foram produzidos livros didáticos de circulação local sobre essa temática, alguns dispostos no quadro a seguir:

Quadro 04: Livros didáticos de História do Maranhão.

História do Maranhão para uso dos alunos da escola normal- Antônio Batista Barbosa de Godóis (1904)/ Primeira edição.
Pequena História do Maranhão – Mario Martins Meireles (1959).
Pedra da Memória- Maria Ceres Rodrigues Murad (1979).
Conheça o Maranhão- Rosa Mochel (1971).
Gente, terra verde e céu azul- Lídia Maria de Moraes; Maria Luísa Campos e Maria José Caldeira (1987).
Que ilha bela! São Luís, o tempo reconstrói a tua história- Lídia Castro (2013).
Terra e gente: Estudos sociais do Maranhão- Francisca Maria Barros (1980).
Terra das Palmeiras- Maria Nadir Nascimento (1984).

História do Maranhão- Maria Nadir Nascimento (2001)
Conhecendo e debatendo a História do Maranhão- Joan Botelho (2007/2019).

Fonte: (COSTA, 2017)

Dessa maneira, neste capítulo, objetivamos mapear aspectos do sertão maranhense em materiais didáticos produzidos sobre a nossa História, analisamos os conteúdos históricos das seguintes obras: *História do Maranhão* (2008) de Barbosa de Godóis; *Conheça o Maranhão* (1971) de Rosa Maria Mochel Martins; *Pedra da Memória* (1979) de Maria Ceres Rodrigues Murad (1979); *Gente, terra verde e céu azul* (1987) de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa C. Aroeira e Maria José Caldeira, o livro *Terra e gente* de Francisca Maria de Barros Mattos produzido em 1980 e ainda mais recente a obra *História do Maranhão* (2001) de Maria Nadir Nascimento, e *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* de Joan Botelho (2007/2019).

Além da análise dessas obras buscamos mapear aspectos da história local no Documento Curricular do território maranhense (2019), produzido a partir da Base Nacional Comum Curricular e por fim, apresentamos a estrutura do paradidático aqui produzido intitulado: “*Pelas trilhas do sertão maranhense*” para uso dos alunos do 8º ano do ensino fundamental (anos finais).

3.1 O sertão nos livros produzidos após a implantação da disciplina História do Maranhão.

A disciplina história do Maranhão foi criada e constituída no início do século XX, em nosso país, no campo educacional neste referido momento ocorria várias reformas na educação⁶⁴, no contexto local também foram feitas algumas mudanças como, por exemplo, “[...] as reformas curriculares no Liceu maranhense e a criação da Escola Normal [...]. O Liceu maranhense passou a adotar o currículo inspirado no Positivismo, que priorizou as disciplinas científicas, diminuindo o espaço das disciplinas humanísticas” (GOMES, 2017, p.56).

A disciplina história do Maranhão começou a ser implantada no currículo da escola Normal, que era a instituição responsável neste período pela formação de professores. De acordo com Marcio Henrique Baima (2017), em 1905 a disciplina já se encontrava no currículo

⁶⁴ Podemos citar algumas: Reforma Benjamim Constant (1899); Epitácio Pessoa (1901); Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942).

da rede estadual de ensino e coube ao professor Antônio Baptista de Godóis⁶⁵ ministrar e organizar a mesma.

A razão pela qual esse professor ficou responsável por essa disciplina, conforme Dayse Marinho (2014), se deu por conta da luta desse intelectual pela urgente necessidade de reestruturação da disciplina história do Brasil e dos povos americanos, pois ainda nas palavras dessa pesquisadora “[...] a criação da disciplina História do Maranhão, partiu da redistribuição dos conteúdos referente à história nacional” (MARTINS, 2014, p.76). Foi produzido para melhor instrumentalizar o trabalho com a nova disciplina, um livro didático intitulado: *História do Maranhão para uso dos alunos da escola Normal*, e o professor Godóis:

[...] enquanto autor de obra didática ele se fundamentou no programa oficial da instrução pública para elaborar seu manual [...]. Godóis elaborou um manual escolar de uma disciplina cuja a criação foi por ele conduzida. O autor materializou em sua obra versões do saber local disciplinarizado, confirmando no processo de criação dessa tradição seu papel de protagonista principal. (MARTINS, 2014, p.82)

Assim, Godóis além de ser o responsável por ministrar a disciplina história do Maranhão, foi quem elaborou em nosso estado, o primeiro livro didático desta temática, sendo assim, foi ele quem decidiu, no primeiro momento, o que de fato seria a história do Maranhão para ser trabalhado em nível escolar e o que ficaria à margem do ensino em sala de aula. É importante destacar que nesse período o pensamento dos intelectuais locais havia ainda um discurso do “*ser maranhense*” muito ligado ao “*ser europeu*”. E assim, a grande maioria das obras didáticas produzidas nesse contexto buscavam sempre a exaltação das nossas “raízes” europeias.

Como escritor de livros visando o público escolar, o professor Godóis produziu outros títulos, como: *O mestre e a escola* (1911); *Escrita rudimentar* (1904); *Higiene pedagógica* (1914) e *Instrução cívica* (1900). A obra *História do Maranhão para uso dos alunos da escola Normal* teve duas edições, uma em 1904 e a mais recente em 2008, editada pela Editora da Universidade Estadual do Maranhão (EdUEMA) em parceria com a Academia Maranhense de Letras (AML), em comemoração do centenário de fundação da mesma⁶⁶.

⁶⁵ Nasceu em São Luís no dia 10 de novembro de 1860 e morreu no Rio de Janeiro em 4 de setembro de 1923, era bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, exerceu função de procurador da justiça federal no Maranhão, compôs o hino maranhense. (MORAES, 2008).

⁶⁶ Assim, foi publicado títulos dos doze fundadores da instituição: Viera da Silva; Ribeiro do Amaral; Inácio Xavier Carvalho; Godofredo Viana; Fran Paxeco; Domingos Barbosa; Clodoaldo Freitas; Corrêa de Araújo; Barbosa de Godóis; Astolfo Marques; Antônio Lobo e Alfredo de Assis Castro.

De acordo com Jomar Moraes (2008), Godóis iniciou a produção desta obra em 1889 (ano da aula inaugural da disciplina História do Maranhão na escola Normal), o livro⁶⁷ trata de conteúdos desde as capitânicas hereditárias no Estado, do processo de colonização até a adesão do Maranhão à república. É importante destacar que este livro” [...] introduziu a produção do saber local disciplinarizado no Maranhão” (MARTINS, 2014, p.83), além de ser a obra que formou a grande maioria dos profissionais do magistério em São Luís.

Na introdução o autor destacou que a motivação para a escrita e publicação da obra foi a falta de livros sobre o Maranhão que contribuíssem para os estudos dos alunos da escola Normal. É colocado ainda que os conteúdos históricos no texto são de fato resumidos, pois “[...] reduzimos o assunto aos limites que se veem neste trabalho, os quais eram impostos, por sua vez, pela exigência regulamentar que mandava esgotar a matéria dentro do ano letivo” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p.20). Então, a disciplina história do Maranhão precisava ser trabalhada toda em apenas um ano letivo.

O autor comete um grande equívoco quando diz ainda na introdução que: “explica-se por esse modo a omissão que se nota de algumas coisas, sem importância histórica” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p.20). Algumas temáticas para autor podem ser caracterizadas como sem importância histórica, no entanto, para outras pessoas não são. É importante que o aluno entenda que todos os conteúdos históricos possuem uma determinada importância, ressaltamos que ficaria mais correto ter afirmado que a omissão de alguns conteúdos de história local no livro se dava devido ao curto espaço de tempo para trabalhar com a disciplina.

Uma questão positiva foi que Barbosa de Godóis (2008) relatou tratar a história do Maranhão em consonância com a do Brasil, demonstrando dessa maneira que a história local é parte integrante da nacional. No entanto, outro equívoco cometido pelo autor em nosso ponto de vista, foi diminuir a nossa história, pois segundo ele: “numa história pequena como a do Maranhão e escrita sem largas dissertações” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p.21), mesmo que a produção historiográfica sobre o Maranhão, até o momento da escrita de Godóis tenha sido mínima, a história do Maranhão sempre foi muito rica.

Em relação aos conteúdos, na primeira parte do livro, foi tratado de maneira geral, sobre os índios do Maranhão e seus modos de vida, ainda com uma visão pejorativa, tratando os mesmos sempre ligados à selvageria e barbárie, porém vale ressaltar que o olhar do autor em relação ao índio era a visão que a sociedade da época referente as populações indígenas, nosso

⁶⁷ A obra é dividida em três partes: O Maranhão colônia (dividido em 29 capítulos); a segunda parte O Maranhão província (dividido em 10 capítulos) e a terceira parte, dividida em apenas um capítulo intitulado: A adesão do Maranhão à proclamação da república. A junta provisória. As resoluções de 18 de dezembro de 1893. A anistia.

objetivo não é cometer anacronismo, são usados também como fonte os escritos de Claude D' Abbeville, o qual no livro é citado de maneira incorreta, como Cláudio D' Abbeville.

Ainda na primeira parte ele abordou sobre a colonização do Maranhão: a ocupação francesa, a constituição da França equinocial em 1612 e a batalha de Guaxemduba, na qual os portugueses vitoriosos expulsaram os franceses. Nesse momento não foi mencionado o processo de “reocupação” do sul do Maranhão. Posteriormente, ainda nessa primeira parte, foram trabalhados os governadores gerais da capitania, a invasão holandesa e a revolta de Beckman.

Na segunda parte da obra, o autor trabalhou o processo tardio de “adesão” do Maranhão a Independência do Brasil, pois de acordo com o mesmo, naquele período “o Maranhão era uma das que mais sentiam a influência dos portugueses, que nele representavam as principais fortunas e ocuparam todos os cargos públicos” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p.21), por essa razão, a “adesão” só foi feita no dia 28 de julho de 1823.

Outro tema abordado na segunda parte da obra, foi a Balaiada, a mesma é descrita erroneamente, como “[...] uma página triste de nossa história” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 388), no entanto os atuais estudos históricos destacam que o resultado desse movimento sim, pode ser caracterizado como uma página triste de nossa história, pois os principais líderes foram massacrados, levando em consideração que revolta iniciou devido a insatisfações vindos dos setores mais pobres da sociedade, porém em todo momento observamos que o autor tratou de maneira pejorativa, as lutas dessa camada social.

Como a Balaiada foi uma revolta amplamente difundida no Maranhão e Piauí, assim Pastos Bons é citado em alguns poucos momentos do livro, para tratar do movimento dos, balaios, vale ressaltar que é o único momento que o sertão é tratado na obra e a terceira parte (a menor do livro) o autor discutiu a adesão do Maranhão a república do Brasil.

A obra *História do Maranhão para usos alunos da escola Normal* de Barbosa de Godóis foi muito importante, pois é a primeira obra didática produzida para ministrar a história do Maranhão, porém, apesar das observações feitas, é importante pensar que está obra é fruto de “[...] versões sobre a história local, por parte de um autor com devido lugar social na elite pensante da época” (MARTINS, 2014, p.84), o lugar social ocupado por esse autor explica alguns posicionamentos assumidos no texto, e essa elite maranhense ainda tinha uma postura, como já destacou-se de culto ao eurocentrismo.

Nesse contexto, tiveram outras produções didáticas sobre o Maranhão como, por exemplo, Fran Paxeco publicou *Maranhão: subsídios históricos e corográficos* (1913); e

tivemos Mario Meireles com a obra *Pequena História do Maranhão* (1959), segundo Odaléia Costa (2017) esse livro “[...] através do decreto nº 1732, de 9 de setembro de 1960 assinado por Eloy Coelho Neto, à época do governador do Estado, foi adotada nas Escolas Primárias do Estado do Maranhão” (COSTA, 2017, p. 53), no entanto, a autora comete um equívoco, pois Eloy Coelho Neto nunca exerceu o cargo de governador do Maranhão.

Conforme Dayse Marinho (2014) os conteúdos trabalhados na obra de Mario Meireles são o “descobrimento” do Maranhão até os efeitos e desdobramentos da chamada “revolução” de 1930 no estado. O livro ainda de acordo com a autora possui também um caráter positivista, pois privilegia os considerados “heróis” e grandes homens da história e apresenta uma abordagem baseada nas datas comemorativas, nesse sentido, essa obra “[...] simboliza a caracterização do conhecimento histórico regional dentro da perspectiva dos Estudos Sociais” (MARTINS, 2014, p. 135).

A proposta de implantação dos estudos sociais surgiu com o objetivo de substituir as disciplinas História e Geografia no currículo, e começaram a ser obrigatórias no Brasil no período da ditadura civil militar e por decorrência da lei 5.692 de agosto de 1971, a disciplina foi implantada em todo território nacional. De acordo com Circe Bittencourt (2009) ela era usada para que o aluno a partir dos conteúdos trabalhados em sala se sentissem integrados às suas respectivas comunidades.

Esses estudos passaram então, a ser obrigatórios para o antigo 1º grau e ginásio, dessa maneira como já destacamos, “propunha que os estudos fossem iniciados com base nas realidades próxima das crianças, tanto no tempo como no espaço” (BITTENCOURT, 2009, p.73), por conta dessa necessidade de aproximação com os estudos locais, começaram a ser produzidos alguns materiais didáticos nessa perspectiva.

No Maranhão essa disciplina no antigo nível primário passou a ser chamada de acordo com Dayse Marinho (2014) de *Estudos Regionais do Maranhão* e contou com a produção e de algumas obras, como: *Pequena História do Maranhão* (1959)⁶⁸, *Conheça o Maranhão* (1971); *Pedra da Memória* (1979); *Gente, terra verde e céu azul* (1987), e o livro *Terra das Palmeiras* de Maria Nadir Nascimento, dessa maneira:

[...] a disciplina Estudos Sociais do Maranhão (ESMA) teve material didático próprio, com metodologia própria. Os livros didáticos em questão de início não foram comprados pelo poder público. Com o avanço dos programas de

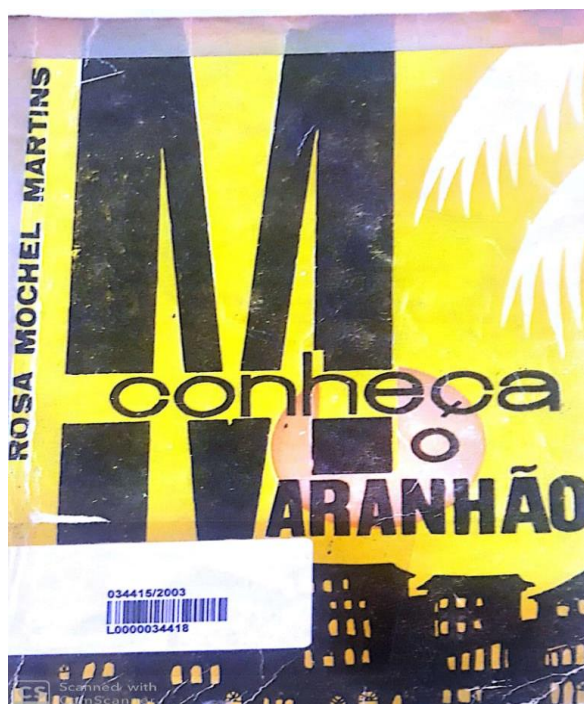
⁶⁸ Foi publicado pela editora SENAC do Rio de Janeiro em 1959, de acordo com Martins (2014) o livro apresenta uma narrativa positivista, o qual privilegia datas e os considerados “heróis” da História. Os conteúdos trabalhados vão desde o intitulado pelo autor “descobrimento” do Maranhão até a chamada Revolução de 1930.

implantação do ensino, o alcance dos livros didáticos ampliou-se no contexto dos sistemas públicos educacionais propiciando a difusão do conhecimento histórico local disciplinarizado. Por volta dos anos 1990 foi iniciada a distribuição das obras nas escolas públicas ampliando a prática pedagógica em história regional. (MARTINS, 1994, p. 144)

A autora na citação acima comete um equívoco quando destacou que a produção, publicação e distribuição das obras de história do Maranhão ampliaram a prática pedagógica em história regional, porém como salientamos no segundo capítulo, essas obras estão dentro das abordagens de história local, pois não tratam de uma região, e sim apenas da história do Maranhão.

Nesse contexto, houve a obra *Conheça o Maranhão* de Rosa Maria Mochel Martins⁶⁹ foi produzida em 1971 editada pelo Sioge. O livro foi organizado com aspectos da história do Maranhão dispostos por todas as letras do alfabeto⁷⁰, e na apresentação a autora destacou que seu trabalho consiste em um diálogo sobre o Maranhão.

Figura 10: Capa do livro *Conheça o Maranhão*



Fonte: (MARTINS, 1971/ Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite)

⁶⁹ Conforme destacou Odaléia Alves (2017) é bacharel em História e Geografia pela faculdade de filosofia de São Luís.

⁷⁰ Agricultura; babaçu; costa; descobrimento; energia; frutas; Gonçalves Dias; hidrografia; Itaqui, jaborandi; lugar; mapa; novo; omissão; população; quebranto; rádio; São Luís, transporte; universidade; verdade; xisto e zona.

Questões relativas ao sertão do Maranhão são trabalhadas no livro a partir do capítulo intitulado *descobrimto*, no qual a autora ressaltou algumas populações indígenas situadas na região, tais como: guajajara, canela, cracatis, craôs e timbiras. É apresentado também uma discussão acerca das diferenças sociais entre os índios guajajara e canelas em Barra do Corda, a saber:

Em Barra do Corda são encontradas aldeias Guajajara e Canelas, nota-se uma grande diferença entre os dois grupos. Os Guajajara têm costumes dos civilizados, andam vestidos fazem boas roças, tendo perdido muitos hábitos indígenas. Os Canelas são mais puros na cultura. Vivem entretanto em de completa pobreza. (MARTINS, 1971, p.46)

O que podemos observar a partir da citação acima é que a autora trabalhou com uma visão estereotipada dos indígenas, colocando os mesmos como incivilizados, o que resulta em perpetuação de preconceitos, em relação aos índios, o que é preocupante já que o livro tinha como público alvo, crianças em idade escolar.

Outra discussão referente a região sul no livro é abordada no momento em que trabalha a hidrografia maranhense, nesse momento foi citado alguns rios sertanejos, como: Manoel Alves Grande, Tocantins, Parnaíba e Grajaú. A autora tratou também sobre a exploração comercial da planta medicinal Jaborandi (conhecida popularmente como Arruda), em alguns municípios sertanejos, como: São Domingos, Presidente Dutra, Tuntun, Colinas, D. Pedro, Barra do Corda e Grajaú.

Uma questão positiva na obra é quando é tratado da alimentação do maranhense, em que os hábitos sertanejos são colocados como exemplo, é ressaltado que, “comemos só carne de boi e porco. No sertão ainda comem carneiro e bode [...] No litoral, o povo se alimenta mais de peixes e mariscos, que é o que tem valor” (MARTINS, 1971, p.93). É interessante para que o aluno conheça as diversidades dos maranhenses.

É trabalhado algumas especificidades de alguns municípios maranhenses, dentre eles, Pastos Bons, o que é uma questão positiva da obra, pois a autora abordou o processo de ocupação do sertão no século XVIII, a descoberta do rio Tocantins, é citado sem aprofundamento e o avanço dos vaqueiros que resultou na fundação de algumas vilas, citadas na obra: Riachão, Grajaú e Carolina. É trabalhado também, que essa região recebeu participantes da Balaiada e no período republicano a região foi palco de um movimento contra a monarquia, conhecido pela historiografia como “República de Pastos Bons”.

Outro livro sobre história do Maranhão é *Pedra da memória: estudos sociais do Maranhão* escrito por Maria Ceres Rodrigues Murad⁷¹ e publicado em 1979, também pela editora Sioge, a obra “[...] surgiu inicialmente como apostila com título: Vivendo o Maranhão: iniciação aos Estudos Sociais do Maranhão: aspectos geográficos, tendo sua primeira edição no ano de 1976 e segunda edição no ano de 1977 pelo colégio Dom Bosco” (COSTA, 2017, p.107), essa iniciativa se deu devido à carência de material didático sobre geografia do Maranhão.

Figura 11: Capa do livro *Pedra da memória*



Fonte: (MURAD, 1979/ Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite)

O livro é dividido em duas partes: uma sobre Geografia⁷² e outra de História⁷³, algumas temáticas a respeito do sertão foram mais discutidas na parte dedicada à geografia, como: hidrografia, mas especificadamente dos rios que passam pela região sul do estado: o Itapecuru (que tem como afluente em sua margem esquerda o Alpercatas) e o Mearim.

Foi apresentado ainda na parte de geografia as, micros regiões sertanejas (Grajaú e Mearim; Baixo Balsas e Imperatriz). Quando a autora tratou da pecuária, não ressaltou a importância dessa atividade no sertão do Maranhão. Já a seção reservada para a história, é

⁷¹ De acordo com Costa (2017) a autora é graduada em Pedagogia pela UFMA/1978, com especialização em psicologia social (UFMA/1985), mestrado em educação (UFMA/1996) e doutorado em Psicologia da educação (PUC/ São Paulo/2008).

⁷² Aspectos físicos; aspecto político; atividades econômicas; comunicação e transporte; nossa cultura; poderes e autoridades e símbolos do estado.

⁷³ O Maranhão no Brasil colônia e O Maranhão no Brasil independente;

mínima, apenas conteúdos referentes a colônia, a Balaiada e questões que envolvem a adesão do Maranhão à independência.

O livro possui uma abordagem positivista, baseada nos “grandes feitos” e “grandes homens”, um exemplo disso é na introdução do primeiro capítulo a autora iniciou com um questionamento “quem, portanto, descobriu o Maranhão?” (MURAD, 1979, p.120), essa questão de “descobrimento” acaba silenciando a história das populações indígenas que já habitavam o Maranhão antes da chegada do europeu. Assim, o sul do Maranhão só é citado nesta obra apenas na parte tocante a geografia.

A obra *Gente, terra verde, céu azul: estudos sociais História, Geografia, Moral e Civismo* de acordo com os guias curriculares do estado (primeiro grau)⁷⁴, de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Aroeira e Maria José Caldeira⁷⁵, editado pela ática em 1987. Uma obra produzida em fins do regime militar, ainda com um caráter de elevação a pátria e como observou Costa (2017), referente ao número de edições, a autora constatou através de suas pesquisas que a cada ano era publicado uma nova edição do livro.

Figura 12: capa do livro *Gente, terra verde, céu azul*.



⁷⁴ O livro é dividido pelos seguintes capítulos: Nós, o Maranhão e o Brasil; Como é governada a nossa pátria; Paisagem natural do estado do Maranhão; aproveitamento dos recursos naturais e como começou a nossa História.

⁷⁵ Lídia Maria de Moraes é bacharel em letras (Português) pela faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo; Maria Luísa Campos Aroeira fez administração escolar no Instituto de Educação de Minas Gerais e pedagogia pela faculdade de Filosofia e Maria José Caldeira é licenciada em desenho e artes plásticas pela Fundação da Universidade Mineira de Arte (FUMA) de Belo Horizonte (COSTA, 1996).

Fonte: (AROEIRA; CALDEIRA; MORAES, 1987/ Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite)

Na seção da obra reservada a Geografia, o sertão do Maranhão é mencionado para tratar das microrregiões do estado (Alto Mearim e Grajaú/ Pastos Bons), é citado pelas autoras também o rio Grajaú, que “nasce entre a serra Negra e da Cinta” (AROEIRA; CALDEIRA; MORAES, 1987, p.37), o sertão volta novamente ao debate na obra na questão da economia, quando se refere ao desenvolvimento da pecuária, é descrito que no sul do Maranhão essa atividade é muito praticada.

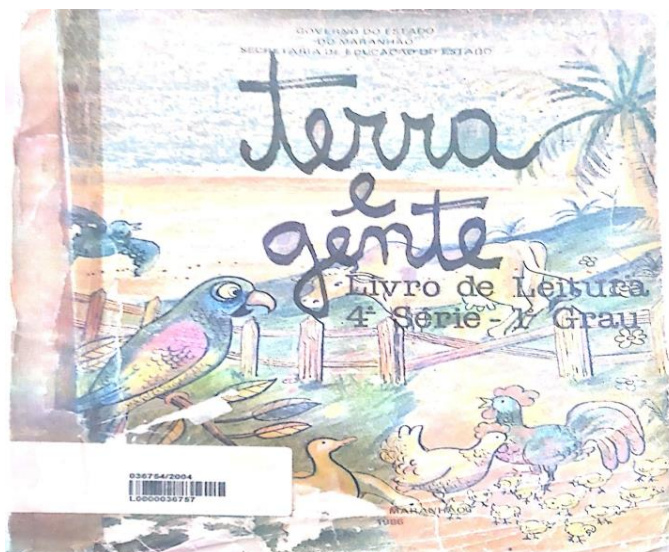
A seção de História compõe apenas um capítulo, intitulado: Como começou a nossa História. E é organizada pelas seguintes temáticas: *descobrimto do Brasil; os primeiros habitantes do Brasil; como surgiu o Maranhão?; a invasão francesa e holandesa; o surgimento das primeiras vilas, a revolta de Beckman; entradas e bandeiras; estado do Grão-Pará e Maranhão, a Balaiada, nossos costumes e maranhenses ilustres.*

As autoras apresentam de maneira positiva o surgimento das primeiras vilas do Maranhão, tanto no litoral (Rosário, Icatu, Santo Antônio de Alcântara) quantos as do interior, as quais foram influenciadas diretamente pela atividade pecuarista, no entanto, as autoras citaram apenas Arari, Turiaçu, Vila de Paço do Lumiar, Tutóia e São Felix de Balsas, deixando de citar as cidades sul maranhenses que foram também fortemente influenciadas pela criação de gado. O surgimento de algumas vilas sertanejas são citadas no capítulo da Balaiada: Vila do Senhor do Bonfim da Chapada (Grajaú), Barra do Corda, Carolina e Porto Franco. O sertão nesta obra é resumido a essas temáticas.

A obra *Terra e gente: livro de leitura*, de acordo com Odaléia Alves (2017) compõe uma coleção de obras sobre o Maranhão para 1º a 4º série do primeiro grau, intitulados como livro de leitura. A obra foi coordenada por Francisca Maria Barros⁷⁶, editada em São Luís pela Tricasil, 1986.

Figura 13: Capa do livro Terra e gente

⁷⁶ Possui licenciatura curta em Estudos Sociais pela federação das escolas superiores do Maranhão (FESMA) e licenciatura curta em ciências na cidade de Recife, além de Biologia na cidade de João Pessoa na Paraíba. (COSTA, 2017)



Fonte: (BARROS, 1986/ Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite)

O livro contém a disciplina Português representada pela seção intitulada *Comunicação e expressão*, em que é apresentado vários pequenos textos de leitura para os alunos, a disciplina História e Geografia na seção *integração social* e em Ciências na seção *iniciação as ciências*.

No que concerne à história os conteúdos são os seguintes: os indígenas no Brasil colonial, a colonização e exploração do Brasil; o processo de independência; o Brasil durante a monarquia, império, república e o regime militar, uma obra publicada e produzida no Maranhão, mas sem nada referente a nossa história local, essa obra, “[...] destinava-se a alunos e alunas da 1º a 4º série. Para cada série existiam dois volumes: o volume 1 é o livro de leitura e o volume 2 é o caderno de atividades” (COSTA, 2014, p.81).

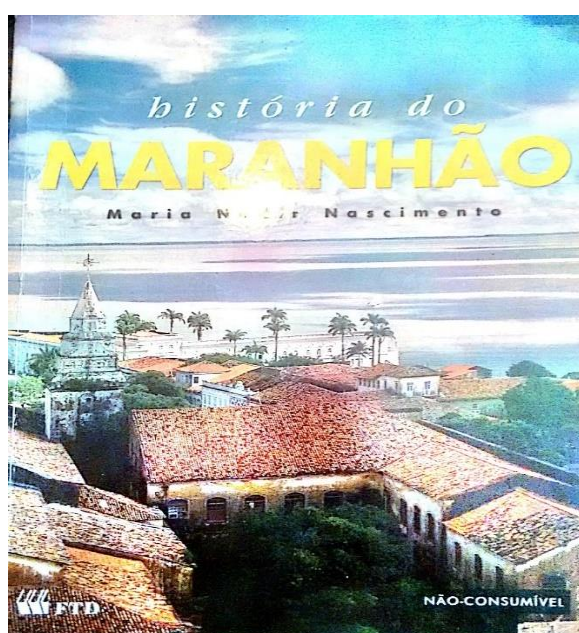
Ainda no contexto de livros didáticos de história do Maranhão produzidos para os estudos sociais e que privilegiam outras disciplinas tem como exemplo: *Estudo Regional do Maranhão*, de José Raimundo Lindoso, editado pela FTD em 1988. E conforme Odaléia Alves da Costa (2014) apesar do autor afirmar que trabalha no texto as disciplinas história e geografia, o mesmo prioriza os aspectos geográficos e iguais os outros livros os “[...] aspectos históricos, apresenta-os cronologicamente, dando destaque à participação do homem branco europeu, seja ele português, holandês ou francês” (COSTA, 2014, p.119).

Outra importante obra de Estudos Sociais que teve grande circulação no estado foi *Terra das Palmeiras* (1996), de Maria Nadir Nascimento, que de acordo com Dayse Marinho (2014) foi o livro mais distribuído e vendido nos anos 80 e 90 do século passado. Em 1996, este livro foi incluído nas resenhas do PNLD para circular entre 2000 e 2001, ainda segundo a autora esse trabalho mesmo abordando aspectos do interior do Maranhão, o centro da análise histórica é

São Luís, em outras edições o livro foi dividido em duas obras: *História do Maranhão* e *Geografia do Maranhão*.

Dessa maneira, o livro *História do Maranhão* (2001) de Maria Nadir Nascimento editado pela FTD e foi um livro de grande aceitação nas escolas do Maranhão. A obra está dividida em 18 capítulos.⁷⁷ Os conteúdos trabalhados são desde a Europa no século XV até a abertura política brasileira (1985). O livro também conta com uma parte dedicada as datas comemorativas, bibliografia, atividades (hora de usar o caderno), glossário e linha do tempo.

Figura 14: Capa do livro *História do Maranhão*.



Fonte: (NASCIMENTO, 2001/Arquivo Pessoal)

Na introdução, a autora nos diz que a história do Maranhão será trabalhada de maneira conectada com a história do Brasil, no entanto os conteúdos referentes ao nosso estado, só começam a ser apresentados no livro a partir da unidade 04, intitulada: *Os primeiros donos da terra*, a autora trabalhou a questão indígena, nesse contexto foi destacado a presença de tribos no litoral e no interior: “os jês habitavam o interior do estado. Suas aldeias, em forma circular, eram construídas em áreas descampadas. Elas eram muito populosas, ao contrário das aldeias dos indígenas do litoral, que viviam em pequenos grupos”. (NASCIMENTO, 2001, p.28),

⁷⁷ A Europa no século XV, descobrindo novos mundos, o encontro de povos diferentes, os primeiros donos da terra, colonizarem para não perder, os franceses no Maranhão, outros domínios, entradas e bandeiras, revoltas populares, mudanças na política portuguesa, a inconfidência mineira, o Brasil independente, o Brasil monárquico, o Maranhão no segundo reinado, a república, a era Vargas, a ditadura militar (1964-1985) e a nova república.

porém a autora não apresentou nenhum mapa representando de que maneira esses índios estão dispostas nessas regiões.

Sobre o Maranhão os conteúdos na obra estão dispostos da seguinte maneira: *os indígenas do Maranhão; as capitânicas hereditárias do Maranhão; a França equinocial e a expulsão dos franceses; os holandeses no Maranhão e a expulsão; as companhias de comércio; a revolta de Beckman; o Maranhão no segundo reinado* (Balaiada); *o Maranhão na proclamação da república* e por fim, *o Maranhão na ditadura militar e a nova república*, contemplada pela ascensão de Roseana Sarney ao governo do estado em 1994 e 1998.

E o sertão só aparece na unidade 14: o Maranhão no segundo reinado, no contexto da Balaiada para afirmar que negro Cosme fugiu para essa região, assim afirmou “o ex- escravo Cosme fugiu para o sertão, de onde passou a liderar a revolta, que já não tinha a força inicial” (NASCIMENTO, 2001, p.73), porém nessa referida parte da obra, por exemplo, não contém nenhum glossário para discutir o conceito de sertão e nem um mapa para mostrar a localização do sul do Maranhão dentro do estado.

Vale destacar também que nas referências bibliográficas só possuem três obras referente ao Maranhão: *Perfil do Maranhão* de Sergio Brito (1992), *História do Maranhão* de Carlos Lima (1981) e *Holandeses no Maranhão* de Mario Meireles (1991). Dessa maneira, esse livro mesmo sendo intitulado História do Maranhão, grande parte do conteúdo trabalhado é dedicado à história do Brasil, e que contempla mais uma vez uma memória nacional em detrimento de uma local, já que os aspectos locais são deixados em segundo plano.

O que pode-se observar a partir da análise desses livros, é que, inicialmente, tanto as obras que se apresentam voltadas para a nossa historiografia, quanto para as obras dedicadas à educação, foram escritas buscando sempre exaltar os europeus, mesmo que em alguns poucos momentos (mais na parte dedicada a geografia), haja poucas citações referentes ao sul do Maranhão, os textos de maneira geral privilegiam aspectos da capital do Maranhão, e essa problemática se explica, pois, como já observamos, os autores desses livros didáticos de história local escreveram a partir do seu lugar social, de onde viviam, deixando de lado as outras localidades do Estado.

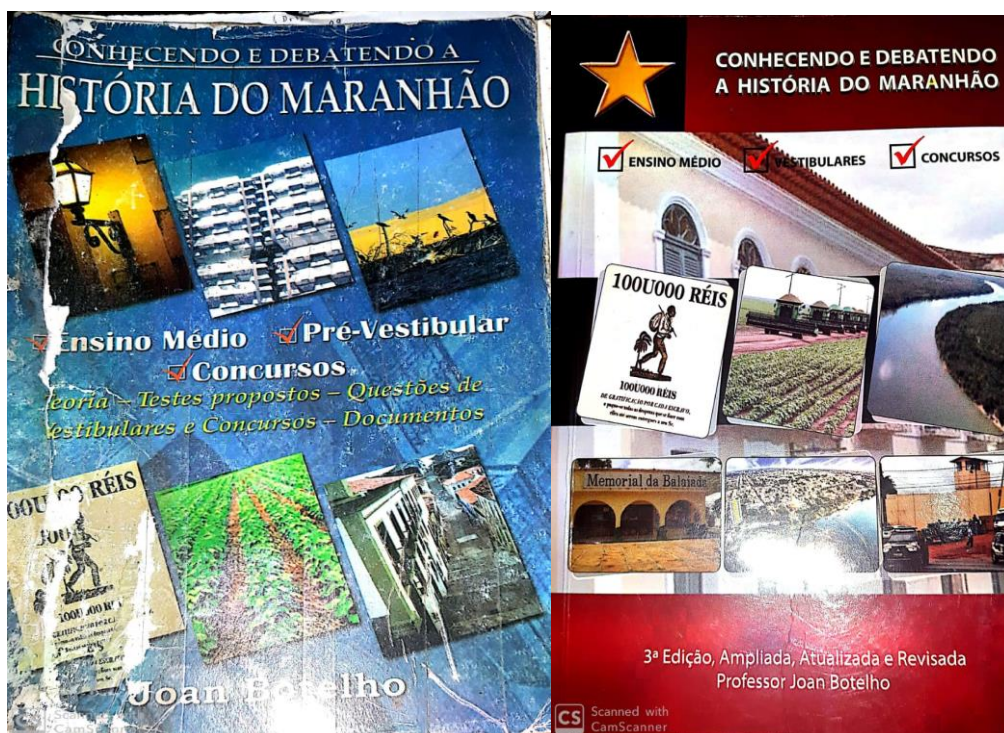
Outra questão que vale destacar das obras analisadas, apenas, a *Pequena História do Maranhão* é escrita por um historiador, Mario Meireles, as outras foram escritas principalmente por profissionais sem a devida formação em história, fato esse que pode justificar alguns posicionamentos históricos equivocados apresentados nas obras analisadas neste trabalho.

O sertão do Maranhão é mais trabalhado no livro: *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*, produzida pelo professor Joan Botelho que, a partir do contexto da produção historiográfica local apresenta avanços que “[...] são apresentados no início do século XXI no âmbito do ensino médio, através de produções didáticas que vinculam o desenvolvimento do ensino de História à preparação para o vestibular” (MARTINS, 2014, p.148).

O livro em epígrafe alcançou três edições, o que podemos considerar um fato raro, em se tratando de um livro de história do Maranhão. Provavelmente explicável pela procura de alunos pré vestibulandos e os candidatos a concursos.

A primeira edição da obra está dividida em três partes: *história do Maranhão Colônia, Império e República*. Na seção de História do Maranhão colonial os conteúdos são abordados desde a expansão marítima e desdobramentos relativos à adesão do Maranhão à independência. No império é trabalhado a guerra dos 3 Bês e questões referentes ao “mito da Atenas brasileira”, já na parte referente a República os conteúdos são apresentados desde; A adesão do Maranhão à República até questões culturais da cidade de São Luís (Bumba meu boi, Tambor de Mina, Tambor de Crioula e pontos turísticos de São Luís).

Figura 15: Capa do livro *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*



Fonte: (BOTELHO, 2007/2019/ Acervo pessoal)

Na introdução da primeira edição do livro produzida por Júlio Gabriel Botelho foi destacado que a obra não possui uma organização positivista, no entanto, pela organização dos capítulos (maranhão colonial, imperial e republicano), percebe-se pelo menos uma visão linear da História. É observado também que é apresentado no trabalho, temas não tradicionais, associação da história com outras disciplinas, incentivo a pesquisa e questões dos vestibulares, visto que a obra é voltada fundamentalmente para alunos do ensino médio.

As temáticas referentes ao sertão do Maranhão são abordadas no livro a partir dos conteúdos do período colonial, no capítulo: *Frente Pastoril: a ocupação centro sul do Maranhão*, no qual é abordada questões como: o início do processo de colonização com influência direta dos fazendeiros de gado oriundos de Pernambuco e Bahia, na expansão da pecuária na região; e cita o surgimento de algumas cidades: Carolina, Pastos Bons e Balsas.

No entanto, faltou discutir o conceito de sertão (por quais razões essa região de Pastos Bons é denominada de sertão pelos historiadores e sociólogos), não usou a obra: *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*, de Carlota Carvalho para aprofundar a reflexão referente ao surgimento dos primeiros núcleos urbanos da região: Porto da Chapada-Grajaú, São Pedro de Alcântara- Carolina, Riachão, Imperatriz e Barra do Corda e trabalhar a importância dos rios da região (rio Grajaú como principal ligação entre o sertão e o litoral).

O autor trabalhou o sertão também na seção referente a República, no capítulo intitulado: *A Adesão do Maranhão a República: clubes e jornais- o sertão se manifesta*. É usado como referência o texto: *Os clubes republicanos*; de Luís Alberto Ferreira, neste referido capítulo é citado um conflito ocorrido em Pastos Bons, que resultou no assassinato do comandante militar da localidade:

Alguns acontecimentos, sobretudo no interior, projetaram os ideais de República na província. É o caso dos conflitos que eclodiram na vila de Pastos Bons, culminando com o assassinato do comandante militar da localidade. Impresses passaram a circular conclamando o povo a levantar-se contra a monarquia. Esse episódio ficou conhecido como República de Pastos Bons (BOTELHO,2007, p.160).

No entanto, esse assassinato é comentado de forma resumida, sem nenhuma explicação, ou referência de qual seria esse episódio. Outros acontecimentos apenas citados nesse capítulo são: conflito de Grajaú (Guerra do Léda), intelectuais que formaram clubes republicanos, Roda de Amigos; jornal O Norte, editado em Barra do Corda. No entanto, faltou referenciar a trabalho de Luís Alberto na bibliografia, e explicar em uma nota que no período republicano Pastos Bons

é uma cidade e não mais todo o Sul do Maranhão, como foi tratado no capítulo sobre a frente ocupação sertaneja.

No capítulo *A conflitante década de 1920 e a “revolução” de 1930 no Maranhão: golpes e contragolpes* destacamos as seguintes questões sobre o sertão: tensão dos camponeses no interior sob o comando de Manoel Bernadino o “Lenin do Sertão”, que denunciavam a exclusão e a pobreza no período, a Coluna Prestes no sertão do Maranhão em 1925 (Barra do Corda, Grajaú, Mirador, Codó e Barão do Grajaú).

Já no capítulo *A produção da soja no Maranhão: exportação e destruição ao cerrado*, foi discutido a chegada dos chamados gaúchos na década de 1970, interesses dos grandes empresários vinculados ao agronegócio e os maiores produtores de soja no sul do Maranhão: Tasso Fragosso e Balsas. Nesse capítulo, acreditamos que faltou uma ligação apresentando que geograficamente a região sul é o sertão de Pastos, trabalhados em capítulos anteriores do livro, e discussão bibliográfica sobre o tema.

O sertão é discutido também no capítulo *A pecuária: o boi ocupa a terra*, no qual o autor volta a enfatizar a colonização do sertão de Pastos Bons, em outro sub tópico intitulado: *A questão indígena: o Estado ausente*, o autor observou que os índios estão distribuídos em 16 áreas e a grande maioria está concentrada em Barra do Corda, é discutido também a grande dizimação das populações indígenas e o “massacre de Alto Alegre”, o que faltou a problematização do termo massacre, já discutido por uma historiografia recente.

No último capítulo foi discutido o projeto de criação do Maranhão do Sul e contempla as seguintes questões: separação do sul do Maranhão do Estado apresentada pelo então deputado Sebastião Madeira motivada pela distância do sul do Maranhão com a capital. Por fim as referências bibliográficas sobre o sul do Maranhão na obra são apenas três: *O cativo* (1992) de Dunshee de Abranches; *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão* (1992) de Maria do Socorro Coelho Cabral e *O sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil* (2000) de Carlota Carvalho.

A terceira edição, que é a mais atual do trabalho, foi revista e ampliada pelo autor. Foi destacado na apresentação que o “[...] livro propõe ser didático, sem deixar de ser acadêmico, evidenciando a história local” (BOTELHO, 2019, p.07), dessa maneira o autor ressaltou também que o público que a obra se destina é tanto os alunos do nível médio, quando a comunidade universitária e os professores da rede básica de ensino.

Ainda na apresentação o autor observou que o texto é baseado na interdisciplinaridade, e um ponto positivo é a presença da historiografia. O livro é dividido em 13 unidades e 22 capítulos, os quais tratam do Maranhão colonial, imperial e republicano.

As discussões acerca do sertão maranhense iniciam no segundo capítulo: Os indígenas no Maranhão, quando o autor levantou questões referentes as populações de índios e seus respectivos modos de vida, bem como a organização dos mesmos na atualidade em dois municípios do sul do Maranhão, assim foi destacado que, “a maior população de ameríndios do Maranhão, está situada nos municípios de Barra do Corda e Grajaú” (BOTELHO, 2019, p.27).

Depois o sertão é trabalhado no capítulo 09: *Frente pastoril e ocupação do centro sul do Maranhão*, no qual é debatido o processo de chegada dos fazendeiros de gado no sertão, a influência da pecuária e o comércio do couro nesta região, no entanto, o autor poderia ter problematizado o termo “ocupação”, levando em consideração que essa localidade já era ocupada por populações indígenas. Referente a historiografia sobre o sul maranhense foi usado apenas a obra de Socorro Cabral (1992), poderia ter aprofundado essa discussão também com os escritos de Francisco de Paula Ribeiro.

Na unidade 05: *O Maranhão do algodão ao comércio inglês*, o autor produziu um complemento no capítulo 11 intitulado: *Berford e o sertão maranhense*, no qual o autor trabalhou a partir da introdução produzida por Alan Kardec Pachêco e Marcelo Cheche Glaves na obra *Roteiro e Mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro* (2008).

Joan Botelho (2019) expõe a partir dessa bibliografia aspectos referentes a carta régia de 12 de março de 1788, que solicitava a exploração e localização do rio Tocantins. A partir disso, em 29 de setembro de 1809 Sebastião Gomes da Silva Berford em cumprimento de ordens régias, percorreu o sertão maranhense e produziu um roteiro sobre a natureza, os rios e as vilas e povoados da região.

Acredita-se ser positivo este referido complemento sobre a viagem de Berford, no entanto, o autor poderia ter dado um destaque também para outros viajantes que descreveram o sul do Maranhão como, por exemplo: Francisco de Paula Ribeiro na *Descrição do território de Pastos Bons*. Já no capítulo 15 intitulado *As lutas no sertão e a proclamação da República*, o autor inicia criticando a hegemonia da nossa historiografia que por algum tempo esteve voltada para o litoral, porém:

[...] em estudos recentes, realizados, sobretudo nas universidades, que constam não haver uma via única de colonização e ocupação do Maranhão colonial e imperial. Paralelamente ao eixo litorâneo, agrícola, existe outro elo ocupacional, tendo como referência o centro-sul do Maranhão e, como

economia, o gado em expansão para o sertão. Mas o que é sertão? Que papel exerceu no contexto ocupacional do interior da província? Denominamos sertão a uma faixa de terra ampla entre o centro sul, leste e oeste das terras maranhenses, em extensa área próxima aos estados do Piauí, Pará, Goiás, Bahia e Tocantins. Região rica em terras, águas, fauna, flora, onde se ergueu economia, sociedade e política com características próprias. É recente o descortinamento do sertão e de sua história. (BOTELHO, 2019, p.235)

É citado também alguns estudiosos que discutem o sertão, tais como: Capistrano de Abreu; Carlota Carvalho; Maria do Socorro Coelho Cabral; Luis Alberto Ferreira; Manoel Barros; Adalberto Franklin; Candice Vidal e Giniomar Ferreira Almeida e ainda dá um destaque aos estudos de Alan Kardec Pachêco Filho sobre o sertão maranhense. Apesar disso, não citou a recente historiografia sobre a nossa região sertaneja.

Foi abordado na obra a “guerra do Léda” uma disputa política na cidade do Grajaú que envolveu dois chefes locais: Jefferson Nunes e Leão Léda. O conflito acirrou na região com o assassinato do promotor público Estolano Eustáquio Polary, o qual Leão Léda foi acusado de planejar e executar o crime. Outro conflito ressaltado pelo autor foi no contexto da Adesão do Maranhão à República, como já tratamos, na região sul maranhense, principalmente na cidade de Barra do Corda, houve uma intensa propaganda em prol da república.

Ainda no que concerne aos conflitos ocorridos no sertão o autor abordou o “massacre de Alto Alegre”, um conflito entre índios e os autodenominados brancos ocorrido nas proximidades de Barra do Corda, todavia é observado na obra que os indígenas “[...] massacraram padres, freiras e transeunte que participavam de uma celebração em Alto Alegre” (BOTELHO, 2019, p.253).

Para tratar dessa questão foi usado como fonte o testemunho do frei Celso Uboldo, e apesar de observar que foram mortos 500 índios e 200 religiosos e que foi construído em Barra do Corda um monumento em memória dos padres e freiras e nenhum em memória dos índios, faltou uma discussão com a recente historiografia que já problematizou o uso do termo massacre para tratar desse evento, mesma problemática ocorrida na edição anterior.

Já no capítulo 12: *Maranhão contemporâneo: modernização e conservadorismo*, trabalha-se a exploração da soja no sul maranhense, a partir da implantação do agronegócio no estado. Nessa região, a exploração expandiu-se por alguns municípios, como: Balsas, Grajaú, Formosa da Serra Negra e Fernando Falcão.

É nítido que as discussões acerca do sertão foram ampliadas na terceira edição da obra, porém principalmente nesta última versão faltou uma reflexão com a recente historiografia que já relativizou e problematizou alguns termos e conceitos, no entanto o trabalho de Joan Botelho

é importante, pois trata da história do Maranhão de maneira geral, o que ajuda vários alunos e professores que precisam estudar esses conteúdos, que como já observamos, não estão presentes nos livros didáticos.

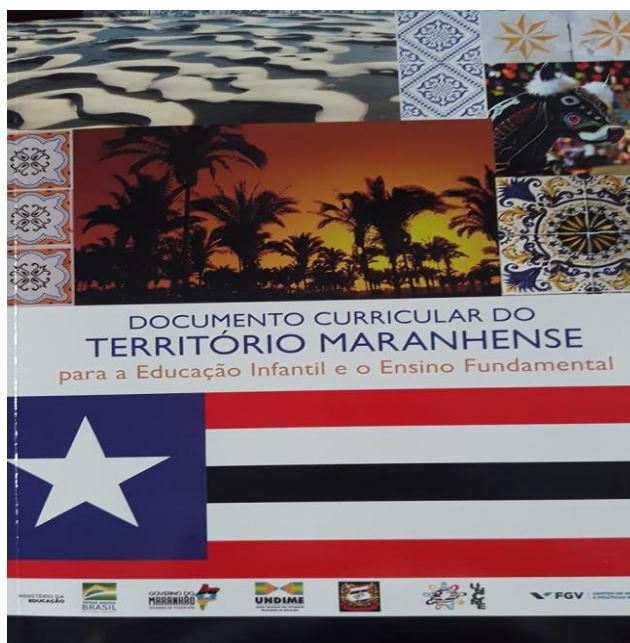
Então, dentre as obras analisadas o sertão é mais discutido no trabalho do professor Joan Botelho, mas seu livro não é usado nas escolas da rede, pois se configura como um material de apoio para vestibulandos. As leis, como por exemplo, a 5.692/71, referente aos estudos sociais contribuíram para a produção de material didático de história local e atualmente temos o Documento Curricular do Território maranhense que vai contribuir também para a produção desses materiais.

3.2 O Documento Curricular do Território Maranhense.

Referente a parte diversificada do currículo (a autonomia dos sistemas de ensino) resguardado tanto pela LDB/1996, quando pela BNCC/2017, foi elaborado em 2018, por influência da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNCNE-MA) e do Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA), com os profissionais da educação em um seminário regional na capital do estado, o Documento Curricular do Território maranhense para a educação infantil e ensino fundamental.

O documento foi proposto com a função de ser um referencial para os sistemas públicos e particulares de ensino do Maranhão, contemplando todas as disciplinas do currículo escolar para o ensino fundamental, com o objetivo que os mesmos tenham subsídios para produzir seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Planos de aula, esse documento veio à público em 2019 e foi apresentado em eventos abertos ao público em alguns municípios maranhenses.

Figura 16: Documento Curricular do território maranhense.



Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ma.pdf

Já destacamos que a BNCC prioriza o processo de ensino-aprendizagem ligado às questões que envolvem a realidade dos alunos, assim, no Documento do território maranhense (2019, p.14) é salientado que “[...] faz-se necessário ter “maranhensidade” como eixo fundamental da construção do currículo”, dessa maneira para todas as disciplinas são necessárias as abordagens referentes as questões locais, mas sempre buscando aproximações com temáticas regionais, nacionais e mundiais.

É referido ainda, que o currículo deve contemplar também as diversidades do estado do Maranhão. Essa pluralidade deve chegar até a sala de aula através dos temas considerados integradores, dessa maneira, no documento (2019, p.32) observa-se que “integrar o currículo é estabelecer conexões e construir pontes para outros conhecimentos, componentes, áreas, séries e para a vida”, para o ensino-aprendizagem, trabalhar questões conectadas enriquecem as discussões em sala de aula.

Relativo à História foi feita uma exposição desde o surgimento da disciplina no século XIX e a influência em 1929 da escola dos Annales na França com o debate pautado na “História problema” e em novas abordagens para o campo. O documento abre um debate sobre a influência do currículo eurocêntrico, principalmente no que concerne a construção de uma memória histórica nos alunos.

É levantado um questionamento sobre de qual maneira essas abordagens seriam importantes para os estudantes do Maranhão, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, um estado que possui em sua maioria uma população negra, por exemplo. Nos anos iniciais os temas tratados em sala de aula precisam contribuir para que os alunos se reconheçam enquanto sujeitos de uma sociedade diversificada etnicamente.

É evidente que a intenção não é um abandono total de questões sobre a Europa, mas questiona-se a necessidade de ceder um espaço maior e proporcionar mais destaque para as histórias locais na educação. Dessa maneira é ressaltado no documento (2019, p.442): a necessidade de orientação para que os estudantes “[...] perceberem como sujeitos nesse processo” de ensino aprendizagem”. Um caminho que pode ser seguido apresentado no documento é a inserção de atividades que contemplem discussões locais, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 05: Propostas de atividades do Documento Curricular do Território Maranhense.

Unidades temáticas (7º ano)	Atividade sugerida
A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial Americano.	Roda de leitura: leitura sobre relatos franceses sobre o Maranhão no início do século XVII como a escrita por Claude D’ Abbeville História da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão. E leitura dos relatos de portugueses, como a jornada do Maranhão escrita por Diogo de Campos Moreno.
Lógicas Comerciais e mercantis da modernidade	Produção de uma história em quadrinhos relativo à vida de africanos e indígenas escravizados no Maranhão e leitura cartográfica a fim de identificar o lugar de origem dos africanos que foram trazidos para o Maranhão.
Unidades temáticas (8º ano)	Atividade sugerida

Brasil no século XIX	Pesquisa em jornais sobre a Balaiada no Maranhão, buscando destacar as diferentes interpretações sobre o conflito.
O nascimento da república no Brasil e os processos históricos até metade do século XX	Construção de uma linha do tempo sobre os conflitos envolvendo grupos indígenas no Maranhão.
Unidades temáticas (9º ano)	Atividade sugerida
Modernização, ditadura e redemocratização: o Brasil após 1946	Debate sobre modernização e ditadura militar com destaque para o Maranhão.
A História recente	Pesquisa sobre identidade planetária e estabelecer ligação ente Maranhão e Brasil.

Fonte: Documento Curricular o território maranhense (2019).

O Documento do território maranhense destaca-se como um importante instrumento para possibilitar a abordagem da história local em sala de aula, a partir do quadro acima, pode observar o cuidado em inserir questões locais nos eixos temáticos de alguns ciclos do ensino fundamental, no entanto, percebeu-se que mesmo apesar de apresentar na introdução que o currículo do Maranhão deve contemplar a diversidade do estado, as atividades propostas não contemplam as multiplicidades locais, porém ressaltamos que o documento apresenta uma proposta, dentre várias outras possibilidades de trabalho com a história local em sala de aula.

3.3 Estrutura do paradidático: “*Pelas trilhas do sertão maranhense*”.

Levando em considerações as problemáticas levantadas neste capítulo e a necessidade de inserção da história local na educação apontada no Documento Curricular do Território Maranhense (2019), podemos observar que não existe material didático produzido referente ao sertão do Maranhão. A partir dessas considerações, produzimos como produto final um material paradidático indicado ao 8º ano do ensino fundamental referente a história da região sul do maranhense.

Os livros paradidáticos de acordo com Bernadete Campello e Eduardo Valadares (2018) foram criados pela grande e lucrativa indústria de livros voltados para o público escolar no Brasil, esses materiais são originários e exclusivos do nosso país e começaram a ser produzidos

a partir 1970 sob responsabilidade do então presidente da editora Ática, Anderson Fernandes Dias, dessa maneira:

Nessa ocasião, a Ática lançou a série Bom livro, destinado a disciplina de língua portuguesa, composta por obras literárias [...] facilitando o acesso dos estudantes à leitura, por meio de obras e autores diversos [...] mas havia uma demanda para obras com conteúdos menos rígidos, que pudessem ser utilizadas complementarmente ao livro didático em diferentes momentos e níveis de ensino. Surgiu assim, a expressão livro paradidático, ou simplesmente paradidático, para designar esse tipo de produção editorial (CAMPELLO; SILVA, 2018, p.67).

Para o ensino de História de acordo com Renata Zamboni (1991) a editora Ática vem lançando desde 1978 uma coleção de paradidáticos para alunos dos anos finais do ensino fundamental sobre história do Brasil, denominado de “*O cotidiano da História*”, que atualmente já possuem 15 obras, tais como: *Engenho Colonial*; de Luís Alexandre Teixeira Junior. *Caravelas do Novo Mundo*; de Antonio da Costa Faria. *Os bandeirantes*; de Mustafá Yasbek. *Independência*; de Edgar Luís Barros. *Os abolucionistas*; de Antonio Augusto de Costa Faria. *A guerra do Paraguai* e *A revolução de 1930* de Júlio José Chiavenato. *Tiradentes e a Inconfidência mineira* de Carlos Guilherme Mota. *O fracasso do Imperador- a abdicação de D. Pedro I*; de Antônio Carlos Moraes. *Brasil anos 60*; de José Geraldo Couto. *A guerra de Canudos*; de Francisco Marins e *A proclamação da república (1988)*; de Marcos Rey⁷⁸. Outra editora que se lançou na publicação de paradidático foi a Brasiliense, que:

Firmou-se no mercado, como editora de ensaios, foi a primeira editora paulista a publicar pequenos livros, denominados de bolso, levando, conseqüentemente ao barateamento dos livros e ampliando o mercado consumidor. Tais coleções caracterizam pela simplificação de textos acadêmicos, buscando com este procedimento a divulgação das informações e do conhecimento. São publicações que atendem um público de segundo e terceiro grau. As coleções de maior divulgação são: Tudo é História, Primeiros passos, Biografias e História. (ZAMBONI, 1991, p. 68).

Dos paradidáticos produzidos pela editora brasiliense, podemos citar alguns títulos, como: *A abolição da escravidão* (Suely Reis de Queiroz); *A afro América* (Ciro Flamarion Cardoso); *A balaiada* (Maria Lourdes Janotti); *A burguesia brasileira* (Jacob Gorender); *A caminho da idade média* (Waldir Freitas); *A cidade de São Paulo* (Caio Prado Júnior); *A civilização do açúcar* (Vera Lúcia Ferlini); *A Coluna Prestes* (José Augusto Drumond); *A ditadura Salazarista* (Maria Luísa de Almeida); *A comuna de Paris* (Horácio Gonzáles); A

⁷⁸ Fonte: <https://busca.saraiva.com.br/q/colecao-o-cotidiano-historia>

economia cafeeira (José Roberto do Amaral) e *O movimento de 1932: a causa paulista* (Maria Helena Capelato)⁷⁹.

Os paradidáticos nasceram com o intuito de serem uma complementação para os livros didáticos, essa coleção proposta pela editora Ática para a disciplina história, apresenta conteúdos que já são trabalhados pelos livros didáticos, o mesmo acontece com os títulos produzidos pela editora brasiliense, porém são importantes para que o aluno possa estudar de maneira mais aprofundada as temáticas, ter os primeiros contatos com a historiografia e no caso das obras da Ática, conhecer mais a história do Brasil.

Em relação aos paradidáticos conforme Kazumi Munakata (1997) esses materiais precisam obedecer às regras de organização do livro didático, mas em relação aos conteúdos podem contemplar um período, uma localidade ou um tema específico da história, pois “[...] há certos temas que o livro didático não dá conta e você precisa às vezes verticalizar alguns conteúdos. Então, esse foi o objetivo” (MUNAKATA, 1997, p.102). As temáticas de história local normalmente se inserem nesse contexto de temas que são verticalizados.

Conforme já observamos, os livros paradidáticos no Brasil começaram a ser constituídos a partir da influência do diretor da Ática editora, porém segundo Bernadete Campello e Eduardo Valadares, a noção de paradidático já vinha sendo construído antes de 1970, a partir das produções do Monteiro Lobato, que passaram a ser trabalhadas em sala de aula com o intuito de incentivar a leitura para os alunos, podemos citar como exemplo a obra “Emília no país da gramática” (1934), mas existem outros fatores que influenciaram a produção desse tipo de livro:

Além disso, outros fatores impulsionaram a produção dos paradidáticos. Em primeiro lugar, políticas públicas, como o PNLD- Programa Nacional do livro didático criado em 1937 com outra denominação e o PNBE- Programa Nacional da Biblioteca na Escola iniciados em 1998, que abriram possibilidade de aquisição dos chamados textos complementares, um conceito que posteriormente foi sendo consolidado, até em 2010 o ministro da educação implantou o PNLD obras complementares, estabelecendo com clareza a função dos materiais que no mercado editorial, recebem a denominação de paradidáticos (CAMPELLO; DA SILVA, 2018, p, 69).

O PNLD obras complementares apresentadas na citação acima é um programa voltado para as séries iniciais do ensino fundamental 1º, 2º e 3º anos, para as três áreas do conhecimento: Ciências da natureza e Matemática; Ciências humanas, Linguagem e códigos. O objetivo do programa de maneira geral é que as obras precisam conter a abordagem de conteúdos de forma lúdica, despertar o interesse dos alunos e contribuir para o processo de

⁷⁹ Fonte: <http://www.editorabrasiliense.com.br/cat-colecao-tudo-historia.php>

ensino aprendizagem. Portanto, esse programa não avalia livros paradidáticos para os anos finais do ensino fundamental e médio.

Assim, de acordo com Circe Bittencourt (2009) a história é uma das disciplinas que mais produz livro paradidático no Brasil, no que concerne ao mercado de vendas desse material, o mesmo está em constante crescimento, pois esses livros contêm conteúdos para o ensino fundamental e médio, e são indicados para uso no início do ano letivo. Nesse sentido, esses materiais:

[...] revelam maior cuidado no tratamento dos conceitos básicos da área, como o de tempo e espaço e incluem temas ligados ao multiculturalismo, havendo mesmo aquelas especialmente produzidas para a história local, algumas das quais apresentadas sob formato de paradidático (BITTENCOURT, 2009, p. 309).

Os paradidáticos para a área de história precisam estar de acordo com os principais conceitos trabalhados na disciplina, e grande maioria desses materiais são produzidos sobre história local. Assim, conforme destacaram Bernadete Santos e Eduardo da Silva (2018), quando um paradidático é específico de uma disciplina do currículo ele é denominado de “informativo” e assim, “diferentemente do livro didático, o paradidático informativo não segue obrigatoriamente a seriação e a sequência de conteúdos recomendados no currículo” (CAMPELLO; DA SILVA, 2018, p, 74). Dessa maneira, os paradidáticos para a disciplina História não precisam estar em consonância com os eixos temáticos dispostos nas propostas curriculares.

O objetivo central deste trabalho é a produção de um produto voltado para a educação básica devido principalmente à falta de materiais voltados para o público escolar referente ao sertão maranhense, como já observamos, produziu-se um livro paradidático intitulado: “Pelos trilhas do sertão maranhense”. Dessa maneira, nosso produto é dividido em quatro capítulos, a saber: *O sertão: conceitos e temporalidades*; *Configuração do espaço*; *A dinâmica social do sertão maranhense* e o último capítulo intitulado *A emergência do sertão*.

Figura 17: capa do paradidático: *Pelas trilhas do sertão maranhense*.



FONTE: (RAMOS, 2020)

Este material, como já ressaltamos foi produzido como produto final do mestrado profissional em História, o texto e a estrutura deste material foram produzidos por Samara de Almeida Ramos e revisados por Alan Kardec Pachêco Filho e teve apoio financeiro da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O público alvo deste material são os alunos da rede básica, indicamos para o 8º ano do ensino fundamental, no entanto, este livro se constitui também um material de apoio e formação continuada para os professores da rede.

O paradidático inicia com uma carta ao estudante, que consiste em uma nota introdutória do material, que contém os objetivos e a organização do livro. As seções deste material são as seguintes: **Para aprofundamento da temática:** com indicações de referências historiográficas para aprofundamento das temáticas; **Saiba mais:** com complemento de curiosidades e observações de cada capítulo e links com a atualidade, **Glossário:** com explicação de termos e conceitos usados no trabalho, **Referências bibliográficas e Reflita e responda:** questões que objetivam avaliar o conhecimento dos alunos acerca das temáticas tratadas no livro. No produto apresentam-se também iconografias e cartografias referente ao sertão maranhense.

No primeiro capítulo *O sertão: conceitos e temporalidades*, apresentamos uma pequena introdução ao conteúdo do livro, e trabalhamos de maneira geral com os diversos significados e usos do termo sertão. Nesse sentido, apresentamos que a palavra é uma expressão africana que foi modificando a grafia ao longo do tempo.

Ainda no primeiro capítulo observamos também que o termo como destacou Janaína Amado (1995) foi usado para referenciar lugares distantes dos centros administrativos e com o passar do tempo também foram atribuídos outros significados à sertão, associados ao semiárido e a atividade pecuarista.

Observamos ainda neste capítulo algumas obras da literatura brasileira que tiveram o sertão como objeto de seus enredos: *O sertanejo* (1875) José de Alencar; *O sertão* (1896) Coelho Neto; *Grande Sertão Veredas* (1956) Guimarães Rosa; *O quinze* (1930) Raquel de Queiroz. Deste modo, o primeiro capítulo pode ser usado como complemento quando o professor estiver trabalhando sobre a Guerra de Canudos, para apresentar aos alunos que existem outros tipos de sertão além do Vaza Barris na Bahia.

No segundo capítulo intitulado *Configuração do espaço* tratamos do avanço da atividade açucareira no Brasil colonial e como resultado desse processo a implantação da pecuária nos engenhos de cana de açúcar, conforme Socorro Cabral (2008) o boi era muito usado nos engenhos de cana e precisava de grandes espaços de terras, os vaqueiros percorreram os sertões em busca de pastos para o gado. Assim, os vaqueiros de Pernambuco e Bahia chegaram ao sul do Maranhão, uma região que foi “reocupada” por eles e recebeu a alcunha de Pastos Bons.

No ano de 1740 conforme Carlota Carvalho (2011) foi fundada a povoação Pastos Bons, esse processo foi marcado por extrema violência que gerou mortes de vários indígenas naquela região. Essa dizimação se dava até por meio de contaminação da varíola. No paradiático tratamos também dos conflitos entre índios e não índios, dentre esses o conflito que ocorreu em Alto Alegre próximo a Barra do Corda.

Outra questão que trabalhamos neste capítulo é o avanço desse processo que gerou uma reconfiguração deste espaço, com a fundação de algumas vilas e hoje cidades da região sertaneja. Assim, como também observou Carlota Carvalho (2011) de Pastos Bons, exploradores desbravaram várias regiões do sul do Maranhão, assim a partir desse movimento foram fundadas algumas vilas, hoje cidades: Riachão, Grajaú, Carolina e Barra do Corda. Este capítulo também pode ser trabalhado em sala de aula como complemento ao conteúdo de guerra de Canudos e sobre as entradas e bandeiras.

O terceiro capítulo *A dinâmica social do sertão maranhense*, discutimos de maneira geral, a sociedade, a economia e a vida letrada do sertão. Referente à questão social, de acordo com Paula Ribeiro (2007) os sertanejos possuíam hábitos e comportamentos que estão presentes até os dias atuais, como: a hospitalidade, as residências procuravam manterem-se todas abertas

para todos que procuravam, haviam também a prática do respeito a palavra dada e eram apegados a terras, as mulheres sertanejas eram auxiliares dos maridos.

As famílias, como ressaltou Socorro Cabral (2008) tinham uma organização patriarcal no início e eram comandadas pelos fazendeiros, viviam sob suas próprias ordens e normas, assim, essa região era marcada por vários conflitos entre as principais famílias pelo controle político da região. Dentre esses conflitos um dos mais violentos foi a chamada “guerra do Léda” que ocorreu em Grajaú.

Os modos de vida da sociedade sul maranhense giravam em torno da pecuária, o couro era usado na fabricação da maior parte dos objetos domésticos e do trabalho. No que concerne a economia tratamos da instalação das primeiras fazendas de gado do sertão, bem como a sua produção, a pecuária era a atividade econômica dominante, a qual determinava até, conforme Cabral (2008) a organização social do sertão. A mão de obra predominante nessa região era a livre, e a mão de obra escrava foi pouco usada.

Referente ao comércio, a atividade pecuarista foi então essencial para o desenvolvimento também das relações comerciais no sertão, inicialmente conforme Socorro Cabral (2008) as principais rotas comerciais do sertão com o litoral do Maranhão era por Caxias, depois proveniente da expansão da pecuária para outras regiões do Maranhão, surgiram outras rotas comerciais, como as de Balsas, Tocantins, Grajaú e Mearim. Depois da exploração da rota do Tocantins o sul do Maranhão conseguiu comercializar com o mercado de Belém.

A navegação fluvial contribuiu muito para o alargamento dessas relações comerciais como, por exemplo, a navegação do rio Grajaú e do rio Balsas. Foi abordado também a construção das primeiras estradas, no primeiro momento a que ligava a vila de Pastos Bons à Caxias e as que ligavam as cidades de Carolina, Grajaú e Barra do Corda as feiras de gado em Itapecuru Mirim.

Sobre a cultura letrada destacamos que o sertão maranhense foi berço de vários intelectuais, poetas, historiadores, dentre outros, como observou Carlota Carvalho (2011) apresentamos também como exemplo, a “Roda de Amigos” organizada na cidade de Grajaú por Militão Bandeira Barros.

Desse grêmio literário destacaram alguns intelectuais, ainda de acordo com Carlota Carvalho (2011), como: Francisco de Araújo Costa, Miguel Olímpio de Carvalho, Raimundo Tavares, Gustavo Tavares, dentre outros. Ainda referente a intelectualidade sertaneja, tivemos outros que se destacaram, como: Orestes Mourão e Manoel Sousa Lima que ficaram bastante conhecidos por publicar poemas no jornal O Norte editado em Barra do Corda.

Observamos ainda que no sertão de Pastos Bons principalmente na cidade de Grajaú houve uma grande circulação de jornais, como observou Carlota Carvalho (2011), tais como: A Palavra (primeiro jornal que circulou na cidade de Grajaú), O Telescópio, O Grajaú, Eco do Sertão e outro jornal intitulado O Grajaú.

No período monárquico, devido à grande cultura letrada, houve uma intensa propaganda republicana no sertão, um exemplo foi a chamada “República de Pastos Bons” que conforme Socorro Cabral (2008) foi um movimento que aconteceu em 1827 nessa vila. Os líderes desse movimento foram João da Costa Alecrim, Militão Bandeira Barros, Francisco Germano Morais e Diogo Lopes de Araújo. No final do período imperial reacenderam no sul do Maranhão o movimento republicano, agora destacamos outras figuras importantes: Isaac Martins, Dunshee de Abranches, Frederico Figueira e Rocha Lima, os quais defendiam de maneira geral o fim da monarquia.

Ressaltamos ainda que o centro principal de propagação das ideias republicanas no sertão maranhense foi Barra do Corda, ainda como observou Socorro Cabral (2008), onde em 12 de novembro de 1888 começou a ser editado o jornal O Norte, maior propagador da república no sertão maranhense. Sugerimos o trabalho deste capítulo como complemento do conteúdo da república nas aulas de História.

No quarto capítulo do paradidático intitulado: *A emergência do sertão*, trabalhamos com os desdobramentos do “Reformismo Ilustrado” português. Dessa maneira, na virada do século XVIII para o XIX, boa parte dos países europeus estavam influenciados pela Revolução francesa e iluminismo, a coroa portuguesa preocupada com seus domínios coloniais em parceria de seus ministros formulou esta política reformista com base no desenvolvimento científico.

Um dos momentos dessa política foi com as chamadas “reformas pombalinas” promovidas pelo Marquês de Pombal, as quais tiveram com objetivo principal, a estatização da educação no reino e no ultramar, um exemplo dessa questão foi a expulsão dos jesuítas em 1759 que resultou na contratação de novos professores para a substituição dos mesmos.

Dentro dessa demanda, tivemos a contratação do professor italiano Domíngos Vandelli, que foi responsável pela reforma na Universidade de Coimbra em 1772. Ainda nesse contexto de “reformismo ilustrado”, houve como já destacamos, a organização das “viagens filosóficas”, as quais tinham como objetivo exploração e estudos da fauna e da flora das colônias portuguesas.

Assim, como já salientamos no primeiro capítulo, o sertão maranhense foi objeto de uma viagem deste tipo, comandada pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, a qual tinha

também como objetivo a exportação de amostras das chamadas “drogas do sertão” para as cortes, e “a circulação das drogas ilustra a maneira como o “local” consegue uma projeção, uma “visibilidade” súbita na escala “global”, (GRUZINSKI, 2001, p.186), ou seja, em várias cenas europeia, americana e mesmo asiática”. Este capítulo é essencial no sentido que insere o sertão em um contexto global.

O quarto capítulo do produto é um importante complemento para trabalhar a partir da temática do Iluminismo, com o objetivo principal dos alunos compreenderem a amplitude dessa política portuguesa, a qual foi além das reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, que normalmente é apresentado como principal figura deste movimento nos livros didáticos.

Dessa maneira, ressaltamos a necessidade de trabalhar esse paradidático a partir das abordagens da história comparada⁸⁰, as quais possibilitam que os alunos compreendam que o sertão maranhense estava envolvido em acontecimentos de nível nacional e global. Nesse sentido em relação à história comparada, ressaltamos que:

A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades em contraste, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e reflexão nova. (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p.11)

Então, colocar os conteúdos em comparação não fomenta só as diferenças dos acontecimentos históricos, mas as semelhanças, e acabam produzindo novas formas de aprendizagem das temáticas trabalhadas em sala de aula. Nesse sentido, torna-se também essencial trabalhar os conteúdos buscando conexões, pois “[...] as histórias conectadas podem transitar entre escalas macro e micro; entre sincrônico e diacrônico” (SECRETO, 2014, p. 85). É esse objetivo do nosso paradidático, transitar entre o micro e o macro (entre o local, nacional e global). Por fim, destacamos algumas propostas de trabalho do material a partir dos conteúdos programáticos:

Quadro 06: Propostas de trabalho do paradidático *pelas trilhas do sertão maranhense*.

Capítulos do paradidático.	Conteúdos programáticos
----------------------------	-------------------------

⁸⁰ De acordo com Barros (2014), Marc Bloch foi um dos primeiros historiadores a sistematizar o método da História comparada e conforme apontou Maria Verónica Secreto (2014) este historiador influenciou a partir de um artigo na revista *Revue de synthèse historique* em que estudou paralelamente duas sociedades vizinhas e contemporâneas.

1- O sertão conceitos e temporalidades.	Os bandeirantes.
2- Configuração do espaço.	Os bandeirantes e Revolta de Canudos.
3- População, dinâmica social e vida material.	República.
4- A emergência do sertão.	Iluminismo.

Vale destacar que o quadro apresentado aqui são sugestões de uso deste paradidático, mas resguardamos a autonomias dos docentes para seus usos, levando também em consideração como destacou Ana Beatriz Thomson (2018, p.72) “adotar materiais paradidáticos não representa solucionar por completo problemas educacionais”, assim, entendemos que nosso paradidático não vai solucionar por completo a falta da história do sertão maranhense para a educação básica, mas se adotado vai contribuir de maneira significativa para a inserção da história local nas aulas de história e contribuir para a construção de Identidades coletivas e “Consciência histórica” crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise da legislação voltada para a educação identificamos que as mesmas apontam para a necessidade de inserção da história local nas aulas. Desde 1996 com a lei nº 9.394 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no artigo 26 foi ressaltado que os currículos da educação infantil, ensinos fundamental e médio devem dar espaço para as discussões locais e regionais.

Atualmente com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017;2018), o documento resguardou certa autonomia aos sistemas de ensino (escolas) para trabalhar os conteúdos que “[...] afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BNCC, 2017, p.19). E para o Maranhão foi produzido o Documento Curricular o Território maranhense, contendo as diretrizes curriculares do nosso estado e contendo aspectos referentes à história local.

Desta forma, referente a parte diversificada do currículo “[...] as bases nunca ultrapassariam 60% do currículo escolar, portanto cabendo ao professor autonomia para questões específicas” (MACHADO, 2017, p.207). A partir dessas questões o professor pode ter a autonomia de trabalhar com história local, por exemplo, já que possui pela lei 40% do currículo para tratar de questões mais particulares.

Como resultado da análise dos conteúdos da história local, presentes, nos livros didáticos de História das coleções: *História Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Junior (ensino fundamental e médio) e *Conexões com a História* de Alexandre Fagundes Alves e Letícia Fagundes (ensino médio), podemos considerar que a história do Maranhão é tratada nesses livros no contexto das revoltas regenciais (Balaiada); na revolta de Beckman e para discutir a presença francesa na América, em que é citado de forma resumida a fundação francesa da cidade de São Luís em 1612.

Assim, o sertão do Maranhão não é conteúdo de nenhuma unidade temática dos livros didáticos analisados neste trabalho, aparece apenas uma citação na coleção *História, Sociedade e Cidadania* do Alfredo Boulos Junior para tratar da Balaiada, outra observação é que os livros não apresentam nenhuma obra historiográfica sobre o Maranhão, em suma, a história local nos livros para o ensino fundamental e médio resumem de maneira geral a Balaiada.

Já os livros produzidos no contexto local, a partir da implantação da disciplina História do Maranhão, e os materiais didáticos produzidos para vestibulares, podem verificar, que o

sertão discutido de maneira mais geral no livro *Conhecendo e debatendo a história do Maranhão* de autoria do professor Joan Botelho, porém a circulação maior deste trabalho é com alunos do ensino médio, nas demais obras analisadas, a história do Maranhão está mais vinculada para questões que envolvem São Luís.

Ressaltamos ainda que “[...] a questão primordial é de que “livro didático ideal” (útil para todos) é uma utopia” (PIMENTEL, et al, 1999, p.213), no entanto, torna-se importante a produção de materiais didáticos que contemplem os estudos locais, para que o professor possa trabalhar de forma integrada com o livro didático, pois uma das funções deste material, de acordo com Eliezer Raimundo Costa (2008) é contribuir para a construção de identidade nacional.

Além de trazer os acontecimentos da localidade, o ensino de história local fomenta a produção de identidade, e da “Consciência histórica”, que de acordo com Luís Fernando Cerri (2011) é uma característica própria dos seres humanos que convivem em grupo e contribui também para o ato de pensar historicamente e compreensão das ações individuais e coletivas e ainda conforme Cerri (2011) o professor passa a ser considerado mediador do conhecimento histórico científico para as escolas.

As produções referentes ao sertão do Maranhão vêm crescendo ao longo dos anos, nesse sentido trabalhamos com os pioneiros e a recente historiografia da região: Dunshee de Abranches (1993), Carlota Carvalho (2011), Maria do Socorro Coelho Cabral (2008), Clodoaldo Cardoso (1947) e Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (2016). E os trabalhos historiográficos mais recentes: Raimundo de Lima Santos (2016), Paulo Eduardo de Sousa Pereira (2016), Carlos Eduardo Penha Everton (2016), Antônia Castro Andrade (2017) e Layla Adriana Teixeira Vieira (2018).

Temos ainda um rico *corpus* documental referente a literatura de viagem sobre a região, neste trabalho usamos os textos de Francisco de Paula Ribeiro e Vicente Jorge Dias Cabral, produções que trazem importantes reflexões sobre a economia, cultura, modos de vida e organização social do sul maranhense.

Devido a todas as questões já citadas aqui, buscamos produzir um paradidático com algumas questões referentes a História do sul maranhense, principalmente como fonte a literatura de viagem, os interpretes pioneiros e a historiografia sobre a região. Dessa maneira esse material:

É importante, também, pensar a formação continua e continuada de docentes e técnicos da rede, para possibilitar uma inserção sempre qualificada na realidade atual que nos cerca, que tem apresentado desenvolvimento com dinâmica acelerada e complexidade crescente. (BEZERRA, 2014, p.88)

Portanto, a produção do paradidático *Pelas trilhas do sertão maranhense* aqui exposto contribui para o melhor conhecimento sobre a História do Maranhão para que os alunos consigam compreender os importantes acontecimentos ocorridos no sul do estado. E esse trabalho foi produzido para contribuir na formação continuada de professores, devido ao diálogo e indicações historiográficas dispostas no material didático aqui produzido.

REFERÊNCIAS

a) Documentos

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Ofício do governador capitão-general D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, a remeter os conhecimentos e os diários feitos pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença Joaquim José Pereira, referente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 de março de 1803, (AHU-MA, D.9555).

Requerimento do Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral ao Príncipe regente D. João, pedindo licença de um ano para vir ao Reino publicar os seus “Opúsculos das Excursões Filosófico-naturais”. AHU-ACL-CU-009, Cx. 127, D. 9557.

REQUERIMENTO de Vicente José Dias Cabral ao príncipe regente D. João, solicitando a sua confirmação na regência da cadeira de Retórica em São Luis do Maranhão

Anexo: 1 requerimento

AHU_ACL_CU_009, Cx. 137, D. 9996.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a devassa do salitre no Piauí e sobre os outros produtos da natureza de que se remetem memórias e diários feitos por Vicente Jorge Dias Cabral. AHU_ACL_CU_009, Cx. 108, D. 8487.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. AHU_ACL_CU_009_Cx.102, D. 8264.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN)

Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí de Vicente Jorge Dias Cabral, no ano de 1801.

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

OFÍCIO remetido ao governador Paulo José da Gama de 8 de janeiro de 1815.

APEM, L.287, Ano 1812-1819.

Museu Histórico Nacional (MUHNAC)

Ensaio econômico da Quina do Piauí, oferecido ao Ilmo , e Exmo Sr. D. Diogo de Souza, governador e capitão general do Maranhão por Vicente Jorge Dias Cabral Bacharel em Filosofia e Direito Civil, opositor aos lugares das Letras. Janeiro de 1801, 48 folios encadernados.

MUHNAC – UL, AHMUL, AHMB, Rem. 595

Documentos da legislação

BRASIL. Plano Nacional do Livro Didático. **Guia do Livro Didático**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Base Nacional Comum Curricular. **Ensino fundamental. História**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Base Nacional Comum Curricular. **Ensino Médio. História**: MEC, 2018.

_____. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ensino Fundamental. História**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Brasília: MEC, 1996.

MARANHÃO. **Documento Curricular do território maranhense para educação infantil e ensino fundamental**. FGV, 2019.

b) Bibliografia

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. 2. ed, São Paulo, 1998.

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. 2º ed, Alumar, São Luís, 1993.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. São Paulo, Editora da USP, 1988.

ALMEIDA, Fabiana; MIRANDA, Sonia. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. **Educar em Revista**, n. 46, p. 259-283, out.-dez. 2012.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia, **Conexões com a História**. 3 ed., São Paulo, Moderna, 2016.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos históricos**, v. 08, n.15, pp. 145-151, Rio de Janeiro, 1995.

ANDRADE, Antônia de Castro. **Laços de compadrio entre escravizados no sul do Maranhão (1854-1888)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História local. **Revista de História da UEG**, Goiás, v.2, n. 01, jan/jun 2013.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos** v. 15, p. 317-343, 2011.

_____. O lugar da História local. Conferência I Encontro de História local/ regional da Uneb.

_____. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Verão, 2005.

_____. Os campos da História- uma introdução às espacialidades da História. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.16, p.17-35, dez. 2004.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de história local: Redescobrimo sentidos. **SAECULUM**, João Pessoa, juk/dez, 2006.

BERFORD, Sebastião Gomes da Silva. **Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro**. Imperatriz, Ética, 2008.

BERGSON, Henri. Resumo e Conclusão. Matéria e Memória. **Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA, Holien. O PNLD de História: momentos iniciais. . In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de História entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BONETE, Wilian Junior. Notas sobre o conceito de consciência histórica. **Revista eletrônica história em reflexão**, v.07, 2013.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-trabalho. In: **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. 4ª Ed. São Paulo: CIA das Letras, 1994, p. 42-70.

BOTELHO, Jean. **Conhecendo debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade e Cidadania**, 2 ed, São Paulo, FTD, 2016.

BONATO, Tiago. **O olhar da descrição: a construção do sertão no nordeste brasileiro nos relatos de viagem no final do período colonial (1783-1822)**, Curitiba, 2010.

BOURGUET, Marie Noëlle. O explorado. In: VOVELLE, Michel. **O Homen do Iluminismo**, Editorial Presença, Lisboa, 1997.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 185-206, jul/out 2010.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-trabalho. In: **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 4ª Ed. São Paulo: CIA das Letras, 1994.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2 ed, EDUFMA, São Luís, 2008.

CALDAS, João Pereira. Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí. Rio de Janeiro: **Revista IHGB**, Tomo LXII, Parte I, 1900.

CAMPELLO, Bernadete Santos; SILVA, Eduardo Valadares de. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. Ribeirão Preto, **Bibl. Esc.**, v.6, n.1, pp. 64-80, 2018.

CAINELLI, Marlene; DOS SANTOS, Flávio Batista. O ensino de História local na formação da Consciência histórica: um estudo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento educacionais**, Curitiba, v. 09, n.21, 2014.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de História entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 33-54.

CARDOSO, Clodoaldo. **Municípios maranhenses: Pastos Bons**. Serviço Gráfico de IBGE, Rio de Janeiro, 1947.

CARVALHO, Carlota. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. EDUFPI, Teresina, 2011.

CARTOGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

CHAVES, Mariana Lopes. **Em busca de riquezas para o império: Reformismo Ilustrado português, os naturalistas e a expedição pela capitania do Maranhão e do Piauí (1796-1803)**, Monografia (graduação em História), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, set/dez, 2014.

CALDEIRA, José de Ribamar. **O Maranhão na literatura de viajantes do século XIX**, AML/Siog, São Luís, 1991.

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. Livro didático: lugar de memória. **Cultura histórica**, v.01, 2013.

_____. **Saber acadêmico e saber escolar: História do Brasil, da primeira metade do século XX**. (Dissertação mestrado em História da educação), UFMG, 2008.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **História local e micro História: encontros e desencontros**. II encontro de estudos genealógicos, 2012.

COSTA, Odaléia Alves da. **Os estudos sociais do Maranhão: a disciplina escolar entre 1970 e 1996**. Edufpi, Teresina, 2017.

CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e sua passagem a mito (a divina comédia do sertão), São Paulo, **Revista USP**, n°20, pp. 42-53, 1994.

_____. **Viagens no interior do Brasil**. CLEPUL, Lisboa, 2014.

CRUZ, Ana Lúcia Borbalho da. As vaigens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros no século XVIII. **História: questões e debates**, Curitiba, n.36, pp. 61-98, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões (campanha de Canudos)**. Tecnoprint gráfica editora, Rio de Janeiro, 1902.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho um novo olhar sobre o sertão**. Ética, Imperatriz, 2007.

DOSSE, François. **História em migalhas: dos annales à nova História**, EDUSC, 2003.

EVERTON, Carlos Eduardo Penha. **Hoje e amanhã celebrai a História para encarar-vos os embates de memória sobre o conflito de Alto Alegre**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na História: histórias ensinadas em Ceará- Mirim**. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Educação, Natal, 2006.

FEREIRA, Luiz Alberto. Os clubes republicanos e a implantação da república no **Maranhão (1888-1889)**. In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís, Edufma, 2014, pp.205-230.

FERRONE, Vincenzo. O Homem de Ciência. In: VOVELLE, Michel. **O Homen do Iluminismo**, Editorial Presença, Lisboa, 1997.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades. **História Fronteiras**. Florianópolis, julho, 1999.

FRANCO, Stella. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Vol. II, 2011.

FRANKLIN, Adalberto. Carlota Carvalho Perfil Biográfico. In: CARVALHO, Carlota. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. EDUFPI, Teresina, 2011.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro; desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão**. Imperatriz, Ética, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marrie. O que significa elaborar o passado? _____. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 97-106.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão: Para uso dos alunos da escola normal**. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Anabaldez**, nº01, maio/agosto 1988.

GOMES, Márcio Henrique Baima. **A História do Maranhão no currículo do ensino médio (1996-2016)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Companhia das letras, São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizado**. São Paulo, Papirus, 2012.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In.: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70.

HALL, Stuart. A identidade em questão/As culturas nacional como comunidades imaginadas. In: _____. **A identidade cultural na pósmodernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p. 7-22/p. 47-65.

JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. In: _____. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo Veintiuno, 2002. p. 39-62.

JÚNIOR, Flávio Pereira Costa. **Um Maranhão ilustrado? História e natureza na correspondência entre D. Rodrigo Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Vol. II, 2011.

KURY, Lorelai (org). **Sertões a dentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro, Sete letras, 1994.

LIMA, Idelsuite de Sousa. **A abordagem do ensino de História local nos livros didáticos das séries iniciais**. 2013, disponível em: <http://www.ufop.br/perspectivas/anais/GT0801.htm>.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil bastidores da política 1798-1822**, Rio de Janeiro, Sete letras, 1994.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Como se constroi uma História local: aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In: AVEAL, Carmem Margarida Oliveira (orgs). **Reflexões sobre História local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino de História. **Anos 90**, Porto Alegre, v.24, n.45, p.293-319, jul, 2017.

MARTINS, Estevão C. Rezende. História: Consciência, Pensamento, Cultura e Ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, n.42, out/dez, Editora UFPR, p.43-58, 2011.

MARANHÃO, Governo do Estado. **Terra e Gente**: livro de leitura: 4ª série. São Luís: Tricasil, 1986.

MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo historicidade: a disciplina história do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902-2013)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

MEIRELES, Mario Martins. **Dom Diogo de Sousa, governador e capitão general do Maranhão e Piauí (1798-1804)**. São Luís: Sioje, 1979.

MELO, Francisco. **História local: saberes identidades**. Recife: Linceu, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: MauadX, 2007, p. 81-112.

MORAES, Lídia Maria de; AROEIRA, Maria Luísa C.; e CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul: Estudos Sociais – História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MORRENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES CC (orgs). **Indentidades brasileira. Composições e recomposições**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MUNAKATA, Kazumi. O livro como mercadoria. **Pro-posições**. Set/dez, 2012.

MURAD, Maria Ceres Rodrigues. **Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Terra das Palmeiras: Geografia e História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, V.3, n.1, p.153-162, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, p. 7-28 dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. **História da Historiografia**, n. 13, p. 130-143, dez. 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. V, pp 195-215, 1998.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. . In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. 2 .ed, São Paulo, 1998.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos: navegação no vale do rio Grajaú**. EdUema, São Luís, 2016.

_____. A ocupação para fins de colonização do sertão maranhense. In: FERREIRA, Márcia Milena (Orgs). **Histórias sociais do trabalho: uso da terra, controle e resistência**. Café & Lápis, EdUema, São Luís, 2015.

_____. “Os abandonados da lei”: política e rebelião no sertão do Mranhão. In: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz (Orgs). **São Luís 400 anos (con) tradições de uma cidade histórica**. São Luís, Café & Lápis, EdUema, São Luís, 2014.

PATACA, Hermelinda. **Terra, água, ar nas viagens científicas portuguesas**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Paulo Eduardo de Sousa. **Entre fronteiras: o Arraial do príncipe regente e o devassamento no Alto Itapecuru no século XIX**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

PIMENTEL, Juan. **Testigos del mundo ciencia y viajes en la ilustración**. Marcial Pons ediciones de História, Madrid, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos de História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. Alameda, São Paulo, 2008.

RAMOS, Samara de Almeida. **Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão**. Monografia (Graduação em História), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro; desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão**. Imperatriz, Ética, 2007.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In:_____. **A memória, a história, o esquecimento**. 6ª Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014. 423-462.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de História entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 33-54.

RÜSEN, Jorn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006.

SANTOS, Raimundo Lopes dos. **A construção da imagem sertaneja a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, 251 f., 2014.

SANTOS, Lizandra Figueiredo Magalhães dos. **A abordagem da história local nos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de Sobradinho/DF**. (Monografia), UNB, Brasília, 2015.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **EDUC. REAL**, Porto Alegre, vol. 37, n.3, p. 803-821, set-dez, 2012.

SILVA, Marcelo. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. . In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de História entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria. A formação da Consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, pp. 297-308, set/dez, 2005.

SOUZA, Candice Vidal de. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e Cultura Revista de Pesquisas e debates em Ciências Sociais**, Belo Horizonte, pp 55-61, 1998.

_____. Ver o Brasil, pensar a nação. In: GALVES, Marcelo Cheche; CURY, Cláudio Engler; Faria, Regina Helena (Orgs). **O império do Brasil Educação, Impressos e Confrontos Sociopolíticos**. São Luís, EdUEMA, 2015.

THOMSON, Ana Beatriz. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infanto juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n.4, v.03, jan/jun, 2016.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 96-107.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. **A formação sócio-histórica no sertão maranhense: estrutura e dinâmica do agronegócio no município de Grajaú-MA**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

ZAMBONI, Renata. **Que história é essa?: uma proposta analítica dos livros paradidáticos de História**. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Campinas, 1991.